Demonstrações Financeiras

Individuais e Consolidadas

Banco Bradesco S.A.

1S26

bradesco

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao primeiro semestre de 2026. Seguimos as práticas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Comentário Econômico

A atividade econômica brasileira continuou experimentando moderação no primeiro semestre de 2026. O PIB do primeiro trimestre cresceu um pouco acima do previsto, mas este resultado foi liderado principalmente por segmentos menos ligados ao ciclo econômico, como a indústria extrativa. A resiliência do mercado de trabalho e fatores pontuais como programas governamentais de estímulo ao crédito e a isenção do imposto de renda sustentaram o consumo das famílias, compensando parcialmente os efeitos da política monetária restritiva. Projetamos crescimento de 2,0% em 2026, patamar inferior aos 2,3% observados em 2025.

No âmbito da política monetária, o Banco Central deu continuidade ao ciclo de calibração da Selic, que encerrou o semestre em 14,25%, ressaltando riscos assimétricos altistas para a inflação, associados ao conflito no Oriente Médio e a fatores climáticos, sinalizando uma postura cautelosa ao longo do segundo semestre.

Com relação ao cenário internacional, as negociações entre as partes envolvidas no conflito no Oriente Médio sinalizam a possibilidade de reabertura do Estreito de Ormuz, o que contribuiria para alguma normalização dos preços do petróleo, ainda que sujeita ao risco de retrocessos nas negociações. O cenário externo permanece marcado por incerteza, com atenção adicional exigida pela condução da política monetária nos Estados Unidos e na Europa.

Destaques 2T26

Em abril de 2026, foi homologada e consumada a incorporação das ações de emissão da Bradesco Gestão de Saúde S.A. ("BGS") pela Bradsaúde ("Incorporação de Ações"), com a confirmação da relação de troca previamente estabelecida, sem ajustes. Com a consumação da Incorporação de Ações, a BGS passou a ser subsidiária integral da Bradsaúde, e a participação do Bradesco no capital social da Bradsaúde passou a representar 91,35% do capital total e votante (sem levar em conta eventuais exercícios do direito de retirada por acionistas dissidentes da Bradsaúde, cujo prazo se encerrou em 7 de maio de 2026).

Em maio de 2026, o Bradesco publicou os Relatórios Integrado e ESG referentes a 2025, arquivando-os também na CVM. Em conjunto, os documentos compartilham aspectos relevantes sobre o Bradesco, incluindo informações sobre governança, estratégia, modelo de gestão de riscos e oportunidades, além dos principais resultados financeiros alcançados no exercício e do desempenho em indicadores ambientais, sociais e climáticos.

Além disso, o Banco Bradesco S.A., no mês de junho de 2026, aprovou a proposta da Diretoria da Sociedade, para pagamento de juros sobre o capital próprio intermediários, no valor total de R$ 3,5 bilhões, sendo R$ 0,315359035 por ação ordinária e R$ 0,346894939 por ação preferencial.

Informações Selecionadas 1S26

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R$ 12,5 bi

LUCRO POR AÇÃO
R$ 1,11 ON
R$ 1,22 PN

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO
R$ 17,15

VALOR DE MERCADO
R$ 179,0 bi

ÍNDICE DE CAPITAL - NÍVEL I
12,8%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO [1]

R$ 181,3 bi

JCP R$ 8,0 bi (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA
(Jun26 vs. Jun25)

R$ 1.136,6 bi (+11,6%)

PESSOAS FÍSICAS: R$ 479,7 bi (+8,4%)

PESSOAS JURÍDICAS: R$ 656,9 bi (+14,1%)

PROVISÃO PARA CARTEIRA EXPANDIDA
(Jun26 vs. Jun25)

R$ 58,1 bi (+2,5%)

DEPÓSITOS TOTAIS
(Jun26 vs. Jun25)

R$ 782,5 bi (+21,9%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(Jun26 vs. Jun25)

R$ 961,1 bi (+18,9%)

VJR: R$ 543,0 bi (+26,6%)

VJORA: R$ 141,1 bi (+13,4%)

Custo Amortizado: R$ 277,0 bi (+8,7%)

(1) Atribuído aos controladores;

Tecnologia e Inovação

No segundo trimestre de 2026, a tecnologia manteve papel fundamental na execução da transformação do Bradesco, impulsionando a estratégia AI Empowered Banking, ampliando eficiência operacional, acelerando a inovação e fortalecendo a capacidade de geração de negócios. A evolução do modelo Agile@Scale ampliou a integração entre negócios e tecnologia ampliando ainda mais o olhar para o cliente e reduzindo em 48% o *lead time* de desenvolvimento em comparação a 2024. Esse avanço amplia a velocidade de captura de oportunidades, reduz o tempo de implementação de iniciativas estratégicas e potencializa a evolução contínua da experiência dos clientes.

A estratégia AI Empowered continua impulsionando ganhos de produtividade e escala. A plataforma corporativa de IA (Bridge) ultrapassou 800 casos de uso distribuídos em mais de 160 projetos. Essa adoção crescente contribui para aumento da eficiência, fortalecimento da capacidade de execução do Banco e novas soluções para os clientes.

E, nesse contexto, nas jornadas de relacionamento com clientes, as soluções baseadas em IA ampliaram a personalização e a capacidade de atendimento. A BIA Clientes já conta com 90% de resolução de suas interações por meio da inteligência artificial. No WhatsApp, a plataforma alcançou aproximadamente 4 milhões de usuários, mantendo índices de resolutividade próximos de 88%, reforçando a eficiência dos canais digitais e contribuindo para uma experiência mais fluida e conveniente.

No ambiente interno, a utilização de ferramentas de IA engloba desenvolvimento de software, automação de testes e avaliação de riscos no desenvolvimento. A BIA Tech apoia a totalidade dos desenvolvedores, gerando quase 70% de eficiência na escrita de histórias e de códigos, além de automatizar testes e avaliações de risco. Já a plataforma BiaTech AgentiX conta com mais de 60 agentes Tech4Tech, ampliando a capacidade de execução de demandas de maior complexidade.

O WhatsApp vem ganhando espaço como canal oficial de distribuição de produtos e serviços. Implementamos a venda de cartões de crédito de ponta a ponta pela plataforma com validação biométrica, além de uma jornada de autosserviço de recuperação de crédito via parceiro Blip, para renegociação ágil. O canal também passou a concentrar transações Pix, pagamentos e agendamentos de boletos, além de viabilizar a consulta de saldo de outros bancos via Open Finance e o envio de notificações proativas de rastreio de cartões.

Em paralelo, lançamos o canal Bradesco Shop para impulsionar ofertas exclusivas. Nas plataformas de negócios, o sistema Turbo de financiamento de veículos atingiu 80% de adoção entre correspondentes, com novos processos de *cross-selling* que elevaram a penetração de Seguro Prestamista e Seguro Auto, alavancando nossa posição nesse segmento.

Nos aplicativos, priorizamos autonomia, segurança e fluidez. Para Pessoa Física, a jornada de crédito imobiliário permite abater parcelas com FGTS de forma totalmente online. O aplicativo recebeu revitalização na compra de moeda estrangeira em espécie, consulta de margem para crédito consignado e cadastro de cartões de débito na Samsung Wallet. Na frente de investimentos, clientes contam com simulação de taxas em tempo real e abertura simplificada de conta na corretora com o Ágora One Click Journey. Para o público corporativo, o App Empresas e Negócios inaugurou uma área exclusiva de investimentos, enquanto o Open Cash Hub integrou as jornadas de recebimentos e pagamentos empresariais.

Sustentar esse ritmo exige forte investimento na formação de talentos. A comunidade tecnológica do banco conta com mais de 10 mil profissionais, que com a Tech Academy, tem à disposição milhares de horas de capacitação.

Como reconhecimento à consistência de sua estratégia tecnológica e capacidade de inovação, o Banco foi destaque em premiações internacionais, incluindo o reconhecimento como Best Bank for Technology pela revista The Banker, além de premiações relacionadas ao uso de Blockchain e Open Finance em soluções financeiras, reforçando seu posicionamento entre as instituições de referência em inovação no setor financeiro.

Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o setor público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com gerentes de negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos poderes executivo, legislativo e judiciário federais, estaduais e municipais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista e as forças armadas e auxiliares. Mensalmente, mais de 10,7 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no país.

Dispomos de 12 estruturas especializadas no atendimento aos governos, capitais, tribunais, assembleias, ministérios públicos, defensorias públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, 26 estruturas de varejo para atender as demais prefeituras e órgãos. Saiba mais em: bradescopoderpublico.com.br.

Pessoas, Cultura & Performance

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 79.699 funcionários, sendo 67.954 do Banco Bradesco, 10.885 de Empresas Ligadas e 860 do exterior.

Para mais informações sobre Pessoas, Cultura & Performance, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no site: bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade é um dos nossos direcionadores estratégicos, expressa também em nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que uma atuação consistente em governança, gestão e engajamento nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) é fundamental para o crescimento sustentável e para a perenidade das nossas operações, contribuindo para a geração de valor de longo prazo para todos os nossos *stakeholders*.

Nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) e é pautada pela integração dos temas ASG à gestão dos negócios, à transparência e à tomada de decisões.

Seguimos comprometidos com o financiamento de negócios sustentáveis e com o apoio aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde e inclusiva, acompanhando riscos e oportunidades associados.

Até junho de 2026, alcançamos 92,5% da meta de direcionar R$ 450 bilhões até o final de 2026 destinada ao financiamento de negócios sustentáveis e ao apoio aos clientes em sua transição para uma economia mais verde, resiliente e inclusiva.

Em maio de 2026, fomos um dos contemplados no 4º leilão do Programa Eco Invest Brasil, iniciativa do Tesouro Nacional voltada à mobilização de recursos para projetos de bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura verde na Amazônia Legal. O programa utiliza instrumentos de *blended finance* para atrair capital privado e internacional para a transição ecológica do país. Como resultado, assumimos o compromisso de estruturar aproximadamente R$ 1,6 bilhão em investimentos para projetos aderentes à agenda de negócios sustentáveis, reforçando o papel do Bradesco como agente mobilizador de capital para iniciativas que combinam desenvolvimento econômico, conservação ambiental e geração de impacto positivo para a sociedade.

Fomos destacados no ranking da Environmental Finance entre os 10 maiores bancos em número de empréstimos rotulados, incluindo operações verdes, sociais, sustentáveis e vinculadas à sustentabilidade. O ranking, baseado em dados de mercado, reforça nossa atuação no financiamento de uma economia de baixo carbono.

Nossa atuação em sustentabilidade tem sido reconhecida por índices e *ratings* nacionais e internacionais de referência, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Esses índices refletem nossa gestão e desempenho em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

Para acompanhar nossas iniciativas, acesse: bradescori.com.br/bradescosustentabilidade.com.br.

Governança Corporativa

O Banco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, entregamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado pela área de Governança Corporativa, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Órgão possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato de 1 (um) ano. É composto por 3 (três) membros efetivos, eleitos pelos acionistas controladores, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradescori.com.br – Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete à Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração, considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, normas e códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.

A atuação está pautada, prioritariamente, na aderência aos elementos mandatórios das Normas Internacionais para a Prática de Auditoria (IPPF - *International Professional Practices Framework*), do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), do Código de Conduta Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e das diretrizes internas definidas pela Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

As ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4), representavam 3,9% do Ibovespa em 30 de junho de 2026. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos é exercida de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são solvência, rentabilidade, liquidez, crédito, mercado, operacional, compliance, segurança cibernética, estratégia, social, ambiental, climático, modelo, contágio, reputação, inteligência artificial e subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao *Chief Financial Officer* (CFO), acompanha as limitações e fragilidades dos modelos e respectivos planos de ação. Realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, à Comissão de Risco de Modelo e aos Comitês de Riscos. Em paralelo, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de aculturamento e disseminando as boas práticas em modelagem.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os programas de compliance, integridade e concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, monitorar, detectar e reportar o risco de compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações, regulamentações e autorregulações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui política de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras, de acordo com as políticas internas da Organização, assim como, com as regras de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do País. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R$ 1,6 bilhão

Previsão de investimentos em 2026

R$ 1,3 bilhão destinado ao custeio das despesas de atividades

R$ 328 milhões para investimentos em infraestrutura e tecnologia educacional.

E esses investimentos permitirão:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos serão beneficiados prioritariamente na educação básica – Educação Infantil ao ensino médio e educação profissional técnica de nível médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 2,0 milhões de usuários estarão matriculados em ao menos um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

Reconhecimentos 2T26

- Pelo 14° ano consecutivo, a Ouvidoria Bradesco foi reconhecida no Prêmio Ouividoria Brasil, promovido pela Abrarec, com destaque em desempenho.
- Bradesco foi destaque mundial ao conquistar o reconhecimento máximo, Best Bank for Technology - Global, além de outros importantes troféus, como o Best Bank for Technology - Latin America e o primeiro lugar nas categorias AI & Machine Learning e Mobile, pela revista The Banker.
- Bradesco fica em primeiro lugar no Prêmio Acesso de Adolescentes e Jovens ao Marcado de Trabalho, pelo programa TEA.
- O Bradesco foi reconhecido no Festival Internacional de Criatividade de Cannes 2026 com o Dancebook Brasil, o projeto conquistou Ouro em Desing (Books) e Bronze em Industry Craft, consolidando-se entre os destaques brasileiros desta edição do evento.
- Pelo 7º ano consecutivo, o Bradesco, está entre os destaques do prêmio Best Workplaces, promovido pelo Infojobs, ocupando o top 5 na categoria de Instituição Financeira.
- Bradesco foi reconhecido, pela Anetec, como Melhor Anfitrião de Universidade Corporativa 2025.

Agradecimentos

Os resultados alcançados no semestre reforçam a consistência da estratégia da Organização Bradesco e sua capacidade de gerar valor de forma sustentável, acompanhando a evolução e necessidades do mercado. Também, refletem o compromisso contínuo com a inovação e a excelência no atendimento que construímos ao longo de nossa história. Porém, nada disso seria possível sem a confiança de nossos acionistas e clientes, que nos inspiram diariamente a evoluir. Da mesma forma, o empenho, a dedicação e a competência de nossos funcionários e demais colaboradores são fundamentais para a entrega de números sólidos e para a construção de um Banco cada vez mais forte e preparado para o futuro. A todos que fazem parte dessa trajetória, nosso muito obrigado.

Cidade de Deus, 29 de julho de 2026

Conselho de Administração e Diretoria

(Esta página foi deixada em branco propositalmente).

Demonstrações Financeiras Individuais

de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

1S26

bradesco

Sumário

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO PATRIMONIAL 14
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 15
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 16
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 17
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 18
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 19

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1) INFORMAÇÕES GERAIS 20
2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 20
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS 21
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS 22
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 22
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO 23
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS 24
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES 33
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO 34
10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ 36
11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL 37
12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO 38
13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS 49
14) ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA 49
15) INVESTIMENTOS 50
16) IMOBILIZADO DE USO 51
17) INTANGÍVEL 52
18) OUTROS ATIVOS 52
19) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 53
20) RECURSOS DE CLIENTES 56
21) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS 56
22) DÍVIDAS SUBORDINADAS 57
23) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS 58
24) PROVISÕES 59
25) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES 59
26) OUTROS PASSIVOS 62
27) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR) 62
28) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 65
29) DESPESAS DE PESSOAL 65
30) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS 66
31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS 66
32) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS 66
33) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS 66
34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL 67
35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 67
36) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 70
37) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL 73
38) OUTRAS INFORMAÇÕES 85

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, bem como suas Notas Explicativas, Demonstrações do Resultado Abrangente, Mutação do Patrimônio Líquido, Valor Adicionado e o Fluxo de Caixa (Banco Bradesco Múltiplo) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

			R$ mil
	Nota	**Em 30 de junho de 2026**	**Em 31 de dezembro de 2025**
Ativo			
Disponibilidades	**5**	**11.801.937**	**12.020.632**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		**203.060.653**	**184.967.305**
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	6a	165.919.470	163.773.659
- Instrumentos financeiros derivativos	7b	37.141.183	21.193.646
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**8**	**63.117.076**	**66.475.923**
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	63.117.076	66.475.923
Ativos financeiros ao custo amortizado		**1.437.121.993**	**1.363.726.902**
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	255.095.522	238.075.097
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	10	385.008.712	353.983.208
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	11	121.167.730	121.460.804
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	554.971.488	527.828.977
- Outros ativos financeiros	13	120.878.541	122.378.816
Ativos não financeiros mantidos para venda	**14**	**1.445.838**	**905.361**
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	**15**	**102.928.596**	**98.840.570**
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	**16**	**6.984.572**	**6.654.330**
Intangíveis e ágio, líquidos de amortizações	**17**	**14.278.858**	**12.474.956**
Impostos a compensar		**24.388.461**	**7.848.096**
Créditos tributários	**35b**	**95.479.361**	**102.297.222**
Outros ativos	**18**	**14.030.487**	**9.393.553**
Total do Ativo		**1.974.637.832**	**1.865.604.850**
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		**1.705.954.897**	**1.622.713.137**
- Recursos de instituições financeiras	19	497.712.030	480.405.504
- Recursos de clientes	20	720.091.332	694.748.422
- Recursos de emissão de títulos	21	356.029.061	324.689.775
- Dívidas subordinadas	22	55.017.974	54.714.526
- Outros passivos financeiros	23	77.104.500	68.154.910
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**6b e 7b**	**32.903.854**	**17.312.624**
Provisão para perda esperada		**2.711.993**	**2.729.847**
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	37C	1.360.616	1.449.466
- Garantias financeiras	37C	1.351.377	1.280.381
Outras provisões	**24**	**20.994.146**	**21.749.591**
Impostos diferidos	**35b**	**1.724.909**	**639.314**
Outros passivos	**26**	**35.117.706**	**28.221.298**
Total do passivo		**1.799.407.505**	**1.693.365.811**
Patrimônio líquido			
Capital social	27b	93.770.000	87.100.000
Ações em tesouraria	27e	(288.591)	(168.625)
Reservas de capital		11.441	11.441
Reservas de lucros	27c	88.505.105	91.064.887
Outros resultados abrangentes		(6.767.628)	(5.768.664)
Total do Patrimônio Líquido		**175.230.327**	**172.239.039**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.974.637.832**	**1.865.604.850**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais.

					R$ mil
	Nota	2º Trimestre		Acumulado em 30 de junho	
		2026	2025	2026	2025
Receitas da Intermediação Financeira		**62.209.261**	**51.548.406**	**124.755.017**	**97.879.230**
- Operações de crédito e arrendamento mercantil		30.822.017	22.124.650	59.745.089	49.618.756
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7f III	26.602.791	27.560.883	54.090.515	45.535.999
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	1.318.328	112.389	901.778	1.005.456
- Resultado de operações em moeda estrangeira		549.876	(1.905.767)	3.365.814	(5.296.365)
- Resultado das aplicações compulsórias	11b	3.199.749	2.893.934	6.368.478	5.471.643
- Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(283.500)	762.317	283.343	1.543.741
Despesas da Intermediação Financeira		**(43.873.917)**	**(35.160.924)**	**(87.625.877)**	**(65.010.206)**
- Operações de captações no mercado	19e	(42.205.370)	(34.895.273)	(84.105.126)	(65.181.853)
- Operações de empréstimos e repasses	19d	(1.668.547)	(265.651)	(3.520.751)	171.647
Resultado da Intermediação Financeira		**18.335.344**	**16.387.482**	**37.129.140**	**32.869.024**
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	**12f**	**(8.696.205)**	**(7.334.367)**	**(18.030.658)**	**(14.476.470)**
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		**9.639.139**	**9.053.115**	**19.098.482**	**18.392.554**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(4.649.709)**	**(7.033.314)**	**(9.133.114)**	**(11.985.629)**
- Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	28	5.678.457	5.635.301	11.277.071	11.154.477
- Despesas de pessoal	29	(5.273.472)	(5.128.996)	(10.511.340)	(10.253.451)
- Despesas administrativas	30	(5.205.848)	(4.828.554)	(9.929.165)	(9.455.254)
- Despesas tributárias	31	(1.409.616)	(1.316.436)	(2.785.848)	(2.672.940)
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	15	4.491.470	3.581.295	9.147.181	7.379.167
- Outras receitas operacionais	32	1.731.470	1.729.735	3.521.025	3.278.484
- Outras despesas operacionais	33	(3.531.813)	(3.421.396)	(7.551.362)	(7.118.933)
- Provisão fiscal, cível, trabalhista e outras		(1.130.357)	(3.284.263)	(2.300.676)	(4.297.179)
Resultado operacional		**4.989.430**	**2.019.801**	**9.965.368**	**6.406.925**
Resultado não operacional	34	214.096	16.801	228.389	50.346
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de não controladores		**5.203.526**	**2.036.602**	**10.193.757**	**6.457.271**
Imposto de renda e contribuição social	35	1.846.387	4.030.233	1.886.307	5.411.646
Lucro Líquido		**7.049.913**	**6.066.835**	**12.080.064**	**11.868.917**
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R$ por ação):					
– Lucro por ação ordinária	27f i	0,63	0,55	1,09	1,07
– Lucro por ação preferencial	27f i	0,70	0,60	1,20	1,18

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais.

				R$ mil
	2º Trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Lucro líquido do período	**7.049.913**	**6.066.835**	**12.080.064**	**11.868.917**
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	**7.049.913**	**6.066.835**	**12.080.064**	**11.868.917**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**(1.353.221)**	**642.141**	**(998.972)**	**818.507**
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**(1.358.031)**	**772.077**	**(1.409.992)**	**1.049.607**
- Próprios	(2.001.318)	374.936	(2.402.204)	(444.622)
- De controladas, coligadas e controladas em conjunto	(428.845)	943.100	(147.967)	2.256.134
- Efeito dos impostos	1.072.132	(545.959)	1.140.179	(761.905)
Operações de *Hedge*	**(8.777)**	**(81.678)**	**554.827**	**16.904**
- *Hedge* de fluxo de caixa	8.341	(243.380)	730.390	(436.114)
- *Hedge* de investimento no exterior	(31.729)	99.795	282.158	489.917
- Efeito dos impostos	14.611	61.907	(457.721)	(36.899)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	**13.587**	**(48.258)**	**(143.807)**	**(248.004)**
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	**(1)**	**(1)**	**8**	**(743)**
Avaliação atuarial	**(1)**	**(1)**	**8**	**(743)**
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	**(1.353.222)**	**642.140**	**(998.964)**	**817.764**
Resultado abrangente do período	**5.696.691**	**6.708.975**	**11.081.100**	**12.686.681**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais.

								R$ mil
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio líquido
		Ágio por Subscrição de Ações	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**87.100.000**	**11.441**	**14.294.978**	**70.658.011**	**(11.008.993)**	**(568.728)**	**-**	**160.486.709**
Ajustes Iniciais na Adoção das Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21	-	-	-	-	4.520.427	-	(3.315.194)	1.205.233
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**87.100.000**	**11.441**	**14.294.978**	**70.658.011**	**(6.488.566)**	**(568.728)**	**(3.315.194)**	**161.691.942**
Cancelamento de ações em Tesouraria	-	-	-	(622.724)	-	622.724	-	-
Aquisição de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	817.764	-	-	817.764
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	11.868.917	11.868.917
Destinações:								
- Reservas	-	-	593.446	4.431.432	-	-	(5.024.878)	-
- Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados	-	-	-	-	-	-	(6.844.039)	(6.844.039)
Saldos em 30 de junho de 2025	**87.100.000**	**11.441**	**14.888.424**	**74.466.719**	**(5.670.802)**	**(168.625)**	**(3.315.194)**	**167.311.963**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**87.100.000**	**11.441**	**15.356.673**	**75.708.214**	**(5.768.664)**	**(168.625)**	**-**	**172.239.039**
Aumento de Capital Social com Reservas	6.670.000	-	(6.670.000)	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(119.966)	-	(119.966)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	(998.964)	-	-	(998.964)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	12.080.064	12.080.064
Destinações:								
- Reservas	-	-	604.003	3.506.215	-	-	(4.110.218)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(7.969.846)	(7.969.846)
Saldos em 30 de junho de 2026	**93.770.000**	**11.441**	**9.290.676**	**79.214.429**	**(6.767.628)**	**(288.591)**	**-**	**175.230.327**

(1) Inclui os efeitos da variação cambial referente a conversão de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais.

	R$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	**10.193.757**	**6.457.271**
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	**20.610.708**	**17.412.390**
- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18.030.658	14.476.470
- Constituição/reversão e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	2.437.069	4.564.146
- Depreciação e amortização	3.082.095	3.139.081
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(9.147.181)	(7.379.167)
- (Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda	(107.484)	(125.096)
- (Ganho)/perda na venda de imobilizado de uso	5.556	16.340
- (Ganho)/perda na venda de investimentos	(300)	-
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior e outros	6.174.877	2.589.677
- Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	135.418	130.939
(Aumento)/redução nas variações em ativos	**(62.759.904)**	**(18.426.691)**
- Depósitos compulsórios no Banco Central	1.693.073	126.698
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.439.339)	(10.967.875)
- Operações de crédito e de arrendamento mercantil	(44.369.669)	(45.450.733)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(3.820.093)	(22.179.981)
- Impostos diferidos	6.823.183	1.525.713
- Outros ativos financeiros	(43.928)	37.241.938
- Outros ativos	(21.603.131)	21.277.549
(Redução)/aumento nas variações em passivos	**58.167.711**	**(34.589.801)**
- Depósitos e demais instrumentos financeiros	52.260.537	(40.830.999)
- Impostos diferidos	2.966.580	24.986
- Provisões	(3.192.815)	(2.423.935)
- Outros passivos	12.938.659	8.698.873
- Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.805.250)	(58.726)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	**26.212.272**	**(29.146.831)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(38.614.577)	(16.179.068)
Alienação, vencimentos e juros de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	46.740.887	48.860.593
Vencimentos e juros de ativos financeiros ao custo amortizado	74.750.819	75.021.118
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado	(78.309.019)	(56.276.879)
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	297.511	148.526
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	5.054.629	959.099
Aquisição de imobilizado de uso	(1.095.494)	(4.346.096)
Alienação de imobilizado de uso	149.879	260.112
Aquisição de intangível	(3.763.227)	(1.862.827)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	**5.211.408**	**46.584.578**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Recursos de emissão de títulos	64.764.369	69.516.733
Liquidação e pagamentos de juros de recursos de emissão de títulos	(54.334.117)	(68.141.384)
Emissão de dívidas subordinadas	3.552.300	5.555.700
Liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	(7.516.822)	(6.919.722)
Pagamento de arrendamento	(661.511)	(893.710)
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	(6.205.046)	(6.074.668)
Aquisição de ações em tesouraria	(119.966)	(222.621)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	**(520.793)**	**(7.179.672)**
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	**30.902.887**	**10.258.075**
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período	194.914.299	210.434.220
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(135.418)	(130.939)
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período	225.681.768	220.561.356
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	**30.902.887**	**10.258.075**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais.

Descrição	Acumulado em 30 de junho			R$ mil
	2026	%	2025	%
1 – Receitas	**111.907.042**	**475,5**	**86.478.465**	**445,1**
1.1) Intermediação Financeira	**124.755.017**	**530,0**	**97.879.230**	**503,8**
1.2) Prestação de Serviços	**11.277.071**	**47,9**	**11.154.477**	**57,4**
1.3) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**(18.030.658)**	**(76,6)**	**(14.476.470)**	**(74,5)**
1.4) Outras	**(6.094.388)**	**(25,9)**	**(8.078.772)**	**(41,6)**
2 – Despesas de Intermediação Financeira	**(87.625.877)**	**(372,3)**	**(65.010.206)**	**(334,6)**
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	**(6.809.226)**	**(28,9)**	**(6.281.520)**	**(32,3)**
Serviços de Terceiros	(1.687.635)	(7,2)	(1.782.387)	(9,2)
Processamento de Dados	(1.681.963)	(7,1)	(932.551)	(4,8)
Comunicação	(261.464)	(1,1)	(251.620)	(1,3)
Manutenção e Conservação de Bens	(462.368)	(2,0)	(580.269)	(3,0)
Serviços do Sistema Financeiro	(636.440)	(2,7)	(585.031)	(3,0)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(566.494)	(2,4)	(440.182)	(2,3)
Segurança e Vigilância	(221.922)	(0,9)	(241.508)	(1,2)
Transporte	(260.122)	(1,1)	(292.141)	(1,5)
Materiais, Água, Energia e Gás	(177.623)	(0,8)	(187.523)	(1,0)
Viagens	(77.222)	(0,3)	(58.513)	(0,3)
Outras	(775.973)	(3,3)	(929.795)	(4,8)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	**17.471.939**	**74,2**	**15.186.739**	**78,2**
5 – Depreciação e Amortização	**(3.082.095)**	**(13,1)**	**(3.139.081)**	**(16,2)**
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	**14.389.844**	**61,1**	**12.047.658**	**62,0**
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	**9.147.181**	**38,9**	**7.379.167**	**38,0**
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	9.147.181	38,9	7.379.167	38,0
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	**23.537.025**	**100,0**	**19.426.825**	**100,0**
9 – Distribuição do Valor Adicionado	**23.537.025**	**100,0**	**19.426.825**	**100,0**
9.1) Pessoal	**9.270.411**	**39,4**	**8.863.008**	**45,6**
Proventos	5.623.680	23,9	5.364.741	27,6
Benefícios	2.164.033	9,2	2.107.595	10,8
FGTS	557.254	2,4	544.044	2,8
Outros	925.444	3,9	846.628	4,4
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	**2.140.470**	**9,1**	**(1.348.263)**	**(6,9)**
Federais	1.735.265	7,4	(1.759.958)	(9,1)
Municipais	405.205	1,7	411.695	2,1
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	**46.080**	**0,2**	**43.163**	**0,2**
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	**12.080.064**	**51,3**	**11.868.917**	**61,1**
Juros sobre o Capital Próprio	7.969.846	33,9	6.844.039	35,2
Lucros Retidos	4.110.218	17,5	5.024.878	25,9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o "Bradesco", o "Banco", a "Companhia" ou a "Organização") é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Gestão de Recursos, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras intermediárias individuais do Bradesco (Banco Múltiplo) abrangem as demonstrações financeiras do Bradesco e suas agências no exterior.

Estas demonstrações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que incluem a Resolução CMN nº 4.818/20, a Resolução BCB nº 2/20, as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais, ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos (Nota 15).

As demonstrações financeiras intermediárias individuais apresentam todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças na situação patrimonial e financeira da Organização, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa ocorridas desde o término do exercício social mais recente, incluindo, no mínimo, o saldo de cada um dos grupos e subgrupos de contas que estiverem incluídos nas demonstrações financeiras completas mais recentes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais do Bradesco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2026.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2026

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que instituiu novas regras para a dedutibilidade, nas bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), das perdas com créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Posteriormente, em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.078, a qual estabeleceu que as perdas relativas a créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, deverão observar novo critério de dedução. Referida lei também vedou a dedução, no exercício de 2025, das perdas incorridas que excedam o lucro real apurado no respectivo período.

Tanto as perdas existentes em estoque em 31 de dezembro de 2024, quanto aquelas apuradas no exercício de 2025 e não deduzidas em razão da limitação mencionada, somente poderão ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL de forma parcelada, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos) por mês-calendário, conforme aplicável, a partir de janeiro de 2026.

Com fundamento na Lei nº 14.467/22 e com as alterações promovidas pela Lei nº 15.078/2024, bem como na Instrução Normativa RFB nº 2.201/24, o Bradesco optou pela aplicação do critério de dedução à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, nos termos do §1º do art. 6º da Lei nº 14.467, a partir do mês de janeiro de 2026.

Em 2024, foram emitidas as Resoluções CMN n° 5.185 e BCB nº 435, que dispõem sobre a obrigatoriedade das instituições elaborarem o Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, a partir do exercício social de 2026, com base em pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS. No primeiro ano de elaboração o Relatório deve ser divulgado em até cento e oitenta dias da data-base e nos anos subsequentes deve ser divulgado como parte integrante das demonstrações financeiras.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2023 foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de *Hedge*, para 1° de janeiro de 2027.

Em 2024 foram emitidas as Resoluções CMN n° 5.146 e BCB n° 397, normas complementares à Resolução CMN n° 4.966/21, que facultaram até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

Em setembro de 2025, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.252 e BCB nº 513, que estabelecem os conceitos e critérios contábeis para mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. As normas entram em vigor em 1º de janeiro de 2027.

Em fevereiro de 2026, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.281 e BCB nº 550, que estabelecem os critérios a serem observados no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis de ativos virtuais. As normas entram em vigor a partir de janeiro de 2027.

O Banco vem analisando a aplicação das referidas normas, e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

As estimativas e julgamentos contábeis significativos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras são uniformes em relação àqueles que foram adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Disponibilidades em moeda nacional	8.986.528	9.564.035
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.815.409	2.456.597
Total de disponibilidades (caixa)	**11.801.937**	**12.020.632**
Aplicações voluntárias no Banco Central	11.699.999	10.300.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	202.179.832	172.593.667
Total de caixa e equivalentes de caixa	**225.681.768**	**194.914.299**

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado

										R$ mil
Títulos	Em 30 de junho de 2026								Em 31 de dezembro de 2025	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras										
Letras do tesouro nacional	39.680.952	2.505.884	13.926	5.758.645	-	47.959.407	47.989.036	(29.629)	51.536.310	(31.474)
Notas do tesouro nacional	3.451	15.565.972	2.080.045	33.029.986	-	50.679.454	51.480.894	(801.440)	47.879.838	(21.303)
Ações	-	-	-	-	17.403.917	17.403.917	17.304.553	99.364	14.926.105	(187.172)
Letras financeiras do tesouro	-	107.067	924.543	8.516.431	-	9.548.041	9.547.212	829	16.026.168	589
Outros	156.031	791.655	1.172.004	13.436.568	24.772.393	40.328.651	40.661.073	(332.422)	33.405.238	(2.569)
Total	**39.840.434**	**18.970.578**	**4.190.518**	**60.741.630**	**42.176.310**	**165.919.470**	**166.982.768**	**(1.063.298)**	**163.773.659**	**(241.929)**

b) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	32.903.854	17.312.624
Total	**32.903.854**	**17.312.624**

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições.

Essas operações abrangem diversos tipos de derivativos, como *swaps* de taxas de juros e de moeda, futuros, opções, contratos a termo, derivativos de crédito e contratos de câmbio com liquidação pronta e futura, contabilizados e divulgados como derivativos, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021.

A política de gestão de riscos do Bradesco fundamenta-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações realizadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e classificados na categoria de valor justo no resultado (VJR) conforme demonstrado no balanço patrimonial individual.

O valor justo é, geralmente, determinado com base em cotações ou preços de mercado aplicáveis a ativos ou passivos que possuam características semelhantes. Quando essas cotações não estão disponíveis, o valor justo é estimado com base em informações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou outras técnicas similares. Nesses casos, a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O valor justo dos *swaps* é determinado por meio de técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de rendimento que refletem os fatores de risco adequados. Estas curvas são aplicadas na precificação dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. As informações utilizadas para construção de curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional.

O valor justo dos contratos futuros e dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou por meio de metodologias similares às utilizadas na precificação para *swaps*.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

O valor justo dos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações da carteira de câmbio devem ter o tratamento contábil como derivativos. Nesse sentido, os valores registrados como direitos e obrigações da carteira de câmbio (valor nocional) são registrados em contas de compensação e a variação do valor justo em contas de resultado.

Para estimar o valor justo dos derivativos de balcão, é levada em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps*, opções e futuros, sendo registradas na B3. Já os derivativos realizados no Exterior referem-se a operações de *swaps*, termos, opções, derivativos de crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como no mercado de balcão.

As macroestratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge, market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

				R$ mil
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	**169.500.913**	**189.443**	**145.254.755**	**(500.096)**
- Mercado interfinanceiro	91.610.939	118.542	81.112.407	(3.338)
- Moeda estrangeira	61.221.146	67.562	52.068.249	(496.349)
- Outros	16.668.828	3.339	12.074.099	(409)
Compromissos de venda:	**257.340.229**	**(239.163)**	**165.612.193**	**571.080**
- Mercado interfinanceiro (1)	187.902.779	(180.357)	111.724.128	12.273
- Moeda estrangeira (2)	35.025.065	(3.992)	30.741.161	537.923
- Outros	34.412.385	(54.814)	23.146.904	20.884
Contratos de opções				
Posição comprada:	**51.629.215**	**1.938.433**	**32.838.734**	**1.600.210**
- Moeda estrangeira	15.055.411	965.255	9.608.849	1.121.107
- Outros	36.573.804	973.178	23.229.885	479.103
Posição vendida:	**50.498.766**	**(2.846.375)**	**45.941.781**	**(2.459.622)**
- Moeda estrangeira	13.903.038	(959.337)	15.888.242	(947.295)
- Outros	36.595.728	(1.887.038)	30.053.539	(1.512.327)
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	**101.605.771**	**(2.006.975)**	**77.537.638**	**(1.505.997)**
- Moeda estrangeira	88.216.318	(1.840.526)	72.456.226	(1.459.785)
- Outros	13.389.453	(166.449)	5.081.412	(46.212)
Compromissos de venda:	**88.225.847**	**1.485.832**	**64.635.335**	**1.317.555**
- Moeda estrangeira (2)	74.082.822	770.197	59.830.114	484.760
- Outros	14.143.025	715.635	4.805.221	832.795
Contratos de Câmbio				
Compromissos de compra:	**33.003.978**	**(17.076)**	**24.877.800**	**(57.213)**
- Moeda estrangeira	33.003.978	(17.076)	24.877.800	(57.213)
Compromissos de venda:	**16.400.162**	**(69.537)**	**6.878.489**	**(110.916)**
- Moeda estrangeira	16.400.162	(69.537)	6.878.489	(110.916)
Contratos de *swap*				
Posição ativa:	**170.461.540**	**12.888.213**	**157.486.949**	**11.340.133**
- Mercado interfinanceiro	85.119.452	6.618.208	69.396.117	4.678.501
- Prefixados	10.778.059	523.157	8.813.727	336.246
- Moeda estrangeira	55.054.702	3.381.094	63.787.694	4.402.308
- IGP-M	30.412	32.153	31.221	29.994
- Outros	19.478.915	2.333.601	15.458.190	1.893.084
Posição passiva:	**97.978.011**	**(7.085.466)**	**67.364.376**	**(6.314.112)**
- Mercado interfinanceiro	51.946.375	(2.097.612)	28.051.998	(1.362.651)
- Prefixados	10.490.185	(740.050)	8.705.954	(501.522)
- Moeda estrangeira	14.554.201	(2.492.186)	15.314.548	(2.728.947)
- IGP-M	103.000	(127.310)	103.000	(116.300)
- Outros	20.884.250	(1.628.308)	15.188.876	(1.604.692)

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R$ 127.660.676 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 100.113.669 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R$ 16.017.960 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 10.625.523 mil) (Nota 7f II); e
(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R$ 39.937.903 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 39.781.569 mil).

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor justo e prazos

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor justo
Ajuste a receber – *swap*	362.866	1.121.083	978.974	10.425.290	12.888.213	11.340.133
Ajuste a receber - futuro	31.644	3.631	14.371	160.931	210.577	655.596
Compras a termo a receber	570.299	118.212	5.522.672	2.165.912	8.377.095	3.153.186
Vendas a termo a receber (1)	1.049.420	254.493	5.721.200	6.615.529	13.640.642	4.318.877
Compras de moedas estrangeira a receber	78.987	6.094	-	-	85.081	122.989
Vendas de moedas estrangeira a receber	451	691	-	-	1.142	2.655
Prêmios de opções a exercer	1.476.374	85.888	99.634	276.537	1.938.433	1.600.210
Total do ativo (A)	**3.570.041**	**1.590.092**	**12.336.851**	**19.644.199**	**37.141.183**	**21.193.646**
Ajuste a pagar - *swap*	(378.950)	(380.176)	(557.135)	(5.769.205)	(7.085.466)	(6.314.112)
Ajuste a pagar - futuro	(71.663)	-	(9.632)	(179.002)	(260.297)	(584.612)
Compras a termo a pagar	(1.124.585)	(721.654)	(6.245.915)	(2.291.916)	(10.384.070)	(4.659.183)
Vendas a termo a pagar	(318.556)	(137.550)	(5.086.344)	(6.612.360)	(12.154.810)	(3.001.322)
Compras de moedas estrangeira a pagar	(2.315)	(12.648)	(52.453)	(34.741)	(102.157)	(180.202)
Vendas de moedas estrangeira a pagar	(70.679)	-	-	-	(70.679)	(113.571)
Prêmios de opções lançadas	(1.312.877)	(114.937)	(131.726)	(1.286.835)	(2.846.375)	(2.459.622)
Total do passivo (B)	**(3.279.625)**	**(1.366.965)**	**(12.083.205)**	**(16.174.059)**	**(32.903.854)**	**(17.312.624)**
Efeito Líquido (A-B)	**290.416**	**223.127**	**253.646**	**3.470.140**	**4.237.329**	**3.881.022**

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo, de câmbio e de swap - (Valor de Referência)

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Contratos futuros (1)	148.812.780	20.734.981	87.294.202	169.999.179	426.841.142	310.866.948
Contratos de opções	84.363.747	2.899.182	4.108.543	10.756.509	102.127.981	78.780.515
Contratos a termo (1)	78.407.041	21.708.375	68.307.241	21.408.961	189.831.618	142.172.973
Contratos de câmbio	39.276.602	4.570.500	4.978.581	578.457	49.404.140	31.756.289
Contratos de *swap*	12.301.809	17.960.013	22.577.811	215.599.918	268.439.551	224.851.325
Total em 30 de junho de 2026	**363.161.979**	**67.873.051**	**187.266.378**	**418.343.024**	**1.036.644.432**	
Total em 31 de dezembro de 2025	**227.984.379**	**83.307.997**	**76.345.460**	**400.790.214**		**788.428.050**

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Títulos públicos		
Notas do tesouro nacional	7.542.668	6.392.456
Letras do tesouro nacional	6.116.314	7.516.255
Total	**13.658.982**	**13.908.711**

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

	R$ mil			
	2º Trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Contratos futuros (1)	1.168.010	2.537.517	821.736	3.994.941
Contratos de opções	(942.703)	(273.133)	(492.495)	(197.858)
Contratos a termo (1)	(673.452)	(1.480.694)	(884.922)	(2.159.586)
Contratos de câmbio	59.962	746.015	(234.897)	1.533.098
Contratos de *swap*	1.706.511	(1.417.316)	1.692.356	(2.165.139)
Total (Nota 7f III)	**1.318.328**	**112.389**	**901.778**	**1.005.456**

(1) Inclui, o resultado e o respectivo ajuste ao valor justo do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
B3 (bolsa)	460.139.746	327.673.726
B3 (balcão)	**389.572.883**	**316.160.219**
- Instituições financeiras	87.394.977	53.181.154
- Empresas	300.102.877	261.158.880
- Pessoas físicas	2.075.029	1.820.185
Exterior (bolsa) (1)	52.792.922	47.986.685
Exterior (balcão) (1)	134.138.881	96.607.420
Total	**1.036.644.432**	**788.428.050**

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (*Credit Default Swap* – CDS)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Risco recebido de *Swaps* de créditos:	**1.902.023**	**1.840.305**
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	1.243.689	1.195.369
- Títulos públicos brasileiros	658.334	644.936
Risco transferido de *Swaps* de créditos:	**(129.415)**	**(137.560)**
- Derivativos de títulos de empresas	(129.415)	(137.560)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2033. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

II) *Hedge* contábil

A contabilidade de *hedge* é uma prática que utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de reduzir ou eliminar as assimetrias contábeis existentes em uma relação de proteção, entre um instrumento de *hedge* e um item protegido. Em outras palavras, essa metodologia busca compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições a fatores específicos que possam afetar o resultado ou os outros resultados abrangentes da instituição.

A efetividade do *hedge* pode ser afetada principalmente quando, durante o período da relação de proteção, alterações no cenário de risco de mercado ou no risco de crédito da contraparte ocorrerem.

Em 30 de junho de 2026, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

***Hedge* de fluxo de caixa –** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos e é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*.

Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos de DI Futuro na B3, *Swaps* e FED *funds,* sendo os prazos de vencimentos até 2032 tornando o fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de *hedge* (valor contábil)	Instrumento de *hedge* (valor nominal)	Instrumento de *hedge* (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)
Em 30 de junho de 2026				
Ativo				
Hedge de Títulos - recebimentos de juros	16.057.838	16.017.960	15.798.803	(219.157)
Passivo				
Hedge de Captações - pagamentos de juros	134.693.872	127.660.676	128.331.781	671.106
Em 31 de dezembro de 2025				
Ativo				
Hedge de Títulos - recebimentos de juros	11.034.575	10.665.135	10.625.523	(39.611)
Passivo				
Hedge de Captações - pagamentos de juros	102.370.447	100.352.489	100.113.669	(238.820)

* Bruto dos efeitos fiscais.
As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A parcela não efetiva é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no período findo em 30 de junho de 2026 no valor de R$ 2.764 mil (2025 - R$ 0 mil).

***Hedge* de valor justo –** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações do instrumento, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos sendo reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários.

Referente ao risco de Captações Pré-fixadas, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se contratos de DI Futuro, sendo os prazos de vencimentos até 2036. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R$ mil				
	Objeto		Instrumento		
	Objeto de *hedge* (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no resultado* (parcela efetiva)	Instrumento de *hedge* (valor nominal)	Instrumento de *hedge* (valor de mercado)	Ajuste a valor justo
Passivo					
Hedge letra financeira	128.485	4.977	134.068	129.182	(4.886)
Total em 30 de junho de 2026	**128.485**	**4.977**	**134.068**	**129.182**	**(4.886)**
Passivo					
Hedge de letra financeira	79.857	1.489	81.342	79.938	(1.405)
Total em 31 de dezembro de 2025	**79.857**	**1.489**	**81.342**	**79.938**	**(1.405)**

(*) Bruto dos efeitos fiscais.

No período findo em 30 de junho de 2026, o valor da parcela não efetiva foi de R$ 13 mil. Em 30 de junho de 2025 não tínhamos *hedge* de valor justo.

***Hedge* de investimentos no exterior –** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação de variação cambial do objeto e instrumento de *hedge*, sendo reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

Referente ao risco de moeda, cuja moeda funcional é diferente do real, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

Estratégia	R$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de hedge (valor contábil)	Instrumento de *hedge* (valor nominal)	Instrumento de *hedge* (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)
Ativo				
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.377.260	6.722.990	5.797.712	(925.278)
Total em 30 de junho de 2026	**5.377.260**	**6.722.990**	**5.797.712**	**(925.278)**
Ativo				
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.177.416	7.084.010	5.876.575	(1.207.436)
Total em 31 de dezembro de 2025	**5.177.416**	**7.084.010**	**5.876.575**	**(1.207.436)**

* Bruto dos efeitos fiscais.
As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no período findo em 30 de junho de 2026 foram de R$ 156 mil (2025 - R$ 3.673 mil).

Para as estratégias de Investimento no Exterior, a efetividade prospectiva é avaliada por meio da demonstração da existência de relação econômica entre o objeto e o instrumento de *hedge*, incluindo testes baseados em cenários de estresse. A efetividade retrospectiva é avaliada através da comparação entre a variação cambial do investimento e a variação cambial do derivativo, já considerando os efeitos fiscais. O índice de *hedge* (*hedge ratio*) é obtido pela divisão da variação cambial do objeto de *hedge* pela variação cambial do instrumento de *hedge*. A compensação econômica ocorre porque ambos reagem ao mesmo fator de risco (câmbio), sendo a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido (Outros Resultados Abrangentes - ORA) e a parcela inefetiva reconhecida imediatamente no resultado. Ambas as estratégias buscam atingir um nível eficiente de compensação econômica, refletindo a estratégia de gestão de risco adotada pela Administração.

III) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	R$ mil			
	2º Trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Receita de juros com aplicações em títulos e valores mobiliários	12.422.784	16.856.110	25.317.562	24.378.921
Ganho/(perda) ao valor justo por meio do resultado	(922.258)	(393.395)	(1.669.823)	(744.447)
Ganho/(perda) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.102	114.723	14.165	102.766
Ganho/(perda) ao custo amortizado	(2.658)	(136.469)	(18.890)	(136.469)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10b)	15.096.821	11.119.914	30.447.501	21.935.228
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	**26.602.791**	**27.560.883**	**54.090.515**	**45.535.999**
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 7e)	1.318.328	112.389	901.778	1.005.456
Total	**27.921.119**	**27.673.272**	**54.992.293**	**46.541.455**

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes

Títulos	Em 30 de junho de 2026								Em 31 de dezembro de 2025	R$ mil
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras										
Letras do tesouro nacional	-	-	-	23.265.680	-	23.265.680	23.608.888	(343.208)	21.939.989	(117.940)
Letras financeiras do tesouro	-	-	232.913	7.802.149	-	8.035.062	8.022.321	12.741	11.967.209	10.259
Títulos de governos estrangeiros	295.276	2.308.365	-	-	-	2.603.641	2.600.209	3.432	7.858.952	11.841
Notas do tesouro nacional	-	-	-	16.220.315	-	16.220.315	16.967.023	(746.708)	11.567.335	(240.195)
Debêntures	-	-	-	6.373.962	-	6.373.962	6.461.365	(87.403)	7.204.821	(39.415)
Outros	-	-	349	6.554.431	63.636	6.618.416	6.591.855	26.561	5.937.617	27.037
Total geral	**295.276**	**2.308.365**	**233.262**	**60.216.537**	**63.636**	**63.117.076**	**64.251.661**	**(1.134.585)**	**66.475.923**	**(348.413)**

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa. Os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado decorrente da baixa destes ativos totalizaram no período R$ 14.165 mil (2025 – R$ 102.766 mil).

b) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	R$ mil
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2025	**21.625**	**-**	**-**	**21.625**	
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	(11.790)	-	-	(11.790)	
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de junho de 2026	**9.835**	**-**	**-**	**9.835**	

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	R$ mil
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**11.179**	**1.565**	**-**	**12.744**	
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	15.864	(1.565)	-	14.299	
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de junho de 2025	**27.043**	**-**	**-**	**27.043**	

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

Títulos	R$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado (1)	Valor de custo atualizado (1)
- Financeiras						
Debêntures	25.510	414.483	1.832.901	53.273.829	55.546.723	45.461.966
Notas do tesouro nacional	-	7.686.916	20.358.991	34.948.858	62.994.765	61.049.035
Letras do tesouro nacional	4.145.371	641.701	-	33.446.004	38.233.076	49.236.191
Cédula do Produto Rural	1.095.362	4.040.197	3.288.163	30.998.814	39.422.536	36.570.552
Notas promissórias	1.026.841	2.755.917	3.498.310	24.291.366	31.572.434	26.548.781
Títulos da dívida externa brasileira	-	-	-	12.817.081	12.817.081	8.453.630
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	3.504.180	3.504.180	4.184.746
Outros	152.712	847.214	6.465.714	3.539.087	11.004.727	6.570.196
Total geral	**6.445.796**	**16.386.428**	**35.444.079**	**196.819.219**	**255.095.522**	**238.075.097**

(1) Líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

I. Reconciliação de perdas esperadas de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado:

	R$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025	**638.525**	**258.256**	**2.701.022**	**3.597.803**
Transferidos para o Estágio 1	-	(26.347)	(1.055)	(27.402)
Transferidos para o Estágio 2	(24.823)	-	(10.608)	(35.431)
Transferidos para o Estágio 3	(30.917)	(94.321)	-	(125.238)
Oriundos do Estágio 1	-	24.823	30.917	55.740
Oriundos do Estágio 2	26.347	-	94.321	120.668
Oriundos do Estágio 3	1.055	10.608	-	11.663
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	(79.736)	155.476	1.094.341	1.170.081
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de junho de 2026	**530.451**	**328.495**	**3.908.938**	**4.767.884**

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perdas esperadas de ativos financeiros" na Demonstração do Resultado.

				R$ mil
	Estágio 1	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total (1)**
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	**711.909**	**50.705**	**5.408.826**	**6.171.440**
Transferidos para o Estágio 1	-	(2.087)	(5.835)	(7.922)
Transferidos para o Estágio 2	(7.964)	-	(13.045)	(21.009)
Transferidos para o Estágio 3	(3.945)	(8.736)	-	(12.681)
Oriundos do Estágio 1	-	7.964	3.945	11.909
Oriundos do Estágio 2	2.087	-	8.736	10.823
Oriundos do Estágio 3	5.835	13.045	-	18.880
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	22.504	52.492	(231.228)	(156.232)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de junho de 2025	**730.426**	**113.383**	**5.171.399**	**6.015.208**

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perdas esperadas de ativos financeiros" na Demonstração do Resultado.

10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Aplicações em operações compromissadas:						
Posição bancada	**10.622.955**	**2.233.862**	**159.169**	**24.266**	**13.040.252**	**31.110.989**
• Notas do tesouro nacional	5.603.176	1.097.696	-	-	6.700.872	7.051.447
• Letras do tesouro nacional	282.808	109.414	-	-	392.222	13.289.123
• Letras financeiras do tesouro	1.141.869	688.971	-	-	1.830.840	6.739.874
• Outros	3.595.102	337.781	159.169	24.266	4.116.318	4.030.545
Posição financiada	**148.023.271**	**21.680.608**	**32.544**	**-**	**169.736.423**	**144.105.734**
• Notas do tesouro nacional	65.481.884	3.789.030	-	-	69.270.914	48.400.219
• Letras do tesouro nacional	38.188.538	2.511.298	-	-	40.699.836	49.971.528
• Letras financeiras do tesouro	44.245.956	15.067.705	-	-	59.313.661	45.500.008
• Outros	106.893	312.575	32.544	-	452.012	233.979
Posição vendida	**12.106.382**	**14.655.282**	**13.449**	**-**	**26.775.113**	**42.971.769**
• Letras financeiras do tesouro	12.106.382	14.655.282	13.449	-	26.775.113	42.971.769
Subtotal	**170.752.608**	**38.569.752**	**205.162**	**24.266**	**209.551.788**	**218.188.492**
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	39.726.665	21.456.194	33.388.762	80.790.498	175.362.119	135.237.019
Subtotal	**39.726.665**	**21.456.194**	**33.388.762**	**80.790.498**	**175.362.119**	**135.237.019**
Aplicações em moedas estrangeiras:						
• Aviso Prévio	80.471	-	-	-	80.471	46.590
• Prazo Fixo	14.334	-	-	-	14.334	511.107
Subtotal	**94.805**	**-**	**-**	**-**	**94.805**	**557.697**
Total em 30 de junho de 2026	**210.574.078**	**60.025.946**	**33.593.924**	**80.814.764**	**385.008.712**	
%	**54,7**	**15,6**	**8,7**	**21,0**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2025	**190.544.447**	**91.638.797**	**19.218.751**	**52.581.213**		**353.983.208**
%	**53,8**	**25,9**	**5,4**	**14,9**		**100,0**

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

				R$ mil
	2º Trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
• Posição bancada	432.879	334.446	999.925	467.473
• Posição financiada	7.848.812	6.188.453	16.011.668	12.234.487
• Posição vendida	962.065	350.531	2.646.304	666.476
Subtotal	**9.243.756**	**6.873.430**	**19.657.897**	**13.368.436**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros/Outros	**5.853.065**	**4.246.484**	**10.789.604**	**8.566.792**
Total (Nota 7f III)	**15.096.821**	**11.119.914**	**30.447.501**	**21.935.228**

11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Créditos vinculados e outros depósitos

	Remuneração	R$ mil	
		Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Compulsório sobre depósitos à vista (1)	Não remunerado	4.151.871	9.266.319
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	18.001.869	18.374.413
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa Selic	87.313.991	83.520.072
Aplicações voluntárias no Banco Central	Taxa Selic	11.699.999	10.300.000
Total		**121.167.730**	**121.460.804**

(1) Inclui o efeito da dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista, conforme Resolução BCB nº 551/26 (Nota 38).

b) Resultado das aplicações compulsórias

	R$ mil			
	2º Trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	3.162.986	2.886.606	6.307.926	5.459.037
Créditos vinculados ao SFH (1)	36.763	7.328	60.552	12.606
Total	**3.199.749**	**2.893.934**	**6.368.478**	**5.471.643**

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica “Outros ativos”.

12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Operações de crédito por tipo de produto

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	**318.980.528**	**302.258.359**
- Financiamentos e repasses	**107.530.937**	**100.848.060**
- Financiamento à exportação	35.823.776	34.476.858
- Financiamento imobiliário	26.526.090	25.189.198
- Repasses BNDES/Finame	27.801.790	24.475.073
- Financiamento de veículos	5.741.918	5.304.082
- Importação	11.637.363	11.402.849
- Empréstimos	**192.328.272**	**184.422.443**
- Capital de giro	141.457.378	132.561.479
- Crédito rural **(b)**	17.974.137	13.324.492
- Outros	32.896.757	38.536.472
- Operações com limites (1)	**19.121.319**	**16.987.856**
Pessoa Física	**374.535.795**	**366.919.843**
- Financiamentos e repasses	**127.672.793**	**124.474.370**
- Financiamento imobiliário	110.715.369	107.280.789
- Financiamento de veículos	10.145.366	10.317.351
- Repasses BNDES/Finame	6.536.415	6.616.649
- Outros	275.643	259.581
- Empréstimos	**171.509.611**	**168.827.409**
- Crédito pessoal	149.799.836	147.724.054
- Crédito rural **(b)**	18.192.399	17.680.946
- Outros	3.517.376	3.422.409
- Operações com limites (1)	**75.353.391**	**73.618.064**
Total da carteira	**693.516.323**	**669.178.202**
Perda por redução ao valor recuperável de operação de crédito	**(40.419.057)**	**(40.980.367)**
Total de operação de crédito, líquido (2)	**653.097.266**	**628.197.835**

(1) Refere-se a operações com limites preestabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos; e
(2) Composto por Operações de crédito - R$ 554.971.488 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 527.828.977 mil) e Outros ativos financeiros - R$ 98.125.778 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 100.368.858 mil), líquidos de provisões para perdas esperadas.

b) Crédito Rural (Direcionamento de Recursos)

Para o Plano Safra 2025/2026, projeta-se o direcionamento de crédito rural de R$ 54.453.882 mil (R$ 43.271.452 mil em 31 de dezembro de 2025), correspondendo a soma da exigibilidade sobre o VSR - Valor Sujeito ao Recolhimento (31,5%) e LCA - Letra de Crédito do Agronegócio (60%). A título de cumprimento destas obrigações o Bradesco se utiliza dos seguintes instrumentos: Crédito Rural; DIR - Depósitos Interfinanceiros Rurais; CPR – Cédula de Produtor Rural e CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio.

Os custos diretos e indiretos para atender a essa exigibilidade são os custos normais atrelados as operações de crédito. Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

c) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

Estágio 1							R$ mil
	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldos em 30 de junho de 2026 (1)
Pessoa Jurídica	**269.469.208**	**(6.945.351)**	**(3.122.870)**	**610.509**	**98.873**	**23.385.360**	**283.495.729**
- Financiamentos	94.640.025	(911.097)	(296.872)	103.954	24.179	7.688.407	101.248.596
- Empréstimos	160.523.030	(5.612.601)	(2.661.000)	450.623	64.425	13.587.608	166.352.085
- Rotativos	14.306.153	(421.653)	(164.998)	55.932	10.269	2.109.345	15.895.048
Pessoa Física	**319.259.157**	**(7.565.430)**	**(3.721.903)**	**2.284.010**	**539.063**	**12.370.506**	**323.165.403**
- Financiamentos	113.419.503	(2.606.892)	(704.412)	831.870	147.373	4.166.614	115.254.056
- Empréstimos	144.311.506	(3.352.508)	(2.857.042)	963.119	215.209	6.731.000	146.011.284
- Rotativos	61.528.148	(1.606.030)	(160.449)	489.021	176.481	1.472.892	61.900.063
Total	**588.728.365**	**(14.510.781)**	**(6.844.773)**	**2.894.519**	**637.936**	**35.755.866**	**606.661.132**

(1) Do total de ativos alocados no primeiro estágio, R$ 1.104.710 mil possuem atraso superior a 30 dias.

Estágio 2							R$ mil
	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldos em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**10.651.485**	**(610.509)**	**(3.209.423)**	**6.945.351**	**540.445**	**(51.991)**	**14.265.358**
- Financiamentos	1.607.892	(103.954)	(236.873)	911.097	2.521	(111.026)	2.069.657
- Empréstimos	8.078.333	(450.623)	(2.702.965)	5.612.601	523.275	(126.760)	10.933.861
- Rotativos	965.260	(55.932)	(269.585)	421.653	14.649	185.795	1.261.840
Pessoa Física	**20.344.425**	**(2.284.010)**	**(4.121.083)**	**7.565.430**	**1.086.791**	**(29.659)**	**22.561.894**
- Financiamentos	7.325.094	(831.870)	(692.242)	2.606.892	120.660	(240.315)	8.288.219
- Empréstimos	8.920.765	(963.119)	(2.488.882)	3.352.508	829.267	(147.453)	9.503.086
- Rotativos	4.098.566	(489.021)	(939.959)	1.606.030	136.864	358.109	4.770.589
Total	**30.995.910**	**(2.894.519)**	**(7.330.506)**	**14.510.781**	**1.627.236**	**(81.650)**	**36.827.252**

Estágio 3	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados / Liquidados (3)	*(Write-off)*	Saldos em 30 de junho de 2026 (1) (2)
								R$ mil
Pessoa Jurídica	**22.137.666**	**(98.873)**	**(540.445)**	**3.122.870**	**3.209.423**	**(1.241.536)**	**(5.369.664)**	**21.219.441**
- Financiamentos	4.600.143	(24.179)	(2.521)	296.872	236.873	(751.972)	(142.532)	4.212.684
- Empréstimos	15.821.080	(64.425)	(523.275)	2.661.000	2.702.965	(992.861)	(4.562.158)	15.042.326
- Rotativos	1.716.443	(10.269)	(14.649)	164.998	269.585	503.297	(664.974)	1.964.431
Pessoa Física	**27.316.261**	**(539.063)**	**(1.086.791)**	**3.721.903**	**4.121.083**	**6.491.872**	**(11.216.767)**	**28.808.498**
- Financiamentos	3.729.773	(147.373)	(120.660)	704.412	692.242	(547.371)	(180.505)	4.130.518
- Empréstimos	15.595.138	(215.209)	(829.267)	2.857.042	2.488.882	4.204.232	(8.105.577)	15.995.241
- Rotativos	7.991.350	(176.481)	(136.864)	160.449	939.959	2.835.011	(2.930.685)	8.682.739
Total	**49.453.927**	**(637.936)**	**(1.627.236)**	**6.844.773**	**7.330.506**	**5.250.336**	**(16.586.431)**	**50.027.939**

(1) Do total de operações de crédito alocados para o terceiro estágio, R$ 18.435.393 mil são decorrentes de operações reestruturadas;
(2) Não possuímos contratos que não foram alocadas no Estágio 3 da mesma contraparte, em razão do risco de crédito ser significativamente inferior frente aos demais instrumentos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e
(3) Saldos originados referem-se principalmente a operações reestruturadas.

Consolidado - 3 estágios	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Originados / Liquidados	*(Write-off)* (1)	Saldos em 30 de junho de 2026 (1)
				R$ mil
Pessoa Jurídica	**302.258.359**	**22.091.833**	**(5.369.664)**	**318.980.528**
- Financiamentos	100.848.060	6.825.409	(142.532)	107.530.937
- Empréstimos	184.422.443	12.467.987	(4.562.158)	192.328.272
- Rotativos	16.987.856	2.798.437	(664.974)	19.121.319
Pessoa Física	**366.919.843**	**18.832.719**	**(11.216.767)**	**374.535.795**
- Financiamentos	124.474.370	3.378.928	(180.505)	127.672.793
- Empréstimos	168.827.409	10.787.779	(8.105.577)	171.509.611
- Rotativos	73.618.064	4.666.012	(2.930.685)	75.353.391
Total	**669.178.202**	**40.924.552**	**(16.586.431)**	**693.516.323**

(1) Do total das operações, R$ 606.661.132 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira, além disso, 58% das operações possuem garantia.

Estágio 1							R$ mil
	Saldos em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldos em 30 de junho de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	**234.568.463**	**(3.455.232)**	**(1.687.649)**	**668.762**	**108.875**	**7.522.941**	**237.726.160**
- Financiamentos	91.399.992	(755.795)	(165.554)	75.571	56.763	450.050	91.061.027
- Empréstimos	130.784.494	(2.405.648)	(1.407.631)	523.030	47.180	4.854.705	132.396.130
- Rotativos	12.383.977	(293.789)	(114.464)	70.161	4.932	2.218.186	14.269.003
Pessoa Física	**290.966.664**	**(5.648.208)**	**(2.764.886)**	**2.248.224**	**775.456**	**21.011.137**	**306.588.387**
- Financiamentos	103.520.420	(1.856.115)	(570.885)	796.208	183.588	10.422.477	112.495.693
- Empréstimos	132.784.657	(2.524.687)	(2.093.534)	1.043.341	264.786	8.380.989	137.855.552
- Rotativos	54.661.587	(1.267.406)	(100.467)	408.675	327.082	2.207.671	56.237.142
Total	**525.535.127**	**(9.103.440)**	**(4.452.535)**	**2.916.986**	**884.331**	**28.534.078**	**544.314.547**

(1) Do total de ativos alocados no primeiro estágio, R$ 907.000 mil possuem atraso superior a 30 dias.

Estágio 2							R$ mil
	Saldos em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldos em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**6.141.391**	**(668.762)**	**(1.654.876)**	**3.455.232**	**114.385**	**373.394**	**7.760.764**
- Financiamentos	1.123.669	(75.571)	(139.391)	755.795	4.768	(241.523)	1.427.747
- Empréstimos	4.296.374	(523.030)	(1.335.737)	2.405.648	104.142	480.683	5.428.080
- Rotativos	721.348	(70.161)	(179.748)	293.789	5.475	134.234	904.937
Pessoa Física	**17.623.177**	**(2.248.224)**	**(3.383.059)**	**5.648.208**	**1.642.793**	**242.361**	**19.525.256**
- Financiamentos	6.553.957	(796.208)	(575.128)	1.856.115	134.207	(290.606)	6.882.337
- Empréstimos	7.701.978	(1.043.341)	(2.130.097)	2.524.687	1.388.997	283.087	8.725.311
- Rotativos	3.367.242	(408.675)	(677.834)	1.267.406	119.589	249.880	3.917.608
Total	**23.764.568**	**(2.916.986)**	**(5.037.935)**	**9.103.440**	**1.757.178**	**615.755**	**27.286.020**

Estágio 3	Saldos em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados / Liquidados (3)	*(Write-off)*	Saldos em 30 de junho de 2025 (1) (2)
								R$ mil
Pessoa Jurídica	**25.014.294**	**(108.875)**	**(114.385)**	**1.687.649**	**1.654.876**	**628.290**	**(4.805.598)**	**23.956.251**
- Financiamentos	4.943.517	(56.763)	(4.768)	165.554	139.391	(476.744)	(163.262)	4.546.925
- Empréstimos	18.671.123	(47.180)	(104.142)	1.407.631	1.335.737	602.184	(3.988.934)	17.876.419
- Rotativos	1.399.654	(4.932)	(5.475)	114.464	179.748	502.850	(653.402)	1.532.907
Pessoa Física	**28.290.853**	**(775.456)**	**(1.642.793)**	**2.764.886**	**3.383.059**	**4.629.321**	**(9.725.062)**	**26.924.808**
- Financiamentos	3.022.835	(183.588)	(134.207)	570.885	575.128	(309.563)	(166.123)	3.375.367
- Empréstimos	16.854.261	(264.786)	(1.388.997)	2.093.534	2.130.097	2.525.841	(6.187.440)	15.762.510
- Rotativos	8.413.757	(327.082)	(119.589)	100.467	677.834	2.413.043	(3.371.499)	7.786.931
Total	**53.305.147**	**(884.331)**	**(1.757.178)**	**4.452.535**	**5.037.935**	**5.257.611**	**(14.530.660)**	**50.881.059**

(1) Do total de operações de crédito alocados para o terceiro estágio, R$ 23.369.690 mil são decorrentes de operações reestruturadas;
(2) Não possuímos contratos que não foram alocadas no Estágio 3 da mesma contraparte, em razão do risco de crédito ser significativamente inferior frente aos demais instrumentos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e
(3) Saldos originados referem-se principalmente a operações reestruturadas.

Consolidado - 3 estágios	Saldos em 1º de janeiro de 2025	Originados / Liquidados	*(Write-off) (1)*	Saldos em 30 de junho de 2025 (1)
				R$ mil
Pessoa Jurídica	**265.724.148**	**8.524.625**	**(4.805.598)**	**269.443.175**
- Financiamentos	97.467.178	(268.217)	(163.262)	97.035.699
- Empréstimos	153.751.991	5.937.572	(3.988.934)	155.700.629
- Rotativos	14.504.979	2.855.270	(653.402)	16.706.847
Pessoa Física	**336.880.694**	**25.882.819**	**(9.725.062)**	**353.038.451**
- Financiamentos	113.097.212	9.822.308	(166.123)	122.753.397
- Empréstimos	157.340.896	11.189.917	(6.187.440)	162.343.373
- Rotativos	66.442.586	4.870.594	(3.371.499)	67.941.681
Total	**602.604.842**	**34.407.444**	**(14.530.660)**	**622.481.626**

(1) Do total das operações, R$ 544.314.547 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira, além disso, 55% das operações possuem garantia.

d) Reconciliação de perdas esperadas de operação de crédito

Estágio 1							R$ mil
	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldos em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**2.790.829**	**(140.329)**	**(118.261)**	**39.115**	**54.367**	**(273.199)**	**2.352.522**
- Financiamentos	603.545	(18.429)	(6.399)	5.909	4.388	(115.371)	473.643
- Empréstimos	1.834.985	(108.887)	(97.751)	31.158	46.502	(205.756)	1.500.251
- Rotativos	352.299	(13.013)	(14.111)	2.048	3.477	47.928	378.628
Pessoa Física	**4.996.123**	**(214.981)**	**(256.760)**	**210.643**	**231.448**	**(373.819)**	**4.592.654**
- Financiamentos	268.201	(17.859)	(11.860)	19.522	35.779	(78.769)	215.014
- Empréstimos	3.255.122	(151.594)	(236.219)	169.436	128.003	(262.994)	2.901.754
- Rotativos	1.472.800	(45.528)	(8.681)	21.685	67.666	(32.056)	1.475.886
Total	**7.786.952**	**(355.310)**	**(375.021)**	**249.758**	**285.815**	**(647.018)**	**6.945.176**

Estágio 2							R$ mil
	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldos em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**1.223.914**	**(39.115)**	**(431.333)**	**140.329**	**357.333**	**460.548**	**1.711.676**
- Financiamentos	123.935	(5.909)	(19.082)	18.429	1.137	5.900	124.410
- Empréstimos	902.248	(31.158)	(306.972)	108.887	351.314	291.400	1.315.719
- Rotativos	197.731	(2.048)	(105.279)	13.013	4.882	163.248	271.547
Pessoa Física	**3.140.855**	**(210.643)**	**(1.414.510)**	**214.981**	**617.576**	**964.847**	**3.313.106**
- Financiamentos	206.081	(19.522)	(48.205)	17.859	29.499	(4.303)	181.409
- Empréstimos	2.342.183	(169.436)	(1.076.495)	151.594	529.585	651.259	2.428.690
- Rotativos	592.591	(21.685)	(289.810)	45.528	58.492	317.891	703.007
Total	**4.364.769**	**(249.758)**	**(1.845.843)**	**355.310**	**974.909**	**1.425.395**	**5.024.782**

Estágio 3	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	*(Write-off)*	Saldos em 30 de junho de 2026
								R$ mil
Pessoa Jurídica	**11.540.763**	**(54.367)**	**(357.333)**	**118.261**	**431.333**	**3.961.898**	**(5.369.664)**	**10.270.891**
- Financiamentos	1.587.753	(4.388)	(1.137)	6.399	19.082	(143.663)	(142.532)	1.321.514
- Empréstimos	8.799.383	(46.502)	(351.314)	97.751	306.972	3.372.106	(4.562.158)	7.616.238
- Rotativos	1.153.627	(3.477)	(4.882)	14.111	105.279	733.455	(664.974)	1.333.139
Pessoa Física	**17.287.883**	**(231.448)**	**(617.576)**	**256.760**	**1.414.510**	**11.284.846**	**(11.216.767)**	**18.178.208**
- Financiamentos	1.325.748	(35.779)	(29.499)	11.860	48.205	340.817	(180.505)	1.480.847
- Empréstimos	11.023.665	(128.003)	(529.585)	236.219	1.076.495	7.716.457	(8.105.577)	11.289.671
- Rotativos	4.938.470	(67.666)	(58.492)	8.681	289.810	3.227.572	(2.930.685)	5.407.690
Total	**28.828.646**	**(285.815)**	**(974.909)**	**375.021**	**1.845.843**	**15.246.744**	**(16.586.431)**	**28.449.099**

Consolidado - 3 estágios	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Constituição / (Reversão) (1)	*(Write off)*	Saldos em 30 de junho de 2026
				R$ mil
Pessoa Jurídica	**15.555.506**	**4.149.247**	**(5.369.664)**	**14.335.089**
- Financiamentos	2.315.233	(253.134)	(142.532)	1.919.567
- Empréstimos	11.536.616	3.457.750	(4.562.158)	10.432.208
- Rotativos	1.703.657	944.631	(664.974)	1.983.314
Pessoa Física	**25.424.861**	**11.875.874**	**(11.216.767)**	**26.083.968**
- Financiamentos	1.800.030	257.745	(180.505)	1.877.270
- Empréstimos	16.620.970	8.104.722	(8.105.577)	16.620.115
- Rotativos	7.003.861	3.513.407	(2.930.685)	7.586.583
Total	**40.980.367**	**16.025.121**	**(16.586.431)**	**40.419.057**

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Estágio 1							R$ mil
	Saldos em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldos em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**3.192.377**	**(120.503)**	**(94.652)**	**57.372**	**56.882**	**17.627**	**3.109.103**
- Financiamentos	807.192	(20.420)	(3.774)	3.903	27.406	(65.170)	749.137
- Empréstimos	2.066.142	(90.265)	(81.420)	51.092	27.549	16.670	1.989.768
- Rotativos	319.043	(9.818)	(9.458)	2.377	1.927	66.127	370.198
Pessoa Física	**4.742.198**	**(181.745)**	**(181.867)**	**248.525**	**317.653**	**(86.781)**	**4.857.983**
- Financiamentos	277.486	(13.705)	(8.894)	23.086	41.214	(29.659)	289.528
- Empréstimos	3.074.395	(129.192)	(167.184)	208.235	153.049	8.973	3.148.276
- Rotativos	1.390.317	(38.848)	(5.789)	17.204	123.390	(66.095)	1.420.179
Total	**7.934.575**	**(302.248)**	**(276.519)**	**305.897**	**374.535**	**(69.154)**	**7.967.086**

Estágio 2							R$ mil
	Saldos em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldos em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**835.708**	**(57.372)**	**(319.148)**	**120.503**	**70.251**	**242.200**	**892.142**
- Financiamentos	103.247	(3.903)	(18.849)	20.420	2.239	19.279	122.433
- Empréstimos	601.475	(51.092)	(231.119)	90.265	65.667	113.558	588.754
- Rotativos	130.986	(2.377)	(69.180)	9.818	2.345	109.363	180.955
Pessoa Física	**2.673.219**	**(248.525)**	**(1.172.230)**	**181.745**	**917.557**	**662.951**	**3.014.717**
- Financiamentos	204.887	(23.086)	(43.286)	13.705	35.572	12.090	199.882
- Empréstimos	2.019.558	(208.235)	(911.674)	129.192	836.788	396.147	2.261.776
- Rotativos	448.774	(17.204)	(217.270)	38.848	45.197	254.714	553.059
Total	**3.508.927**	**(305.897)**	**(1.491.378)**	**302.248**	**987.808**	**905.151**	**3.906.859**

Estágio 3								R$ mil
	Saldos em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	*(Write-off)*	Saldos em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**14.314.781**	**(56.882)**	**(70.251)**	**94.652**	**319.148**	**3.978.213**	**(4.805.598)**	**13.774.063**
- Financiamentos	1.881.855	(27.406)	(2.239)	3.774	18.849	111.451	(163.262)	1.823.022
- Empréstimos	11.571.946	(27.549)	(65.667)	81.420	231.119	3.188.942	(3.988.934)	10.991.277
- Rotativos	860.980	(1.927)	(2.345)	9.458	69.180	677.820	(653.402)	959.764
Pessoa Física	**17.430.566**	**(317.653)**	**(917.557)**	**181.867**	**1.172.230**	**8.969.234**	**(9.725.062)**	**16.793.625**
- Financiamentos	971.631	(41.214)	(35.572)	8.894	43.286	357.564	(166.123)	1.138.466
- Empréstimos	11.612.159	(153.049)	(836.788)	167.184	911.674	5.527.557	(6.187.440)	11.041.297
- Rotativos	4.846.776	(123.390)	(45.197)	5.789	217.270	3.084.113	(3.371.499)	4.613.862
Total	**31.745.347**	**(374.535)**	**(987.808)**	**276.519**	**1.491.378**	**12.947.447**	**(14.530.660)**	**30.567.688**

Consolidado - 3 estágios				R$ mil
	Saldos em 1º de janeiro de 2025	Constituição / (Reversão) (1)	(*Write off*)	Saldos em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**18.342.866**	**4.238.040**	**(4.805.598)**	**17.775.308**
- Financiamentos	2.792.294	65.560	(163.262)	2.694.592
- Empréstimos	14.239.563	3.319.170	(3.988.934)	13.569.799
- Rotativos	1.311.009	853.310	(653.402)	1.510.917
Pessoa Física	**24.845.983**	**9.545.404**	**(9.725.062)**	**24.666.325**
- Financiamentos	1.454.004	339.995	(166.123)	1.627.876
- Empréstimos	16.706.112	5.932.677	(6.187.440)	16.451.349
- Rotativos	6.685.867	3.272.732	(3.371.499)	6.587.100
Total	**43.188.849**	**13.783.444**	**(14.530.660)**	**42.441.633**

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Operações de crédito reestruturadas

No total de "Operações de crédito", estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de operações de crédito reestruturadas:

		R$ mil
	2026	**2025**
Saldo inicial em 1º de janeiro	**24.633.589**	**32.102.101**
Reestruturação (1)	10.627.885	8.245.280
Recebimento/Outros (2)	(5.942.431)	(6.050.612)
Baixas	(5.306.382)	(6.514.316)
Saldo final em 30 de junho	**24.012.661**	**27.782.453**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.003.033)	(15.768.692)
Total de operações de crédito reestruturadas, líquido de perda esperada	**12.009.628**	**12.013.761**

Perda esperada sobre as operações de crédito reestruturadas como percentual do total das operações de crédito reestruturadas,	50,0%	56,8%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total	3,5%	4,5%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total, líquido de perda esperada	3,7%	4,8%

(1) A Organização optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições a utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados; e
(2) Contempla a liquidação de contratos reestruturados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturados, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de reestruturações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

f) Perda esperada líquida de recuperações

Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixados ("*Write-off*").

				R$ mil
	2º Trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Constituição	8.696.205	7.334.367	18.030.658	14.476.470
Recuperações	(1.697.129)	(1.251.073)	(3.143.373)	(2.368.468)
Despesas com perdas esperadas líquidas de recuperações (1)	**6.999.076**	**6.083.294**	**14.887.285**	**12.108.002**

(1) No acumulado em 30 de junho de 2026, houve cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo no montante de R$ 24.739 mil (2025 - R$ 605.555 mil), cujo valor de venda foi de R$ 10.432 mil (2025 - R$ 86.357 mil) e cessão de crédito de operação ativa no montante de R$ 247.568 mil (2025 - R$ 2.662 mil), cujo valor de venda foi de R$ 34.824 mil (2025 - R$ 76 mil), sem retenção de riscos e benefícios.

g) Itens não registrados no balanço

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off-balance*):

		R$ mil
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	337.681.462	333.153.781
Beneficiários e garantias prestadas (2)	132.496.154	127.966.268
Créditos abertos para importação	1.084.002	356.071
Total	**471.261.618**	**461.476.120**

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e
(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avalizar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento (1)	61.678.804	61.654.168
Títulos e créditos a receber (1)	23.185.656	25.711.776
Adiantamentos de contrato de câmbio (1)	13.684.765	12.094.380
Rendas a receber	9.306.448	10.491.491
Devedores por depósitos em garantia	10.213.641	10.009.552
Negociação e intermediação de valores	1.753.815	1.332.649
Outros	1.055.412	1.084.800
Total	**120.878.541**	**122.378.816**

(1) Contempla operações com características de crédito, que totalizam R$ 98.125.778 mil.

14) ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Bens não de uso próprio		
Imóveis	1.348.078	809.959
Veículos e afins	95.101	93.659
Máquinas e equipamentos	2.659	1.743
Total (1)	**1.445.838**	**905.361**

(1) Saldos líquidos de provisões para redução ao valor recuperável de ativos.

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não financeiros mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não financeiros mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

15) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação Direta no Capital Social	Participação Consolidada no Capital Social	Valor Contábil		Resultado Ajustado Acumulado		Ajuste Decorrente de Avaliação do 2º Trimestre (2)		Ajuste Decorrente de Avaliação Acumulada (2)	
												Em 30 de junho - R$ mil
					Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
A) Ramo financeiro					**35.028.162**	**34.512.430**			**1.483.581**	**910.483**	**2.761.652**	**1.990.279**
Banco Bradesco BBI S.A. (1)	4.120.000	6.499.686	100,00%	100,00%	6.499.686	5.694.805	803.976	456.644	455.753	234.567	803.976	456.644
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	1.389.141	2.074.972	100,00%	100,00%	2.074.972	2.162.520	42.363	82.075	16.801	31.743	42.363	82.050
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (1)	499.300	633.725	100,00%	100,00%	633.725	625.580	12.331	119.681	8.493	(8.030)	12.331	119.681
Kirton Bank S.A. (1)	8.778.882	11.935.407	100,00%	100,00%	11.935.407	11.558.715	377.738	275.870	171.562	45.259	377.738	275.870
Ágio Kirton Bank S.A. (1)	-	-	-	-	191.265	202.619	-	-	-	-	-	-
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (1) (5)	3.029.000	6.812.530	100,00%	100,00%	6.812.530	7.524.903	1.387.627	1.197.799	693.403	635.196	1.387.627	1.197.799
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (1) (5)	2.660.000	4.722.193	100,00%	100,00%	4.722.193	4.484.090	238.141	195.559	142.061	116.504	238.141	195.559
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (1) (5)	326.000	628.482	99,97%	99,97%	628.294	580.125	48.183	22.581	19.062	12.430	48.169	22.574
Demais empresas financeiras (1)	-	-	-	-	1.530.090	1.679.073	-	-	(3.717)	301.933	5.738	580.334
Ganho/perda cambial das empresas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.837)	(459.119)	(154.431)	(940.232)
B) Ramo Segurador e Previdência (3)					**46.242.370**	**43.274.487**			**2.785.372**	**2.242.952**	**5.443.545**	**4.565.231**
Bradseg Participações S.A. (1) (6)	4.914.067	28.530.792	100,00%	100,00%	28.530.792	42.499.946	4.213.091	4.414.185	1.634.848	2.166.400	4.213.091	4.414.185
Bradsaude S.A. (1) (4) (5)	14.904.490	18.448.776	91,35%	91,35%	16.852.957	-	800.878	-	731.602	-	731.602	-
Bradesco Seguros S.A. (1)	8.096.445	13.737.940	6,25%	99,96%	858.621	774.541	2.502.752	2.416.736	76.492	76.552	156.422	151.046
Demais empresas Ramo Segurador e Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	342.430	-	342.430	-
C) Outras atividades					**21.658.064**	**21.053.653**			**222.517**	**427.860**	**941.984**	**823.657**
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (5)	340.000	1.754.090	48,98%	100,00%	859.153	822.494	76.966	66.303	18.624	16.949	37.698	32.475
Bankpar Consultoria e Serviços Ltda (1) (5)	1.011.000	2.287.712	100,00%	100,00%	2.287.712	2.350.072	9.604	44.098	5.110	10.989	9.604	44.098
Demais empresas controladas	-	-	-	-	18.511.199	17.881.087	-	-	198.783	399.922	894.682	747.084
Total					**102.928.596**	**98.840.570**			**4.491.470**	**3.581.295**	**9.147.181**	**7.379.167**

(1) Dados relativos a 30 de junho de 2026;
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(3) As provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada em empresas controladas do ramo de Segurador e Previdência, representam o montante de R$ 456.956.985 mil em 30 de junho de 2026;
(4) Atual denominação da Odontoprev após reestruturação societária dos negócios de saúde, em abril de 2026;
(5) Contempla aumento no Capital Social em 2026; e
(6) Contempla redução no Capital Social em 2026.

16) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					Custo líquido de depreciação/ amortização em 31 de dezembro de 2025
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação/ amortização	
Edificações	4%	610	(216)	(224)	170	173
Terrenos	-	1.188	-	-	1.188	1.188
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.345.267	(2.449.513)	(778)	1.894.976	1.893.259
Direitos de Uso	-	4.009.613	(1.314.995)		2.694.618	2.745.921
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	360.126	(247.223)	(1.852)	111.051	120.273
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	6.558.182	(4.633.955)	(5.515)	1.918.712	1.505.830
Sistemas de transportes	10% a 20%	306.695	(148.901)	-	157.794	172.281
Imobilizações em curso	-	206.063	-	-	206.063	215.405
Saldos em 30 de junho de 2026		**15.787.744**	**(8.794.803)**	**(8.369)**	**6.984.572**	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**14.998.302**	**(8.332.610)**	**(11.362)**		**6.654.330**

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota de Outros Passivos Financeiros para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

								R$ mil
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Outros (1)	Total (2)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**172**	**1.188**	**1.893.259**	**120.273**	**1.505.830**	**172.281**	**2.961.327**	**6.654.330**
Adições/Reduções	10	-	182.120	4.731	764.461	(203)	454.388	1.405.507
Depreciação	(12)	-	(180.403)	(13.953)	(351.579)	(14.284)	(515.034)	(1.075.265)
Saldos em 30 de junho de 2026	**170**	**1.188**	**1.894.976**	**111.051**	**1.918.712**	**157.794**	**2.900.681**	**6.984.572**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**177**	**1.188**	**1.844.889**	**120.061**	**1.803.389**	**203.528**	**439.578**	**4.412.810**
Adições/Reduções	(2)	-	169.801	9.549	211.807	230	3.682.960	4.074.345
Depreciação	-	-	(185.555)	(14.323)	(361.309)	(16.005)	(636.653)	(1.213.845)
Saldos em 30 de junho de 2025	**175**	**1.188**	**1.829.135**	**115.287**	**1.653.887**	**187.753**	**3.485.885**	**7.273.310**

(1) Contempla Imobilizado em Curso e Direitos de Uso; e
(2) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução 4.975/21.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do "conglomerado prudencial" foi de 31,6% (em 31 de dezembro de 2025 foi de 26,9%), sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução CMN nº 4.957/21.

17) INTANGÍVEL

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					Custo líquido em 31 de dezembro de 2025 (2)
	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido (2)	
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	Contrato	8.751.786	(4.039.833)	(39.817)	4.672.136	5.095.477
Software (2)	Até 10%	23.059.266	(13.464.053)	(2.376)	9.592.837	7.364.110
Outros	Contrato	13.885	-	-	13.885	15.369
Total em 30 de junho de 2026		**31.824.937**	**(17.503.886)**	**(42.193)**	**14.278.858**	
Total em 31 de dezembro de 2025		**28.291.360**	**(15.748.801)**	**(67.603)**		**12.474.956**

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada nas rubricas "outras despesas administrativas" e "outras despesas operacionais", quando aplicável; e
(2) *Software* adquirido e/ou desenvolvido por empresas especializadas.

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

				R$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Em 30 de junho de 2026
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	5.095.477	442.379	(865.720)	4.672.136
Software	7.364.110	3.328.873	(1.100.146)	9.592.837
Outros	15.369	22.662	(24.146)	13.885
Total	**12.474.956**	**3.793.914**	**(1.990.012)**	**14.278.858**

				R$ mil
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Em 30 de junho de 2025
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	4.923.465	517.814	(878.957)	4.562.322
Software	6.218.161	1.350.350	(1.054.312)	6.514.199
Outros	69.324	16.825	(9.703)	76.446
Total	**11.210.950**	**1.884.989**	**(1.942.972)**	**11.152.967**

18) OUTROS ATIVOS

		R$ mil
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	1.206.375	159.192
Devedores diversos	3.006.491	3.174.970
Despesas antecipadas (i)	6.014.332	2.675.274
Outros Valores e Bens	11.455	1.050
Outros (1)	3.791.834	3.383.067
Total	**14.030.487**	**9.393.553**

(1) Inclui, R$ 2.060.445 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 2.060.445 mil) de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, registradas como investimentos mantidos para venda, conforme Resolução nº 4.817/20, e que estão avaliadas por laudo de avaliação independente.

i. Despesas antecipadas

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (1)	3.271	6.035
Despesas de propaganda e publicidade (2)	287.604	135.435
Contrato na prestação de serviços financeiros (3)	132.635	1.402.550
Outras (4)	5.590.822	1.131.254
Total	**6.014.332**	**2.675.274**

(1) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes - crédito consignado;
(2) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros;
(3) Valores desembolsados para aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível (Nota 17); e
(4) Inclui, basicamente: (i) antecipação da contribuição mensal na modalidade de pagamento em parcela única ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC (nota 38d); (ii) despesas de infraestrutura de TI; e (iii) despesas pela emissão de cartões.

19) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos à vista - instituições financeiras	1.918.998	-	-	-	1.918.998	1.640.698
Depósitos interfinanceiros	33.650.612	1.769.689	1.577.485	2.609.157	39.606.943	10.655.950
Captações no mercado aberto (a)	304.805.938	24.391.028	1.006.156	49.849.525	380.052.647	399.493.731
Obrigações por empréstimos (b)	7.599.692	18.171.843	12.312.949	3.294.910	41.379.394	36.906.505
Obrigações por repasses (c)	1.131.913	6.501.583	5.581.846	21.538.706	34.754.048	31.708.620
Total em 30 de junho de 2026	**349.107.153**	**50.834.143**	**20.478.436**	**77.292.298**	**497.712.030**	
%	**70,1**	**10,2**	**4,1**	**15,6**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2025	**378.822.548**	**56.407.335**	**20.685.066**	**24.490.555**		**480.405.504**
%	**78,9**	**11,7**	**4,3**	**5,1**		**100,0**

a) Captações no mercado aberto

	R$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Carteira própria	**124.558.833**	**7.778.502**	**992.666**	**49.849.525**	**183.179.526**	**212.059.206**
• Títulos públicos	91.205.345	7.461.395	793.798	36.422.707	135.883.245	166.865.273
• Títulos privados	12.984.978	317.107	198.868	12.953.113	26.454.066	29.315.293
• Exterior	20.368.510	-	-	473.705	20.842.215	15.878.640
Carteira de terceiros (1)	**168.071.226**	**2.118.428**	**-**	**-**	**170.189.654**	**144.399.358**
Carteira livre movimentação (1)	**12.175.879**	**14.494.098**	**13.490**	**-**	**26.683.467**	**43.035.167**
Total em 30 de junho de 2026	**304.805.938**	**24.391.028**	**1.006.156**	**49.849.525**	**380.052.647**	
%	**80,2**	**6,4**	**0,3**	**13,1**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2025	**366.425.770**	**31.214.807**	**6.658**	**1.846.496**		**399.493.731**
%	**91,7**	**7,8**	**0,0**	**0,5**		**100,0**

(1) Representada por títulos públicos.

b) Obrigações por empréstimos

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
No Exterior	7.599.692	18.171.843	12.312.949	3.294.910	41.379.394	**36.906.505**
Total em 30 de junho de 2026	**7.599.692**	**18.171.843**	**12.312.949**	**3.294.910**	**41.379.394**	
%	**18,4**	**43,9**	**29,8**	**8,0**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2025	**5.250.728**	**19.563.343**	**10.447.930**	**1.644.504**		**36.906.505**
%	**14,2**	**53,0**	**28,3**	**4,5**		**100,0**

c) Obrigações por repasses [1]

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Do País	**1.131.913**	**6.501.583**	**5.581.846**	**21.538.706**	**34.754.048**	**31.708.620**
- FINAME	742.145	3.745.328	3.044.828	13.514.079	21.046.380	19.573.938
- BNDES	317.130	2.756.255	2.219.106	7.516.582	12.809.073	11.160.513
- Tesouro nacional	-	-	317.912	-	317.912	481.783
- Outras instituições	72.638	-	-	508.045	580.683	492.386
Total em 30 de junho de 2026	**1.131.913**	**6.501.583**	**5.581.846**	**21.538.706**	**34.754.048**	
%	**3,3**	**18,6**	**16,1**	**62,0**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2025	**1.175.067**	**4.086.293**	**7.310.814**	**19.136.446**		**31.708.620**
%	**3,7**	**12,8**	**23,1**	**60,4**		**100,0**

(1) As obrigações por repasses consistem em recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

				R$ mil
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Empréstimos:				
- No País	44.078	28.592	81.349	84.389
- No Exterior	415.545	(631.904)	636.221	(1.838.128)
Subtotal de empréstimos	**459.623**	**(603.312)**	**717.570**	**(1.753.739)**
Repasses do País:				
- BNDES	323.788	162.099	565.482	318.406
- FINAME	628.252	547.261	1.403.194	1.045.766
- Tesouro nacional	8.935	7.936	20.060	15.118
- Outras instituições	5.422	3.684	8.129	4.784
Repasses do Exterior:				
- Obrigações com banqueiros no exterior	242.527	147.983	806.316	198.018
Subtotal de repasses	**1.208.924**	**868.963**	**2.803.181**	**1.582.092**
Total	**1.668.547**	**265.651**	**3.520.751**	**(171.647)**

e) Despesas com operações de captações no mercado

				R$ mil
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Depósitos de poupança	2.290.650	2.259.556	4.368.412	4.444.678
Depósitos a prazo	13.149.881	11.091.595	26.366.748	20.908.436
Captações no mercado aberto	12.382.153	11.009.450	25.764.146	20.908.405
Recursos de emissão de títulos (Nota 21a)	11.138.016	8.257.832	21.914.472	14.591.008
Dívidas subordinadas (Nota 22b)	2.167.052	2.195.661	4.267.970	4.158.713
Outras despesas de captação	1.077.618	81.179	1.423.378	170.613
Total	**42.205.370**	**34.895.273**	**84.105.126**	**65.181.853**

20) RECURSOS DE CLIENTES

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos à vista - clientes (1)	33.133.304	-	-	-	33.133.304	35.940.865
Depósitos de poupança (1)	121.285.929	-	-	-	121.285.929	124.461.404
Depósitos a prazo (2)	23.745.627	67.547.262	93.570.221	380.808.989	565.672.099	534.346.153
Total em 30 de junho de 2026	**178.164.860**	**67.547.262**	**93.570.221**	**380.808.989**	**720.091.332**	
%	**24,7**	**9,4**	**13,0**	**52,9**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2025	**181.619.531**	**65.349.493**	**101.920.314**	**345.859.084**		**694.748.422**
%	**26,1**	**9,4**	**14,7**	**49,8**		**100,0**

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e
(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

21) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Títulos e valores mobiliários – País:						
- Letras de crédito imobiliário	1.049.234	5.685.137	10.501.510	64.580.750	81.816.631	75.323.770
- Letras de crédito do agronegócio	890.428	3.719.343	5.023.839	47.262.793	56.896.403	54.331.344
- Letras financeiras	2.745.388	31.467.101	30.074.273	108.182.759	172.469.521	155.038.937
- Letras imobiliárias garantidas (1)	539.595	2.139.946	4.256.105	16.592.763	23.528.409	23.626.798
Subtotal	**5.224.645**	**43.011.527**	**49.855.727**	**236.619.065**	**334.710.964**	**308.320.849**
Títulos e valores mobiliários – Exterior:						
- MTN *Program Issues* (2)	432.410	39.919	2.619.815	10.863.926	13.956.070	10.414.506
Subtotal	**432.410**	**39.919**	**2.619.815**	**10.863.926**	**13.956.070**	**10.414.506**
Certificados de operações estruturadas	**33.783**	**308.102**	**486.202**	**6.533.940**	**7.362.027**	**5.954.420**
Total em 30 de junho de 2026	**5.690.838**	**43.359.548**	**52.961.744**	**254.016.931**	**356.029.061**	
%	**1,6**	**12,2**	**14,9**	**71,3**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2025	**15.301.657**	**25.082.829**	**45.445.374**	**238.859.915**		**324.689.775**
%	**4,7**	**7,7**	**14,0**	**73,6**		**100,0**

(1) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R$ 30.633.517 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 29.496.034 mil), que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução CMN nº 5.001/22, sendo: Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 214 e 235 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 62 e 23 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 1,55% do total de ativos e 31,95% do valor de garantia dos imóveis. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos seguem na forma do artigo 11 da Resolução CMN nº 5.001/22; e
(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

	R$ mil	
	2026	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	**324.689.775**	**283.267.802**
Emissões	64.764.369	69.516.733
Juros	21.914.472	14.591.008
Liquidação e pagamentos de juros	(54.334.117)	(68.141.384)
Variação cambial	(1.005.438)	1.851.977
Saldo final em 30 de junho	**356.029.061**	**301.086.136**

22) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição por vencimento

Vencimento	R$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
No País				
Letras Financeiras:				
2027	7	13.000	25.673	24.005
2026	8	694.800	1.484.292	1.380.842
2030	8	2.368.200	4.233.699	3.923.963
2027	9	89.700	201.162	187.469
2026	10	92.896	280.694	655.486
2027	10	256.243	625.678	586.866
2028	10	248.300	607.177	567.279
2030	10	124.500	225.200	213.615
2031	10	5.907.600	11.585.856	13.246.380
2032	10	5.378.500	9.593.787	8.884.021
2033	10	531.000	750.729	700.964
2035	10	2.503.500	2.702.068	2.519.653
2036	10	3.552.300	3.712.237	-
2026	11	-	-	4.531
2027	11	47.046	127.748	118.795
2028	11	74.764	188.028	176.548
Perpétua		17.680.500	18.673.946	21.524.109
Total geral (1)			**55.017.974**	**54.714.526**

(1) Inclui o montante de R$ 51.007.808 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 50.648.748 mil), referente as dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

	R$ mil	
	2026	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	**54.714.526**	**57.458.927**
Emissões	3.552.300	5.555.700
Juros	4.267.970	4.158.713
Liquidação e pagamentos de juros	(7.516.822)	(6.919.722)
Saldo final em 30 de junho	**55.017.974**	**60.253.618**

23) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	48.991.084	45.981.279
Negociação e intermediação de valores	11.084.459	8.087.318
Obrigações por empréstimos de instrumentos financeiros	10.169.160	6.816.733
Passivo financeiro de arrendamento (a)	3.428.305	3.781.101
Obrigações por operações vinculadas a cessão/Outros	3.431.492	3.488.479
Total	**77.104.500**	**68.154.910**

a) Passivo de arrendamento

	R$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.781.101**
Adições/(Baixas)	90.793
Pagamentos	(661.511)
Apropriação de encargos financeiros	217.922
Saldo final em 30 de junho de 2026	**3.428.305**
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**3.014.544**
Adições/(Baixas)	1.945.605
Pagamentos	(893.710)
Apropriação de encargos financeiros	241.367
Saldo final em 30 de junho de 2025	**4.307.806**

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 30 de junho de 2026 está dividido da seguinte forma: R$ 1.038.801 mil até 1 ano (R$ 1.042.154 mil até 1 ano em dezembro de 2025), R$ 2.698.346 mil entre 1 a 5 anos (R$2.784.485 mil entre 1 a 5 anos em dezembro de 2025) e R$ 390.631 mil com mais de 5 anos (R$ 526.310 mil com mais de 5 anos em dezembro de 2025).

Impactos no resultado

O impacto no resultado do trimestre em 30 de junho de 2026 foi de: Despesas de depreciação – R$ 259.305 mil (2025 – R$ 317.231 mil) e Despesas financeiras – R$ 106.955 mil (2025 – R$ 120.214 mil).

O impacto no resultado do acumulado em 30 de junho de 2026 foi de: Despesas de depreciação – R$ 515.034 mil (2025 – R$ 636.653 mil) e Despesas financeiras – R$ 217.922 mil (2025 – R$ 241.367 mil).

24) PROVISÕES

a) Outras provisões

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Provisão para contingências (Nota 25)	8.540.024	9.272.567
Outras (1)	12.454.122	12.477.024
Total	**20.994.146**	**21.749.591**

(1) Inclui, basicamente, provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

25) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

A Organização Bradesco mantém discussões, administrativas e judiciais, referentes a eventuais pagamentos a maior ou indevidos de tributos e contribuições federais. Os ativos contingentes, relativos aos tributos em discussão, bem como a estimativa dos valores a serem recuperados, quando aplicável, somente são reconhecidos quando o ganho da ação e o respectivo crédito forem praticamente certos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas, conforme, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025,

foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, cujo os critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Em 23 de maio de 2025, o STF proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade dos planos econômicos, mas também validou o acordo firmado entre poupadores, bancos e entidades para o pagamento das diferenças de correção monetária, prorrogando o período para adesão em mais 24 meses a contar a partir do julgamento. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

III - Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV – Movimentação das provisões segregadas por natureza

				R$ mil
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**4.009.357**	**4.556.702**	**706.508**	**9.272.567**
Atualização monetária	33.025	116.679	29.080	178.784
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.256.818	971.972	29.495	2.258.285
Pagamentos	(1.289.842)	(1.327.052)	(552.718)	(3.169.612)
Saldos em 30 de junho de 2026	**4.009.358**	**4.318.301**	**212.365**	**8.540.024**

				R$ mil
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**2.123.343**	**5.962.941**	**2.025.123**	**10.111.407**
Atualização monetária	113.587	166.012	49.420	329.019
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	2.815.593	279.438	1.140.096	4.235.127
Pagamentos	(1.706.254)	(1.257.333)	(415.194)	(3.378.781)
Saldos em 30 de junho de 2025	**3.346.269**	**5.151.058**	**2.799.445**	**11.296.772**

Adicionalmente, o Bradesco também possui provisões dos passivos contingentes em processos judiciais de naturezas trabalhistas no montante de R$ 368.372 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 352.295 mil), naturezas cíveis no montante de R$ 2.682.924 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 2.362.156 mil) e naturezas fiscais no montante de R$ 5.697.849 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 6.043.334 mil), por meio dos investimentos em controladas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram em 30 de Junho de 2026 para os processos trabalhistas R$ 1.519.557 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 1.316.136 mil) para os processos cíveis R$ 6.039.652 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 5.453.899 mil) e para os processos fiscais R$ 18.822.915 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 23.030.878 mil).

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R$ 6.587.474 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 11.141.274 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização. No semestre, a Organização optou pela liquidação dos débitos, considerando os benefícios previstos na Lei nº 14.689/2023 (Lei do Voto de Qualidade), resultando na exclusão de juros e multas e na liquidação do principal mediante utilização integral de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL, no montante de R$ 1.780.614 mil;

- COFINS – Anos bases de 2001 a 2005 – R$ 5.543.191 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 5.397.336 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);

- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2005 a 2017 – R$ 2.715.530 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 2.757.281 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2009 e 2014 – R$ 816.310 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 792.237 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal; e

- Juros Sobre Capital Próprio – Ano base 2020 e 2021 – R$ 753.931 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 716.235 mil): autuações de IRPJ/CSLL questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio.

26) OUTROS PASSIVOS

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Credores diversos	6.560.156	6.129.015
Sociais e estatutárias	10.389.975	8.798.153
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.674.773	698.922
Fiscais e previdenciárias	773.521	2.149.287
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.225.067	608.724
Outros (1)	10.494.214	9.837.197
Total	**35.117.706**	**28.221.298**

(1) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

27) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Ordinárias	5.303.870.781	5.303.870.781
Preferenciais	5.288.141.247	5.288.141.247
Subtotal	**10.592.012.028**	**10.592.012.028**
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(10.650.000)	(7.500.000)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(10.650.000)	(7.500.000)
Total em circulação	**10.570.712.028**	**10.577.012.028**

(1) Em fevereiro de 2026 houve aquisição de 6.300.000 ações em Tesouraria, sendo 3.150.000 ações ordinárias e 3.150.000 ações preferenciais.

b) Movimentação do capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2026, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R$ 6.670.000 mil, elevando-o de R$ 87.100.000 mil para R$ 93.770.000 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Reserva Legal", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2026, foi aprovado o aumento do capital social da companhia. A operação reflete a confiança das acionistas controladoras no plano de transformação da empresa e visa fortalecer os investimentos estratégicos para geração de valor e aumento da competitividade.

O aumento de capital será de até R$ 10 bilhões, com a garantia de subscrição do montante mínimo de R$ 8 bilhões pelas controladoras, e ocorrerá mediante a emissão para subscrição privada de até 302.876.396 novas ações ordinárias e até 301.976.357 novas ações preferenciais. Adicionalmente, foi aprovada a antecipação do pagamento de R$ 6,5 bilhões em Juros sobre o Capital Próprio para 15 de setembro de 2026, de modo a viabilizar a utilização desses recursos pelos acionistas na subscrição.

c) Reservas de lucros

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Reservas de lucros		
- Reserva legal (1)	9.290.676	15.356.673
- Reserva estatutária (2)	79.214.429	75.708.214
Total	**88.505.105**	**91.064.887**

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2026, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2026, no valor de R$ 3.000.000 mil, sendo R$ 0,270307744 por ação ordinária e R$ 0,297338519 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de outubro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 23 de junho de 2026, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2026, no valor de R$ 3.500.000 mil, sendo R$ 0,315359035 por ação ordinária e R$ 0,346894939 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 29 de janeiro de 2027.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2026, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	12.080.064	
(-) Reserva legal	604.003	
Base de cálculo ajustada	**11.476.061**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	1.148.877	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	6.500.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	320.969	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.394.723)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2026	**6.575.123**	**57,29**
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2025	**5.817.433**	**51,59**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto) - R$		R$ mil		
	Ordinárias	Preferenciais	Valor pago/ provisionado	IRRF (17,5%) (2)	Valor pago/ provisionado líquido
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	1.148.877	201.053	947.824
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,585667	0,644233	6.500.000	1.137.500	5.362.500
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,028920	0,031812	320.969	56.170	264.799
Total acumulado em 30 de junho de 2026	**0,718086**	**0,789895**	**7.969.846**	**1.394.723**	**6.575.123**

Descrição	Por ação (bruto) - R$		R$ mil		
	Ordinárias	Preferenciais	Valor pago/ provisionado	IRRF (15%)	Valor pago/ provisionado líquido
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	1.149.939	172.491	977.448
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,477259	0,524985	5.300.000	795.000	4.505.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,035488	0,039037	394.100	59.115	334.985
Total acumulado em 30 de junho de 2025	**0,616246**	**0,677871**	**6.844.039**	**1.026.606**	**5.817.433**

(1) A serem pagos em 15 de setembro de 2026; e
(2) Aumento da alíquota a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme Lei Complementar nº 224/2025.

e) Ações em tesouraria

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 08 de maio de 2025 a 08 de novembro de 2026, até 106.584.881 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 30 de junho de 2026, permaneciam em tesouraria 10.650.000 ações ordinárias e 10.650.000 ações preferenciais, no montante de R$ 288.591 mil (R$ 168.625 mil em 31 de dezembro de 2025). O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R$ 10,65, R$ 12,14 e R$ 17,68 e por ação PN é de R$ 11,53, R$ 13,47 e R$ 20,40 respectivamente.

f) Lucro por ação

i. Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$ mil)	**5.752.411**	**5.651.865**
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$ mil)	**6.327.653**	**6.217.052**
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.293.865	5.298.224
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.278.135	5.282.494
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$)	1,09	1,07
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$)	1,20	1,18

ii. Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

28)RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

				R$ mil
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Rendas de cartão	2.111.746	1.983.834	4.199.887	3.938.114
Conta corrente	1.625.128	1.673.611	3.193.543	3.357.688
Operações de crédito	591.599	655.229	1.225.970	1.226.957
Cobrança	286.773	324.628	581.062	647.364
Administração de fundos	592.032	597.796	1.159.963	1.170.912
Mercado de Capitais/Assessoria financeira	5.921	4.925	12.182	7.702
Serviços de custódia e corretagens	289.209	255.771	565.148	515.096
Arrecadações	111.154	85.757	213.351	181.707
Outras	64.895	53.750	125.965	108.937
Total	**5.678.457**	**5.635.301**	**11.277.071**	**11.154.477**

29)DESPESAS DE PESSOAL

				R$ mil
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Proventos	2.835.665	2.613.286	5.623.680	5.364.741
Benefícios	1.068.237	1.126.221	2.164.033	2.107.595
Encargos sociais	902.114	957.575	1.798.183	1.934.487
Participação dos empregados nos lucros	440.239	415.106	886.841	813.731
Treinamentos	27.217	16.808	38.603	32.897
Total	**5.273.472**	**5.128.996**	**10.511.340**	**10.253.451**

30)OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Serviços de terceiros	1.012.469	948.378	1.687.635	1.782.387
Depreciação e amortização	1.555.627	1.561.575	3.073.859	3.130.571
Processamento de dados	866.544	388.983	1.681.963	932.551
Comunicação	136.174	130.582	261.464	251.620
Manutenção e conservação de bens	235.736	296.952	462.368	580.269
Aluguéis	21.527	24.740	46.080	43.163
Serviços do sistema financeiro	328.681	315.094	636.440	585.031
Propaganda, promoções e publicidade	299.108	213.902	566.494	440.182
Segurança e vigilância	109.579	118.347	221.922	241.508
Transportes	136.709	149.754	260.122	292.141
Água, energia e gás	64.944	70.639	135.977	147.775
Materiais	21.092	20.158	41.646	39.748
Viagens	44.302	31.165	77.222	58.513
Outras	373.356	558.285	775.973	929.795
Total	**5.205.848**	**4.828.554**	**9.929.165**	**9.455.254**

31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

,	R$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Contribuição à Cofins	985.286	938.219	1.974.256	1.905.947
Contribuição ao PIS	160.109	152.404	320.817	309.716
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	167.514	168.560	332.076	332.057
Despesas com IPTU	30.791	31.870	73.130	79.638
Outras	65.916	25.383	85.569	45.582
Total	**1.409.616**	**1.316.436**	**2.785.848**	**2.672.940**

32)OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Outras receitas financeiras	577.378	778.750	1.215.180	1.568.952
Reversão de outras provisões operacionais	522.352	424.335	1.041.480	806.204
Receitas de recuperação de encargos e despesas	279.725	281.894	612.871	405.300
Outras (1)	352.015	244.756	651.494	498.028
Total	**1.731.470**	**1.729.735**	**3.521.025**	**3.278.484**

(1) Composto, principalmente, por receitas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

33)OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Outras despesas financeiras	128.008	203.341	250.146	424.364
Despesas com perdas diversas	114.320	167.009	265.799	386.319
Despesas com descontos concedidos	730.905	455.497	1.275.793	859.425
Amortização de ágio	4.118	4.255	8.236	8.510
Despesas com comercialização de cartões	1.241.372	1.007.383	2.445.520	2.013.234
Outras (1)	1.313.090	1.583.911	3.305.868	3.427.081
Total	**3.531.813**	**3.421.396**	**7.551.362**	**7.118.933**

(1) Composto, principalmente, por despesas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	36.236	38.837	102.228	108.755
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	174.541	(17.534)	122.470	(60.069)
Outros	3.319	(4.502)	3.691	1.660
Total	**214.096**	**16.801**	**228.389**	**50.346**

(1) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**5.203.526**	**2.036.602**	**10.193.757**	**6.457.271**
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(2.341.587)	(916.471)	(4.587.191)	(2.905.772)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participações em coligadas e de controle compartilhado	2.021.161	1.611.583	4.116.231	3.320.625
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(14.341.896)	1.323.974	(14.172.382)	1.484.915
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	1.807.003	1.615.423	3.586.430	3.079.818
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(94.547)	-	(94.547)	-
Outros valores (1)	14.796.253	395.724	13.037.766	432.060
Imposto de renda e contribuição social do período	**1.846.387**	**4.030.233**	**1.886.307**	**5.411.646**

(1) Em 30 de junho de 2026, a despesa de IRPJ e CSLL é composta por R$ 9.830.447 mil de tributos correntes (2025 - R$ (1.693.013 mil)) e R$ (7.944.140 mil) de tributos diferidos (2025 - R$ 7.104.659 mil).

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R$ mil			
	Saldos em 1º de janeiro de 2026	Constituição	Realização	Saldos em 30 de junho de 2026
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	75.092.336	4.442.511	(7.985.687)	71.549.160
Provisões cíveis	2.050.516	62.900	(170.180)	1.943.236
Provisões fiscais	359.433	8.599	(14.688)	353.344
Provisões trabalhistas	1.804.211	83.127	(83.126)	1.804.212
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	544.218	56.211	(175.908)	424.521
Ajuste a valor justo - ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	21.585	-	(21.585)	-
Ágio amortizado	188.622	3.847	(60)	192.409
Outros	4.910.265	1.492.311	(1.044.119)	5.358.457
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**84.971.186**	**6.149.506**	**(9.495.353)**	**81.625.339**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	16.663.782	292.039	(3.804.737)	13.151.084
Subtotal	**101.634.968**	**6.441.545**	**(13.300.090)**	**94.776.423**
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	662.254	40.684	-	702.938
Total dos créditos tributários	**102.297.222**	**6.482.229**	**(13.300.090)**	**95.479.361**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 35d)	**639.314**	**1.204.782**	**(119.187)**	**1.724.909**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**101.657.908**	**5.277.447**	**(13.180.903)**	**93.754.452**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	**5,5%**			**4,7%**

Adicionalmente, o Bradesco também possui ativos relativos a créditos tributários, no montante de R$ 17.260.286 mil, por meio dos investimentos em controladas.

				R$ mil
	Saldos em 1º de janeiro de 2025	**Constituição**	**Realização**	**Saldos em 30 de junho de 2025**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	65.270.616	12.260.872	(8.715.717)	68.815.771
Provisões cíveis	2.683.324	90.985	(456.333)	2.317.976
Provisões fiscais	1.008.115	580.084	(611.431)	976.768
Provisões trabalhistas	955.504	550.317	-	1.505.821
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	621.443	67.352	(111.325)	577.470
Ajuste a valor justo - ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	250.612	-	250.612
Ágio amortizado	185.613	6.550	(5.510)	186.653
Outros	4.980.864	1.714.176	(1.975.098)	4.719.942
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**75.705.479**	**15.520.948**	**(11.875.414)**	**79.351.013**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	16.793.028	1.823.053	-	18.616.081
Subtotal	**92.498.507**	**17.344.001**	**(11.875.414)**	**97.967.094**
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	733.766	-	(197.767)	535.999
Total dos créditos tributários	**93.232.273**	**17.344.001**	**(12.073.181)**	**98.503.093**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 35d)	**932.487**	**529.461**	**(381.923)**	**1.080.025**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**92.299.786**	**16.814.540**	**(11.691.258)**	**97.423.068**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	**5,4%**			**5,7%**

c) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

					Em 30 de junho - R$ mil
	Diferenças temporárias		**Prejuízo fiscal e base negativa**		**Total**
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	
2026	2.881.696	2.299.525	-	-	5.181.221
2027	7.619.425	6.086.161	-	-	13.705.586
2028	6.508.061	5.200.953	42.134	35.682	11.786.830
2029	5.958.697	4.761.694	267.457	215.529	11.203.377
2030	5.024.127	4.014.328	750.798	601.894	10.391.147
2031	3.641.127	2.908.705	1.376.683	1.102.639	9.029.154
2032	3.480.304	2.780.121	1.874.743	1.501.197	9.636.365
2033	3.314.745	2.647.750	2.250.386	1.801.942	10.014.823
2034	3.155.500	2.520.425	334.197	995.803	7.005.925
2035	3.792.176	3.029.819	-	-	6.821.995
Total	**45.375.858**	**36.249.481**	**6.896.398**	**6.254.686**	**94.776.423**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/2024.

Em 30 de junho de 2026, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 81.517.711 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 88.308.225 mil), sendo: R$ 70.874.572 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 74.980.301 mil) de diferenças temporárias e R$ 10.643.139 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 13.327.924 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

d) Obrigações fiscais diferidas

				R$ mil
	Saldos em 1º de janeiro de 2026	**Constituição**	**Realização /Baixas**	**Saldos em 30 de junho de 2026**
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	95.027	523.250	-	618.277
Atualização de depósitos judiciais	9.814	927	(1.682)	9.059
Outros (1)	534.473	680.605	(117.505)	1.097.573
Total dos impostos diferidos (Nota 35b)	**639.314**	**1.204.782**	**(119.187)**	**1.724.909**

(1) Inclui, basicamente, diferido sobre resultado de participações no exterior.

36) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN n° 4.818/20 e a Resolução CVM nº 94/22, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

								R$ mil
	Controladores (1)		Controladas, coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativos								
Disponibilidade	-	-	32.885	27.325	-	-	32.885	27.325
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	131.294.701	118.915.478	-	-	131.294.701	118.915.478
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	361.101	1.739.042	-	-	361.101	1.739.042
Imobilizado de uso (Direito de uso)	-	-	895.065	905.836	-	-	895.065	905.836
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	9	11	13.390.994	14.196.540	244.577	185.425	13.635.580	14.381.976
Passivos								
Depósitos à vista e de poupança	828	261	854.739	607.002	17.255	16.305	872.822	623.568
Depósitos interfinanceiros	-	-	5.225.911	5.266.044	-	-	5.225.911	5.266.044
Depósitos a prazo	9.940.574	5.144.469	2.160.209	2.401.840	382.413	384.200	12.483.196	7.930.509
Captações no mercado aberto	-	289.285	12.559.544	14.819.574	-	-	12.559.544	15.108.859
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	28.525.560	28.982.300	10.303.781	6.744.104	922.414	912.486	39.751.755	36.638.890
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	-	-	1.369	157.263	-	-	1.369	157.263
Passivo de arrendamento	-	-	895.065	905.836	-	-	895.065	905.836
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	146.266	48.635	-	-	146.266	48.635
Juros sobre capital próprio a pagar	3.383.110	3.171.676	-	-	-	-	3.383.110	3.171.676
Outros passivos	-	-	12.660.188	13.559.653	2.426	1.991	12.662.614	13.561.644

	2º trimestre - R$ mil							
	Controladores (1)		Controladas, coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Resultado								
Receitas de intermediação financeira	-	-	4.236.641	3.299.858	1	4	4.236.642	3.299.862
Despesas de intermediação financeira	(1.270.899)	(1.059.032)	(907.172)	(844.487)	(40.783)	(58.004)	(2.218.854)	(1.961.523)
Receita de prestação de serviços	31	31	68.236	79.470	101	28	68.368	79.529
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	51.520	70.069	(339.566)	(280.178)	(5.149)	(10.861)	(293.195)	(220.970)

	Acumulado em 30 de junho - R$ mil							
	Controladores (1)		Controladas, coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Resultado								
Receitas de intermediação financeira	-	-	8.335.744	6.606.185	4	8	8.335.748	6.606.193
Despesas de intermediação financeira	(2.473.788)	(1.965.282)	(1.804.985)	(1.632.236)	(81.112)	(110.870)	(4.359.885)	(3.708.388)
Receita de prestação de serviços	63	80	145.331	152.611	188	191	145.582	152.882
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	102.197	98.601	(682.898)	(642.461)	(9.258)	(36.664)	(589.959)	(580.524)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;
(2) Empresas relacionadas na Nota 15; e
(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado), que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado.

Para 2026, foi determinado o valor máximo de R$ 1.534.560 mil (2025 – R$ 1.183.531 mil) para remuneração dos Administradores e de R$ 63.506 mil (2025 – R$ 53.824 mil) para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A e/ou ações de emissão da BBD Participações S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

	R$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	405.025	292.982	728.805	569.998
Pós emprego - Plano de previdência	15.872	11.944	28.999	25.895
Total	**420.897**	**304.926**	**757.804**	**595.893**

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
• Ações ordinárias	0,32%	0,32%
• Ações preferenciais	1,05%	1,05%
• Total de ações (1)	**0,69%**	**0,69%**

(1) Em 30 de junho de 2026, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,30% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,69% do total de ações (em 31 de dezembro de 2025 - 2,10% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,59% do total de ações).

37) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos

Para o primeiro semestre de 2026 o Bradesco manteve os critérios divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, em especial quanto aos critérios relacionados a mensuração de acordo com os níveis hierárquicos, análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3 e metodologias utilizadas para determinar os valores justos. No segundo trimestre de 2026, a metodologia da análise de sensibilidade foi alterada, conforme descrito no item (d) de Risco de Mercado.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontrados no Relatório de Gerenciamento de Riscos da Organização.

b) Gerenciamento de Capital

O Índice de Basileia é um dos principais indicadores utilizados no Gerenciamento de Capital para avaliar a adequação do capital do Banco em relação às exposições aos riscos assumidos. As estratégias de capital têm como objetivo assegurar a manutenção de níveis de capital compatíveis com o perfil de risco, o planejamento estratégico e os requerimentos regulatórios vigentes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. No período analisado, o Bradesco atendeu integralmente os requerimentos mínimos de capitalização aplicáveis.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R$ mil	
	Basileia III	
	Em 30 de junho de 2026 (1)	Em 31 de dezembro de 2025
	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital Principal	134.657.831	124.320.006
Nível I	153.331.777	145.844.118
Patrimônio de Referência - PR	185.665.639	174.968.754
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	1.193.428.980	1.108.961.848
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	11,3%	11,2%
Índice de Nível I	12,8%	13,2%
Índice de Basileia	15,5%	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,5%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,0%	0,0%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%	1,0%
ACP total (2)	3,5%	3,5%
Margem excedente de Capital Principal	3,3%	3,2%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	2.259.417.567	2.141.573.090
RA	6,8%	6,8%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	254.271.122	253.255.892
Total de saídas líquidas de caixa	170.337.696	160.033.728
LCR	149,3%	158,3%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.141.719.488	1.136.032.540
Recursos estáveis requeridos (RSF)	947.130.624	925.369.687
NSFR	120,5%	122,8%

(1) Não inclui a totalidade dos efeitos da transação da Bradsaúde S.A; e
(2) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

c) Risco de Crédito

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.
A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;

- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e

- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;

- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;

- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;

- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;

- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e

- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;

- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;

- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;

- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;

- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e

- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar à complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

				R$ mil
	Em 30 de junho de 2026		**Em 31 de dezembro de 2025**	
	Valor bruto	**Perda esperada**	**Valor bruto**	**Perda esperada**
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	11.801.937	-	12.020.632	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6) (1)	170.514.977	(3.532.209)	167.292.773	(3.519.114)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	64.261.496	(9.835)	66.497.548	(21.625)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	259.863.406	(4.767.884)	241.672.900	(3.597.803)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10)	385.008.712	-	353.983.208	-
Operações de crédito (Nota 12)	593.327.506	(38.356.018)	566.870.588	(39.041.611)
Outros ativos financeiros (Nota 13)	123.246.423	(2.367.882)	125.102.431	(2.723.615)
Compromissos de valores de crédito a liberar - *off - balance* (Nota 12)	337.681.462	(1.360.616)	333.153.781	(1.449.466)
Beneficiários e garantias prestadas - *off - balance* (Nota 12)	132.496.154	(1.351.377)	127.966.268	(1.280.381)
Total da exposição	**2.078.202.073**	**(51.745.821)**	**1.994.560.129**	**(51.633.615)**

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.
Adicionalmente, o Bradesco também possui exposição ao risco de crédito e, por consequência sujeito a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no montante de R$ 7.999.334 mil, por meio dos investimentos em controladas.

Concentração das operações de crédito

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Por concentração		
Maior devedor	4.041.997	4.013.413
Dez maiores devedores	24.814.531	27.034.845
Vinte maiores devedores	38.813.730	41.643.992
Cinquenta maiores devedores	65.275.782	67.806.274
Cem maiores devedores	89.115.182	88.500.438

Setor de atividade econômica

	R$ mil			
	Em 30 de junho de 2026	%	Em 31 de dezembro de 2025	%
Setor público	**10.798.237**	**1,6**	**9.685.827**	**1,4**
Setor privado	**682.718.086**	**98,4**	**659.492.375**	**98,6**
Total	**693.516.323**	**100,0**	**669.178.202**	**100,0**
Pessoa jurídica	**318.980.528**	**46,0**	**302.258.359**	**45,2**
Atividades imobiliárias e construção	23.873.182	3,4	23.020.555	3,4
Varejo	35.575.524	5,1	38.200.325	5,7
Serviços	97.160.001	14,0	87.353.996	13,1
Transportes e concessão	22.626.073	3,3	21.412.703	3,2
Automobilística	7.445.823	1,1	7.077.751	1,1
Alimentícia	15.815.181	2,3	14.477.594	2,2
Atacado	21.047.162	3,0	18.668.408	2,8
Energia elétrica	7.515.312	1,1	10.459.175	1,6
Petróleo, derivados e atividades agregadas	5.445.160	0,8	5.521.756	0,8
Demais setores	82.477.110	11,9	76.066.096	11,4
Pessoa física	**374.535.795**	**54,0**	**366.919.843**	**54,8**

d) Risco de Mercado

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de riscos (1)	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Prefixado	5.613	8.265
IGP-M / IPCA	12.134	6.902
Cupom cambial	273	67
Moeda estrangeira	2.483	4.031
Renda variável	1.950	1.940
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	2.727	7.055
Outros	6.041	1.378
Efeito correlação/diversificação	(10.118)	(14.825)
VaR (*Value at Risk*)	**21.103**	**14.814**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

A metodologia de sensibilidade foi aperfeiçoada a partir de junho 2026 para considerar movimentos de alta e de baixa nos fatores de risco, com reporte do impacto de maior perda observada. Anteriormente, os testes consideravam apenas movimentos em uma única direção para cada fator de risco.

Cenário 1: Aplicação de choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços, tanto de crescimento quando de queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

Cenário 2: Aplicação de choques de 25%, tanto de crescimento quando de queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

Cenário 3: Aplicação de choques de 50%, tanto de crescimento quando de queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

							R$ mil
		Carteira *Trading* (1)					
		Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(276)	(89.071)	(172.927)	(318)	(102.871)	(195.792)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(394)	(113.125)	(237.039)	(294)	(54.032)	(102.722)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(26)	(3.521)	(6.973)	(2)	(347)	(688)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(948)	(23.705)	(47.409)	(2.184)	(54.595)	(109.190)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(88)	(2.204)	(4.408)	476	11.888	23.776
Soberanos/ *eurobonds* e *treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(133)	(12.113)	(24.754)	83	6.687	13.058
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(48)	(1.211)	(2.422)	(13)	(320)	(640)
Total sem correlação dos fatores de risco		**(1.914)**	**(244.950)**	**(495.932)**	**(2.252)**	**(193.590)**	**(372.198)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 340 bps e 660 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2026 (Dez/2025 - os valores foram de aproximadamente 335 bps e 651 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de Sensibilidade – Carteiras *Trading* e *Banking*

		R$ mil					
		Carteira *Trading* e *Banking* (1)					
		Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14.497)	(4.928.377)	(9.572.007)	(10.533)	(3.584.634)	(7.069.069)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(16.922)	(2.818.081)	(4.981.888)	(17.802)	(2.747.631)	(4.869.645)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2.225)	(301.121)	(582.096)	(1.899)	(231.410)	(447.013)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(3.399)	(84.964)	(169.929)	(4.244)	(106.104)	(212.207)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(43.144)	(1.078.604)	(2.157.209)	(35.194)	(879.844)	(1.759.689)
Soberanos/ *eurobonds* e *treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.917)	(181.994)	(347.158)	2.442	239.377	465.818
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(45)	(1.114)	(2.229)	935	23.368	46.735
Total sem correlação dos fatores de risco		**(82.149)**	**(9.394.256)**	**(17.812.514)**	**(66.296)**	**(7.286.879)**	**(13.845.070)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 343 bps e 670 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2026 (Dez/2025 - os valores foram de aproximadamente 335 bps e 653 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

e) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas - Consolidado

I - Balanço patrimonial por moedas

				R$ mil
	Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)	Estrangeira (1) (2)
Ativo				
Disponibilidades	**15.372.519**	**9.066.282**	**6.306.237**	**5.755.123**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**579.651.744**	**563.023.007**	**16.628.737**	**15.473.743**
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	543.034.953	528.113.034	14.921.919	13.249.915
- Instrumentos financeiros derivativos	36.616.791	34.909.973	1.706.818	2.223.828
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**112.713.740**	**100.266.962**	**12.446.778**	**14.667.645**
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	112.713.740	100.266.962	12.446.778	14.667.645
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.511.280.575**	**1.415.555.301**	**95.725.274**	**87.882.363**
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	255.213.538	254.014.957	1.198.581	2.807.715
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	121.344.469	121.298.484	45.985	44.014
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	308.005.764	286.535.367	21.470.397	12.722.960
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	659.083.141	586.815.171	72.267.970	71.901.769
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.085.531	8.085.531	-	-
- Outros ativos financeiros	159.548.132	158.805.791	742.341	405.905
Ativos não financeiros mantidos para venda	**2.527.565**	**2.489.383**	**38.182**	**39.431**
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	**14.719.915**	**14.719.915**	**-**	**-**
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	**8.547.051**	**8.434.616**	**112.435**	**130.891**
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	**21.661.809**	**21.475.859**	**185.950**	**173.993**
Impostos a compensar	**29.795.477**	**29.306.890**	**488.587**	**371.730**
Crédito tributário	**112.739.647**	**112.702.825**	**36.822**	**31.306**
Outros ativos	**22.599.407**	**20.977.507**	**1.621.900**	**1.757.638**
Total do Ativo	**2.431.609.449**	**2.298.018.547**	**133.590.902**	**126.283.863**
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	**1.656.185.562**	**1.508.817.639**	**147.367.923**	**139.219.428**
- Recursos de instituições financeiras	434.454.710	371.441.599	63.013.111	55.231.530
- Recursos de clientes	746.926.753	678.358.440	68.568.313	72.554.578
- Recursos de emissão de títulos	334.633.911	318.851.797	15.782.114	11.417.683
- Dívidas subordinadas	55.017.974	55.017.974	-	-
- Outros passivos financeiros	85.152.214	85.147.829	4.385	15.637
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**33.659.437**	**30.499.821**	**3.159.616**	**3.947.843**
Provisão para perda esperada	**2.946.355**	**2.943.005**	**3.350**	**6.199**
- Compromissos de empréstimos	1.594.914	1.591.865	3.049	5.915
- Garantias financeiras	1.351.441	1.351.140	301	284
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	**467.328.481**	**467.305.421**	**23.060**	**21.363**
Outras provisões	**33.974.909**	**33.839.050**	**135.859**	**147.518**
Impostos correntes	**1.844.070**	**1.611.538**	**232.532**	**120.493**
Impostos diferidos	**7.206.270**	**7.125.259**	**81.011**	**84.285**
Outros passivos	**51.516.822**	**49.857.789**	**1.659.033**	**1.908.726**
Total do passivo	**2.254.661.906**	**2.101.999.522**	**152.662.384**	**145.455.855**
Patrimônio líquido				
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	175.230.327	175.230.327	-	-
Participação de acionistas não controladores	1.717.216	1.717.216	-	-
Total do Patrimônio Líquido	**176.947.543**	**176.947.543**	**-**	**-**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.431.609.449**	**2.278.947.065**	**152.662.384**	**145.455.855**
Posição líquida de ativos e passivos			**(19.071.482)**	**(19.171.992)**
Derivativos - posição líquida (2)			14.947.173	13.836.792
Outras contas de compensação líquidas (3)			70.650	(224.924)
Posição cambial líquida (passiva) (4) (5)			**(4.053.659)**	**(5.560.124)**

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;
(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;
(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação;
(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram em 30 de junho de 2026, R$ (2.011.369) mil (2025 - R$ (4.322.157) mil) e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R$ 544.939 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 806.407 mil); e
(5) No período a variação cambial dos instrumentos financeiros reconhecida no resultado foi de R$ (616.968) mil (2025 - R$ (823.668) mil).

f) Valor justo de ativos e passivos financeiros

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	R$ mil			
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	385.008.712	385.046.051	353.983.208	354.011.524
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	121.167.730	121.167.730	121.460.804	121.460.804
Títulos e valores mobiliários:				
Ao valor justo por meio do resultado (1)	165.919.470	165.919.470	163.773.659	163.773.659
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	63.117.076	63.117.076	66.475.923	66.475.923
Ao custo amortizado (1)	255.095.522	243.981.144	238.075.097	231.952.064
Instrumentos financeiros derivativos	37.141.183	37.141.183	21.193.646	21.193.646
Operações de crédito e arrendamento mercantil	554.971.488	539.292.437	527.828.977	511.211.711
Outros ativos financeiros	120.878.541	120.878.541	122.378.816	122.378.816
Passivos				
Recursos de instituições financeiras	497.712.030	498.071.985	480.405.504	480.841.337
Recursos de clientes	720.091.332	717.656.490	694.748.422	691.895.809
Recursos de emissão de títulos	356.029.061	354.159.936	324.689.775	324.966.808
Dívidas subordinadas	55.017.974	56.212.611	54.714.526	56.371.225
Instrumentos financeiros derivativos	32.903.854	32.903.854	17.312.624	17.312.624
Outros passivos financeiros	77.104.500	77.104.500	68.154.910	68.154.910

(1) Inclui títulos com características de concessão de crédito.

	R$ mil			
	Em 30 de junho de 2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado	**152.775.764**	**11.194.800**	**1.948.906**	**165.919.470**
Letras do tesouro nacional	47.959.407	-	-	47.959.407
Notas do tesouro nacional	50.679.455	-	-	50.679.455
Ações	16.515.375	888.542	-	17.403.917
Outros	37.621.527	10.306.258	1.948.906	49.876.691
Derivativos	**1.823.945**	**3.123.113**	**(709.729)**	**4.237.329**
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	25.793.849	10.787.379	559.955	37.141.183
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(23.969.904)	(7.664.266)	(1.269.684)	(32.903.854)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**60.925.179**	**2.191.549**	**348**	**63.117.076**
Letras do tesouro nacional	23.265.680	-	-	23.265.680
Letras financeiras do tesouro	8.035.063	-	-	8.035.063
Títulos de governos estrangeiros	2.603.640	-	-	2.603.640
Notas do tesouro nacional	16.220.315	-	-	16.220.315
Outros	10.800.481	2.191.549	348	12.992.378
Total	**215.524.888**	**16.509.462**	**1.239.525**	**233.273.875**
Públicos	**165.454.180**	**17.628**	**348**	**165.472.156**
Privados	**50.070.708**	**16.491.834**	**1.239.177**	**67.801.719**

	R$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado	**150.571.108**	**10.583.881**	**2.618.670**	**163.773.659**
Letras do tesouro nacional	51.536.310	-	-	51.536.310
Notas do tesouro nacional	47.879.838	-	-	47.879.838
Ações	13.968.359	-	957.746	14.926.105
Outros	37.186.601	10.583.881	1.660.924	49.431.406
Derivativos	**1.706.553**	**2.949.017**	**(774.548)**	**3.881.022**
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	11.267.287	9.652.699	273.660	21.193.646
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(9.560.734)	(6.703.682)	(1.048.208)	(17.312.624)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**63.441.992**	**3.033.292**	**639**	**66.475.923**
Letras do tesouro nacional	21.939.989	-	-	21.939.989
Letras financeiras do tesouro	11.967.209	-	-	11.967.209
Títulos de governos estrangeiros	7.858.952	-	-	7.858.952
Notas do tesouro nacional	11.567.335	-	-	11.567.335
Outros	10.108.507	3.033.292	639	13.142.438
Total	**215.719.653**	**16.566.190**	**1.844.761**	**234.130.604**
Públicos	**173.828.336**	**-**	**640**	**173.828.976**
Privados	**41.891.317**	**16.566.190**	**1.844.121**	**60.301.628**

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.618.670**	**639**	**273.660**	**(1.048.208)**	**1.844.761**
Incluídos no resultado	(198.184)	33	-	-	(198.151)
Incluídos em outros resultados abrangentes	-	25	-	-	25
Aquisições	142.608	-	286.295	(221.476)	207.427
Liquidações	(92.811)	(349)	-	-	(93.160)
Vencimentos	(64.416)	-	-	-	(64.416)
Transferência entre níveis (1)	(456.961)	-	-	-	(456.961)
Saldos em 30 de junho de 2026	**1.948.906**	**348**	**559.955**	**(1.269.684)**	**1.239.525**

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

	R$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**1.566.274**	**1.204**	**137.552**	**(557.559)**	**1.147.471**
Incluído no resultado	409.786	11.015	-	-	420.801
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(51.907)	-	-	(51.907)
Aquisições	56.669	425.000	30.020	(82.228)	429.461
Liquidações	(89.893)	(343)	-	-	(90.236)
Vencimentos	(50.945)	-	-	-	(50.945)
Transferência entre níveis (1)	(6.978)	-	-	-	(6.978)
Saldos em 30 de junho de 2025	**1.884.913**	**384.969**	**167.572**	**(639.787)**	**1.797.667**

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3

	R$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					
	Impacto no resultado			Impacto no patrimônio		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(628)	(185.461)	(319.476)	-	(3)	(5)
Índices de preços	-	(78)	(148)	-	-	-
Cupom cambial	(3.435)	(12.638)	(24.420)	-	-	-
Moeda estrangeira	(3.435)	(85.887)	(171.774)	-	-	-

	R$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025					
	Impacto no resultado			Impacto no patrimônio		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(28)	(9.841)	(19.247)	-	(9)	(17)
Cupom cambial	(54)	(6.508)	(12.485)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.469	36.729	73.459	-	-	-
Renda variável	5.268	131.690	263.380	-	-	-

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R$ mil				
	Em 30 de junho de 2026				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	385.046.051	-	385.046.051	385.008.712
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (1)	114.490.212	122.955.032	6.535.900	243.981.144	255.095.522
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	-	539.292.437	539.292.437	554.971.488

	R$ mil				
	Em 30 de junho de 2026				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	-	-	498.071.985	498.071.985	497.712.030
Recursos de clientes	-	-	717.656.490	717.656.490	720.091.332
Recursos de emissão de títulos	-	-	354.159.936	354.159.936	356.029.061
Dívidas subordinadas	-	-	56.212.611	56.212.611	55.017.974

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

	R$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	354.011.524	-	354.011.524	353.983.208
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (1)	120.288.677	106.410.234	5.253.153	231.952.064	238.075.097
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	-	511.211.711	511.211.711	527.828.977
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	-	-	480.841.337	480.841.337	480.405.504
Recursos de clientes	-	-	691.895.809	691.895.809	694.748.422
Recursos de emissão de títulos	-	-	324.966.808	324.966.808	324.689.775
Dívidas subordinadas	-	-	56.371.225	56.371.225	54.714.526

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

38) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Em 30 de junho de 2026 o resultado contábil acumulado foi de R$ 12.080.064 mil. Não houve resultado não recorrente. Em 30 de junho de 2025 o resultado contábil acumulado foi de R$ 11.868.917 mil, o resultado recorrente de R$ 11.930.479 mil e o resultado não recorrente foi de R$ (61.562) mil líquido de impostos, referente a Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI).

b) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2026 atingiram R$ 1.514.646.631 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 1.409.467.167 mil).

c) Benefícios a empregados

O Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores benefícios, dentre os quais: previdência privada, seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizaram, no 1° semestre de 2026, R$ 2.202.636 mil (2025 - R$ 2.140.492 mil).

d) Recolhimento Compulsório

Em 2026, houve alterações nas regras de recolhimento compulsório conforme quadro a seguir:

Descrição	Norma Atual
Recursos à vista	**Resolução BCB nº 551/26** A Resolução BCB nº 551/26, de caráter complementar à Resolução BCB nº 189, estabelece um mecanismo temporário de dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos à vista e a prazo, em decorrência da antecipação obrigatória de 60 parcelas em março de 2026 e de 12 parcelas em março de 2027 e março de 2028 das contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A norma permite que as instituições financeiras abatam do compulsório os valores antecipados, observados os limites da exigibilidade. A dedução é limitada ao valor da antecipação e deve ser recomposta de forma gradual ao longo do tempo.

e) Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, informamos que o Banco Bradesco S.A. possui acordos para a compensação e liquidação de obrigações firmadas com determinadas contrapartes. As obrigações de pagamento para com o Banco Bradesco S.A., decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Bradesco junto à contraparte.

f) Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, resultante da conversão do PLP nº 68/24, a qual integra parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/23, que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/24, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabeleceu regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

Adicionalmente, ao longo de 2026, foram editados atos normativos complementares, incluindo o Decreto nº 12.955/26 e a Resolução CGIBS nº 06/26, que regulamentam aspectos operacionais da CBS e do IBS, respectivamente, abrangendo temas relacionados à incidência, base de cálculo, créditos, arrecadação, obrigações acessórias e regimes aplicáveis a determinadas operações e serviços, incluindo atividades do setor financeiro

O Banco permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

g) Em 27 de fevereiro de 2026, celebramos um acordo vinculante para uma reorganização societária, entre empresas controladas que consolidará todo o segmento de negócios de saúde da Organização Bradesco sob uma única entidade de capital aberto, a Odontoprev S.A. ("Odontoprev"). Nos termos do acordo, o Bradesco se tornará o acionista controlador direto da Odontoprev, com 91,35% de participação, e a Odontoprev será renomeada para "Bradsaúde S.A.", atuando como a companhia holding para todas as nossas operações de saúde. A transação envolve uma cisão parcial da Bradseg Participações S.A. e a incorporação de ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. pela Odontoprev. A reorganização visa simplificar nossa estrutura societária e integrar nossos negócios de saúde para capturar sinergias operacionais e comerciais. Os termos da operação foram negociados por um comitê independente da Odontoprev e foram suportados por um parecer (*fairness opinion*) emitido pelo Citigroup Global Markets Inc.

Em 06 de março de 2026, em continuidade ao acordo celebrado em 27 de fevereiro de 2026, comunicamos aos acionistas e ao mercado em geral os seguintes desdobramentos da Operação: (i) divulgação das informações decorrentes do laudo de avaliação (datado de 5 de março de 2026) das ações da BGS, a valor de mercado, para fins de determinação do valor do aumento de capital da Odontoprev decorrente da Incorporação de Ações, nos termos dos artigos 8° e 252 da Lei nº 6.404/1976; e, como consequência da finalização de tais providências; e (ii) convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Odontoprev ("AGE Odontoprev"), para em síntese deliberar sobre: (a) a aprovação da Incorporação de Ações (conforme definido no Fato Relevante Operação) da BGS pela Odontoprev, incluindo o Protocolo e Justificação da Incorporação (conforme definido no Fato Relevante Operação) aditado pelo Primeiro Aditamento, e os respectivos laudos de avaliação; (b) o consequente aumento de capital da Odontoprev; (c) a reforma do estatuto social da Odontoprev, inclusive com a alteração de sua denominação social para "Bradsaúde S.A."; e (d) a Contribuição de Ativos (conforme definido no Fato Relevante Operação) para a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.; tudo conforme descrito no Fato Relevante da Operação.

Em 6 de abril de 2026, foi aprovada a reorganização societária destinada à consolidação dos negócios de saúde da Organização Bradesco na Odontoprev S.A., compreendendo (i) a incorporação das ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. pela Odontoprev S.A. e (ii) a contribuição de ativos e passivos operacionais da Odontoprev S.A. à Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

As referidas operações foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias realizadas em abril de 2026, tendo todas as condições suspensivas previstas nos respectivos protocolos sido verificadas, incluindo as autorizações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), concedidas em 30 de março de 2026 para a incorporação de ações e em 2 de abril de 2026 para a contribuição de ativos.

Em 30 de abril de 2026, foi homologada e concluída a incorporação das ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. (BGS) pela Bradsaúde S.A. (nova denominação da Odontoprev S.A.), passando a BGS a ser subsidiária integral da Bradsaúde. Em decorrência da operação, a participação do Banco Bradesco S.A. na Bradsaúde passou a representar 91,35% do capital social total e votante. Adicionalmente, foi aprovada a reorganização operacional mediante a transferência da carteira de planos odontológicos e demais ativos e passivos operacionais da Bradsaúde para a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., em continuidade ao processo de consolidação dos negócios de saúde da Organização Bradesco.

Vinícius Panaro
Contador - CRC 1SP324844/O-6

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco” ou “Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais do Banco Bradesco S.A., em 30 de junho de 2026, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Bradesco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros
Conforme descrito nas notas explicativas nº 4, 8b, 9i, 12 e 37.c às demonstrações financeiras individuais, o Banco possui o montante de R$ 51.745.821 mil de provisão para perdas esperadas (PE) associadas ao risco de crédito de ativos financeiros em 30 de junho de 2026, conforme detalhado na nota explicativa nº 37.c. Adicionalmente, o Bradesco também possui exposição ao risco de crédito e, por consequência sujeito a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no montante de R$ 7.999.334 mil, por meio dos investimentos em controladas.

O Banco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (SICR – Significant Credit Risk) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (default) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). O Banco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Banco separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (PD - Probability of Default), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (LGD – Loss Given Default) e a exposição financeira no momento da inadimplência (EAD – Exposure at Default), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas futuras. O Banco projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE, incluindo a definição do Banco de aumento significativo no risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD, incluindo a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns, e os modelos usados para identificar as variáveis macroeconômicas futuras relevantes e estimar o impacto quantitativo dessas variáveis; e (iii) a validação independente dos modelos e definição da probabilidade de cada cenário, utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.

- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Banco, na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito do Banco, analisando as métricas relevantes utilizadas pelo Banco e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs do Banco usando dados históricos e metodologias definidas pelo Banco; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.

- Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.

- Para uma amostra dos contratos financeiros, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de ativos financeiros no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 25 às demonstrações financeiras individuais, o Banco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas para os quais possui provisões registradas nos montantes de R$ 212.365 mil, R$ 4.318.301 mil e R$ 4.009.358 mil, e divulgações de passivos contingentes classificados como perdas possíveis no valor de R$ 18.822.915 mil, R$ 6.039.652 mil e R$ 1.519.557 mil, respectivamente, em 30 de junho de 2026.

Para as provisões de processos judiciais, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, outras ações cíveis específicas, ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos judiciais como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas adotadas pelo Banco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas à determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos judiciais. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais;

- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Banco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis e trabalhistas com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Para demais processos, cíveis e trabalhistas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas para classificação da probabilidade de perda. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Banco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e

- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Banco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários
Conforme descrito na nota explicativa nº 4 e 35b às demonstrações financeiras individuais, o Banco possui o montante de R$ 95.479.361 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 30 de junho de 2026.

O Banco reconhece esses créditos tributários considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros do Banco são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Banco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas-chave para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros; e

- Revisamos as principais premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Banco de lucros tributáveis futuros para 30 de junho de 2026. Avaliamos a capacidade do Banco para projetar os lucros tributáveis por meio de comparação entre as premissas estimadas com as realizadas para o primeiro semestre de 2026; e

- Envolvemos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em tributos que nos auxiliaram na revisão da base de constituição dos créditos tributários e revisão das divulgações das demonstrações financeiras individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada registradas em empresas controladas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial
Conforme descrito nas notas explicativas nº 4, 15 e 37e.i às demonstrações financeiras individuais, o Bradesco possui participações societárias em empresas controladas do segmento de Seguros e Previdência. Essas controladas registraram provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R$ 456.956.985 mil em 30 de junho de 2026.

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar certas provisões técnicas as empresas controladas utilizam técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem, entre outras, longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada como um principal assunto de auditoria. Foi requerido julgamento complexo do auditor para avaliar a mensuração dessas provisões técnicas considerando que envolvem incertezas de mensuração significativas como resultado da aplicação dos modelos e metodologias atuariais sobre as premissas de cálculo, especificamente aquelas utilizadas para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros. Mudanças nessas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração dessas provisões técnicas. Adicionalmente, o esforço de auditoria associado com a avaliação da mensuração dessas provisões técnicas requereu o envolvimento de profissionais atuariais com habilidades e conhecimento especializados.

Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração das provisões técnicas e à realização do teste de adequação de passivos. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação de modelos atuariais e premissas relacionadas a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.
- Envolvemos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:

I. na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas acima, mediante a comparação com requerimentos regulatórios e com base em técnicas atuariais geralmente aceitas;

II. na avaliação conceitual dos modelos e técnicas de modelagem, incluindo aqueles usados para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros, ao inspecionar as documentações do modelo, para determinar se os modelos estão adequados para o uso pretendido;

III. nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, ao utilizar modelos desenvolvidos de forma independente e informações históricas das empresas controladas, para comparar as estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados;

IV. na avaliação da aplicação dos modelos atuariais às premissas de longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros para comparar com os resultados de mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada registradas em empresas controladas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial; e

V. na avaliação das premissas relacionadas à longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros ao comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis.

- Testamos com base em amostragem, a precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos das premissas atuariais, ao confrontar os dados que são relevantes para os cálculos com as documentações comprobatórias das respectivas transações.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada registradas em empresas controladas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Bradesco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração individual do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas
O Bradesco elaborou demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas para o semestre findo em 30 de junho de 2026 de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo a IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e foram apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 29 de julho de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores
A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais
A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

  Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

  Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou salvaguardas aplicadas.

  Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de julho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Aos Conselheiros de Administração da
ORGANIZAÇÃO BRADESCO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O ambiente macroeconômico e regulatório e as prioridades do COAUD no 1º Semestre de 2026

No Relatório de Política Monetária – RPM[1] divulgado em 25 de junho de 2026, para o qual utilizou informações disponíveis até a 279ª reunião do Comitê de Política Monetária - Copom, realizada em 16 e 17.06.2026, o Banco Central do Brasil (Bacen) ressaltou que o **ambiente externo** permanece incerto, em decorrência da indefinição sobre o acordo para cessar os conflitos armados no Oriente Médio e dos efeitos já materializados, cenário que exige cautela em virtude do ambiente marcado pela elevação da volatilidade de preços de ativos e commodities, com reflexos nas condições financeiras globais.

Já no **cenário doméstico**, o Bacen destacou que a atividade econômica registrou aceleração, com o Produto Interno Bruto (PIB) avançando 1,1% no primeiro trimestre de 2026, após alta de 0,3% no trimestre anterior, com destaque nos setores mais sensíveis ao ciclo econômico e com o mercado de trabalho resiliente, com a taxa de desocupação apresentando mínima histórica e salários reais em expansão.

A preocupação do Bacen continua sendo a **inflação** medida pelo IPCA, que aumentou e ultrapassou o limite superior do intervalo de tolerância da meta, com a variação acumulada em doze meses se elevando de 3,81% em fevereiro de 2026 para 4,72% em maio de 2026, com todos os segmentos do IPCA apresentando variação elevada no trimestre, com destaque para alimentação e preços administrados. Adicionalmente, a inflação de serviços seguiu pressionada, os preços de bens industriais voltaram a subir mais fortemente e o conflito no Oriente Médio impactou o preço do petróleo e seus derivados e de commodities em geral. Em decorrência, as expectativas de inflação registraram elevação acentuada para 2026 (5,2% em dezembro de 2026), com ampliação da desancoragem para 2027 e 2028 e projeções dos índices de 3,7% em dezembro de 2027 e de 3,1% em dezembro de 2028.

Em tal contexto, a projeção de crescimento do PIB para 2026 foi revisada de 1,6% para 2,0%, principalmente pela melhora nas perspectivas para a agropecuária e a indústria extrativa e refletindo a expectativa de maior dinamismo da demanda interna e dos setores mais sensíveis ao ciclo econômico, em grande parte associada a estímulos de natureza fiscal e creditícia.

O **mercado de crédito** segue com sinais de arrefecimento – em particular no crédito com recursos livres, especialmente para empresas –, impactado pela política monetária contracionista caracterizada pela elevada taxa de juros básica (SELIC), com o saldo de operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional – SFN em

[1] Banco Central do Brasil, Relatório de Política Monetária, Volume 2, Número 2, Junho de 2026

desaceleração (não obstante o patamar elevado das concessões nos últimos meses do primeiro semestre de 2026), com a inadimplência, o endividamento e o comprometimento de renda das famílias elevados.

A **inadimplência** seguiu em patamar historicamente alto nos primeiros meses de 2026. No segmento de pessoas físicas, a taxa de inadimplência aumentou e atingiu 5,4% da carteira em abril de 2026 – 0,1 p.p. abaixo do pico histórico registrado em maio de 2012. Essa alta da inadimplência foi impulsionada majoritariamente pelo crédito livre, com destaque para financiamento de veículos, crédito pessoal não consignado e crédito consignado para trabalhadores do setor privado. A expectativa é que as medidas aprovadas pelo Governo Federal para promover a renegociação de dívidas de pessoas físicas reduzam a taxa de inadimplência nas linhas elegíveis nos próximos meses. Entre as operações com recursos direcionados, o aumento nos atrasos no crédito rural, apesar de ter a intensidade diminuída em relação a trimestres anteriores, atingiu o maior valor da série em fevereiro de 2026 (7,6%), oscilando ao redor desse patamar nos meses seguintes. No crédito às pessoas jurídicas, a taxa de inadimplência igualmente se elevou, tanto no crédito livre como no direcionado. Até mesmo a inadimplência na modalidade outros créditos direcionados, que inclui operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e do PEAC-FGI subiu no semestre.

Os indicadores de endividamento (49,8% em março, 0,1 p.p. abaixo do recorde registrado em julho de 2022) e de comprometimento de renda (29,3%, após atingir o pico de 29,6% no mês de fevereiro de 2026) das famílias também seguem elevados. O Bacen destaca que desde o final de 2021 o endividamento das famílias permanece em nível elevado, em decorrência do processo de inclusão bancária, aliado a inovações tecnológicas e condições favoráveis no mercado de trabalho, que impulsionaram o acesso das famílias ao crédito naquele período, culminando por levar o endividamento a mudar de patamar, principalmente pelo aumento do número de tomadores de crédito. No entanto, alerta o Bacen, o incremento do custo do crédito ao longo do ciclo de alta da taxa Selic e a expansão da demanda por crédito emergencial, tipicamente mais caro, contribuíram para o recorde atual do comprometimento da renda.

No **âmbito regulatório**, o SFN continua diante de significativas demandas, particularmente oriundas do Bacen, que objetivam promover a concorrência, a inovação e a eficiência no sistema financeiro, as quais impactam diversas áreas da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas). Em particular, tecnologia da informação (gestão de crises tecnológicas e cibernéticas associadas a eventos adversos que possam originar crises operacionais), prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, relacionamento com clientes e usuários de serviços financeiros (educação financeira, *suitability* de produtos, fraudes e golpes, clientes potencialmente vulneráveis, expansão do *open finance*), gestão corporativa de riscos (integração dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança – ASG, ou ESG na sua expressão em inglês – e, particularmente, o Risco Climático), aprimoramento do PIX e regulação de ativos virtuais.

Diante do ambiente macroeconômico e regulatório em constante e significativa evolução, e considerando ainda o processo de transformação interno resultante do *Change*, o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) da Organização Bradesco, nos âmbito das suas atribuições e responsabilidades, dedica atenção especial aos desafios resultantes, às prioridades estratégicas da Organização e aos riscos associados, acompanhando os avanços e aprimoramentos na governança e sistemas de gestão de riscos e de controles internos associados às principais operações e produtos. O COAUD está focado primordialmente na integridade das Demonstrações Financeiras e controles internos a elas relacionados, na eficácia da Auditoria Interna Global (AIGL) e na qualidade e independência da Auditoria Independente (KPMG), priorizando a transparência na divulgação da posição econômico-financeira e nos resultados da Organização Bradesco, desenvolvendo seus trabalhos em parceria com a Diretoria Executiva, a Auditoria Independente e a Auditoria Interna.

No Semestre findo em 30 de junho de 2026, o COAUD objetivou entender e avaliar os efeitos do ambiente macroeconômico e regulatório, do ciclo da política monetária e da taxa básica de juros nos negócios e resultados da Organização Bradesco, com atenção às políticas de concessão de crédito, inadimplência, constituição de provisões para perdas esperadas, mensuração dos instrumentos financeiros, premissas, julgamentos e modelos relacionados a componentes significativos das Demonstrações Financeiras (como valor recuperável de créditos tributários e ágios, provisões e passivos contingentes), divulgações contábeis relacionadas aos componentes significativos dessas Demonstrações Financeiras, e os efeitos de mudanças regulatórias no ambiente de controles internos.

Nesse processo, o Comitê se reuniu regularmente com os executivos responsáveis pela gestão do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros (GBS), com interações frequentes com as áreas de gestão de riscos financeiros e não financeiros, e *compliance*, Auditoria Interna Global (acompanhando a execução do seu Plano de Trabalho conforme aprovado pelo COAUD), e os comitês de auditoria da Bradseg Participações S.A. e da Bradsaúde S.A..

Também, ao longo do Semestre, o COAUD recebeu atualizações regulares do sócio responsável pela auditoria independente da Organização Bradesco acerca dos processos internos da KPMG voltados ao acompanhamento de sua independência e sobre o progresso do trabalho em relação ao planejamento de auditoria, com foco em eventuais riscos novos e emergentes identificados para o período, sistemas de controles internos e gestão de riscos, e nos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). A KPMG Auditores Independentes continua a desafiar a administração nas questões mais relevantes e a fornecer opinião independente ao COAUD sobre julgamentos de questões materiais e o ambiente de controles internos.

1.2. O Comitê de Auditoria Estatuário na Organização Bradesco

Órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Organização Bradesco, o COAUD é estruturado nos termos da Resolução nº 4.910, de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A), e a Lei *Sarbanes-Oxley*, cuja observância é requerida para as Companhias registradas na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) e listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

O COAUD Bradesco é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, e 2 (dois) outros membros, sendo 1 (um) denominado Coordenador, e outro qualificado como especialista financeiro. Todos os membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiência são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a Organização Bradesco atua.

O objetivo principal do COAUD é assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, e na recomendação da Auditoria Independente. No exercício de suas atribuições, o Comitê atua principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes a elas associados; e (iii) a asseguração da independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O COAUD realiza reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal, ocasião em que apresenta o resultado dos trabalhos de suas atividades.

A composição no período de 1º de janeiro de 2026 a 29 de julho de 2026 foi a seguinte:

Nome	Membro
Paulo Ricardo Satyro Bianchini (coordenador)	Até 02/2026
Rogério Pedro Câmara (coordenador)	Desde 03/2026
Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro)	Desde 03/2021
Antonio José da Barbara (membro)	Desde 04/2025

O senhor Amaro Gomes, tendo em conta seu conhecimento, competências, habilidades e experiência em contabilidade, auditoria e regulação do mercado financeiro, bem como os diversos cargos de liderança que ocupou em organizações onde tais atributos profissionais era requisito essencial, inclusive no âmbito internacional, é membro qualificado especialista financeiro, nos termos do art. 9º da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, do art. 31-C da Resolução CVM nº 23, de 2021, e da seção 407 da Lei *Sarbanes-Oxley*.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. Comitê de Auditoria Estatutário

O Regimento Interno detalhando as atribuições do COAUD está disponível no site www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa. Em essência, a principal atribuição do Comitê é assessorar o Conselho de Administração no monitoramento, avaliação e revisão:

- Das responsabilidades da Diretoria Executiva para garantir:
  - A existência e funcionamento de sistema de controles internos eficaz e estruturado para proteger os ativos e as receitas da Organização, e para a elaboração das Demonstrações Financeiras;
  - A integridade das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada da Organização Bradesco, com atenção aos julgamentos e premissas contábeis significativos, bem como dos Relatórios da Administração e quaisquer anúncios formais e informações requeridas pelos reguladores e a elas relacionados;
  - A conformidade (*compliance*) com os padrões éticos, políticas, planos e procedimentos da Organização, bem como com leis e regulamentos;
- Da qualificação, independência e desempenho da Auditoria Independente, incluindo responsáveis pela auditoria atuarial, bem como o relacionamento com eles;
- Da independência, desempenho, capacitação e eficácia da Auditoria Interna;
- Da eficácia das políticas e procedimentos para recepção e tratamento de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Organização Bradesco.

Mensalmente, o COAUD elabora Relatório com os principais assuntos tratados em reuniões e devidamente registrados em Atas com recomendações e acompanhamentos de adequação, melhorias de processos e controles, instrumento disponibilizado no Portal de Governança denominado “Atlas” para conhecimento dos Membros do Conselho de Administração. Adicionalmente mantém o Conselho de Administração regularmente informado acerca dos assuntos relevantes associados às suas atribuições, em especial aqueles diretamente relacionados às Demonstrações Financeiras.

Fato relevante, é a aquisição em abril/2026 pela Organização Bradesco de 100% do controle acionário da entidade Tivio Capital DTVM S/A, passando o COAUD Bradesco a responder pelo cumprimento das atribuições e responsabilidades previstas na Resolução CMN 4910/21 relativamente à mencionada instituição financeira.

2.2. Administração da Organização Bradesco

A Administração é responsável:

- Pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), dos atos normativos pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e, pelo Banco Bradesco ser listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), das normas estabelecidas pela SEC e pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx);
- Pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra, gestão dos riscos, efetividade do sistema de controles internos, e por zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares; e
- Pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

2.3. Auditoria Independente

A KPMG é a responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e anuais, e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs), emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentando a sua opinião independente a respeito da fidedignidade dessas Demonstrações em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB, além da aderência às normas do CMN, da CVM, do Bacen, da SUSEP, da ANS e preceitos da legislação societária brasileira e regulamentação norte-americana aplicável ao Banco Bradesco e suas Controladas.

2.4. Auditoria Interna Global (AIGL)

Diretamente subordinada ao Conselho de Administração, a Auditoria Interna Global (AIGL) atua de forma independente e objetiva – livre de qualquer interferência quanto a questões de auditoria, seleção, escopo, procedimentos, frequência, tempo ou conteúdo do relatório – na avaliação dos controles internos e processos voltados para a eficácia operacional da Organização Bradesco. Mediante o uso de bases estatísticas e modelos, a Auditoria Interna prioriza as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles pertinentes, exercendo papel fundamental para auxiliar a administração na sua responsabilidade de proteger os ativos, a reputação e a sustentabilidade da

Organização. Uso de ferramentas de tecnologia avançada, como a AILA, a Inteligência Artificial da Auditoria Interna, tem dado suporte aos trabalhos da área. De acordo com a regulamentação vigente e com o Regimento Interno, o COAUD e o Conselho de Administração têm a responsabilidade pela aprovação do Regimento Interno, do Plano de Trabalho e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna Global.

Relevante reiterar que a AIGL é Certificada pela entidade IIA Brasil, com a revisão metodológica, avaliação da governança e dos papéis de trabalho, e da observância aos atributos recomendados internacionalmente.

2.5. Gestão de Riscos e Controles Internos, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos

2.5.1. Gestão Integrada e Riscos Financeiros

A dependência de Gestão Integrada e Riscos Financeiros, é responsável por fortalecer a visão corporativa dos riscos financeiros (Mercado, ALM e Liquidez), através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, em articulação com as diversas áreas e empresas da Organização Bradesco.

2.5.2. Gestão de Riscos Não Financeiros

A dependência de Gestão de Riscos Não Financeiros, apoia o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva na coordenação do Programa de Conduta Corporativa (*Compliance*), que consiste na conformidade com leis e regulamentos internos e externos, alinhado com a estratégia da Organização Bradesco e seu entorno social. Adicionalmente, responde pela elaboração de normas internas e pelo subsídio às áreas no cumprimento dos temas relacionados à integridade, conflito de interesses, ética e condutas – corporativa, concorrencial e anticorrupção. Também responde, de modo independente das áreas comerciais, pela Área Corporativa do Sistema de Controles Internos.

2.5.3. Risco de Crédito – Atacado e Varejo

Segregado em duas áreas, Atacado e Varejo, o Risco de Crédito é responsável pelo conjunto de práticas, estratégias e políticas adotadas para avaliar, monitorar e mitigar a possibilidade de riscos em operações de crédito, pelo não cumprimento da obrigação financeira.

2.5.4. Riscos Digitais

A área Riscos Digitais, tem a missão de atuar de modo independente, e estabelecer e supervisionar diretrizes para a gestão integrada de riscos digitais e correspondentes controles internos, orientada por frameworks globais e pela Legislação aplicável. Avalia e monitora os riscos cibernéticos, tecnológicos, de uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), privacidade e proteção de dados de terceiros

e resiliência operacional frente a incidentes, crises e disrupções, garantindo a continuidade do negócio e a proteção dos clientes e stakeholders.

2.6. Ouvidorias

As Ouvidorias do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros têm a competência de acompanhar o desempenho da Organização nos *Rankings* de Reclamações, reportando os principais eventos e contribuindo com recomendações para aprimoramentos e modificações de práticas e rotinas para atendimento das expectativas dos clientes e usuários. Para garantir o resultado e estimular a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços, as Ouvidorias interagem com as Dependências e Empresas Ligadas, além de atuarem no relacionamento com órgãos reguladores e de proteção e defesa do consumidor. O COAUD mantém reuniões semestrais com a Ouvidoria (Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros, neste caso através dos Comitês de Auditoria da Bradseg e da BradSaúde) para conhecimento da natureza dos registros e acompanhamento da implementação de recomendações.

2.7. Avaliação Independente de Modelos

Dependência responsável por avaliar, de modo independente, os modelos adotados nas diversas áreas do Banco Bradesco, como riscos, cálculo de capital, teste de estresse, mensuração, provisões, mediante o uso de ferramentas quantitativas voltadas para a certificação de tais modelos, de modo aprimorar a eficiência e a precisão, e reduzir custos no processo de tomada de decisões.

3. COMO O COAUD EXERCEU SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Preliminarmente, destacamos que o Capítulo 4 – Principais atividades e temas significativos considerados pelo COAUD, deste Relatório, apresenta em maiores detalhes os trabalhos desenvolvidos. Neste capítulo apresentamos um panorama geral com o objetivo de destacar alguns aspectos relevantes.

Considerando o ambiente macroeconômico e regulatório e as prioridades para o Primeiro Semestre de 2026, destacados na introdução deste Relatório, bem como a estratégia da Organização Bradesco, o COAUD dedicou atenção à informações sobre (i) os efeitos diretos e indiretos nos resultados das operações; (ii) riscos e incertezas e o impacto nos julgamentos, premissas e estimativas atuais e futuras relativas às informações contábeis, em particular provisões cíveis, trabalhistas e fiscais, e mensuração de ativos financeiros; (iii) os efeitos no capital econômico e regulatório e o impacto na liquidez; e (iv) procedimentos de revisão e conclusões da Auditoria Independente e da Auditoria Interna Global, e demais Linhas de Defesa.

Em particular, o COAUD intensificou o acompanhamento das premissas, modelos e julgamentos relativos ao risco de crédito, principalmente quanto à adequação dos parâmetros utilizados para desenvolver e calibrar os modelos de provisionamento, tendo em conta os dados históricos e a experiência recente. Adicionalmente, outras áreas de julgamentos contábeis significativos que

demandaram atenção incluíram a mensuração de instrumentos financeiros, a avaliação do valor recuperável de ativos, a análise dos passivos contingentes, os investimentos em empresas ligadas e as provisões constituídas no Grupo Bradesco Seguros.

A Auditoria Independente compartilhou regularmente seus pontos de vista sobre a razoabilidade das premissas utilizadas nos modelos adotados, considerando o ambiente macroeconômico no desenho, implementação e operação dos controles relacionados a esses e a outros temas considerados pertinentes.

Relevante destacar ainda que o COAUD permanece acompanhando a implementação da Estratégia Corporativa no âmbito do Processo de Transformação denominado "*Change*", divulgado em meados de fevereiro de 2024.

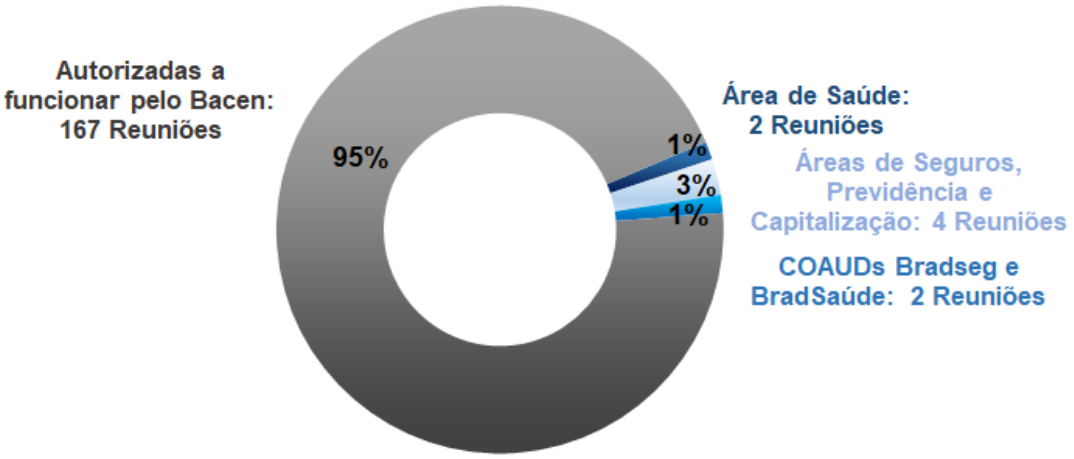
3.1. Reuniões e Capacitação

Com observância ao seu planejamento anual, o COAUD realizou reuniões (devidamente formalizadas em Atas, conforme requerido pela regulamentação vigente) com os representantes das áreas responsáveis pelos processos contábeis, financeiros, tributários e trabalhistas, assim como no acompanhamento pelas 2ª, 3ª e 4ª Linhas de Defesa, no âmbito da abordagem dos riscos e controles internos, e recebeu regularmente os Relatórios Gerenciais de "Acompanhamento das Operações de Crédito e Inadimplência", "Riscos de Mercado e de Liquidez e Limites", Resultados dos Segmentos de Negócios, e da Comissão de Avaliação de Pendências Regulatórias e Auditoria Externa (CAPRAE).

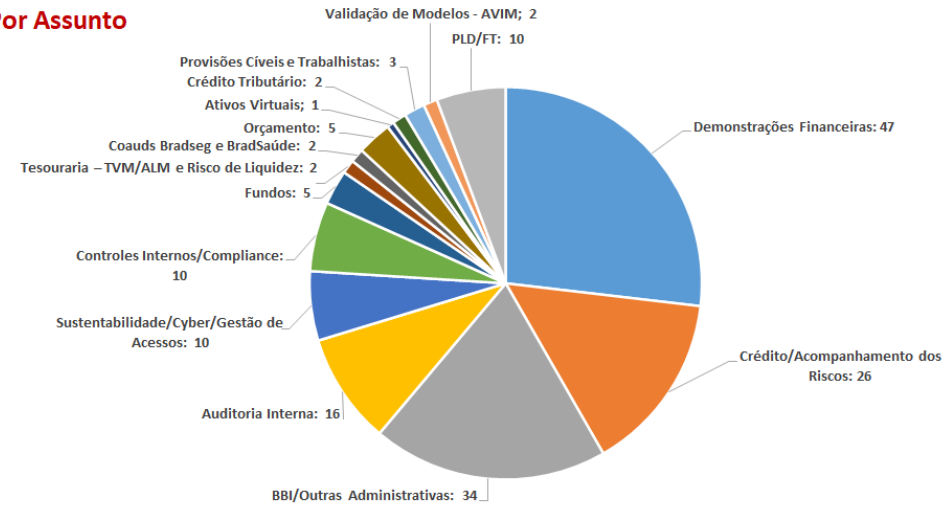
No 1º semestre de 2026 o COAUD participou de 175 reuniões, destacando-se aquelas com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Executivos das áreas de Negócios, de Tecnologia da Informação, de Gestão de Riscos, de Controle Interno, e de *Compliance*, bem como com a KPMG Auditores Independentes, a Auditoria Interna Global, e o Banco Central do Brasil (Bacen). Nessas ocasiões, o COAUD recebeu atualizações sobre assuntos relevantes e acompanhou, principalmente, as ações compromissadas e prioritárias estabelecidas; o apetite e a abordagem à gestão de riscos, incluindo riscos emergentes; a segurança cibernética; o uso de nuvem (*cloud*); Sustentabilidade e ESG, com foco em impactos das mudanças climáticas e dos requisitos regulatórios do Bacen, CVM, SUSEP, ANS e SEC; prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa; conduta e tratamento de clientes potencialmente vulneráveis; educação financeira; e o aprimoramento e desenvolvimento de modelos.

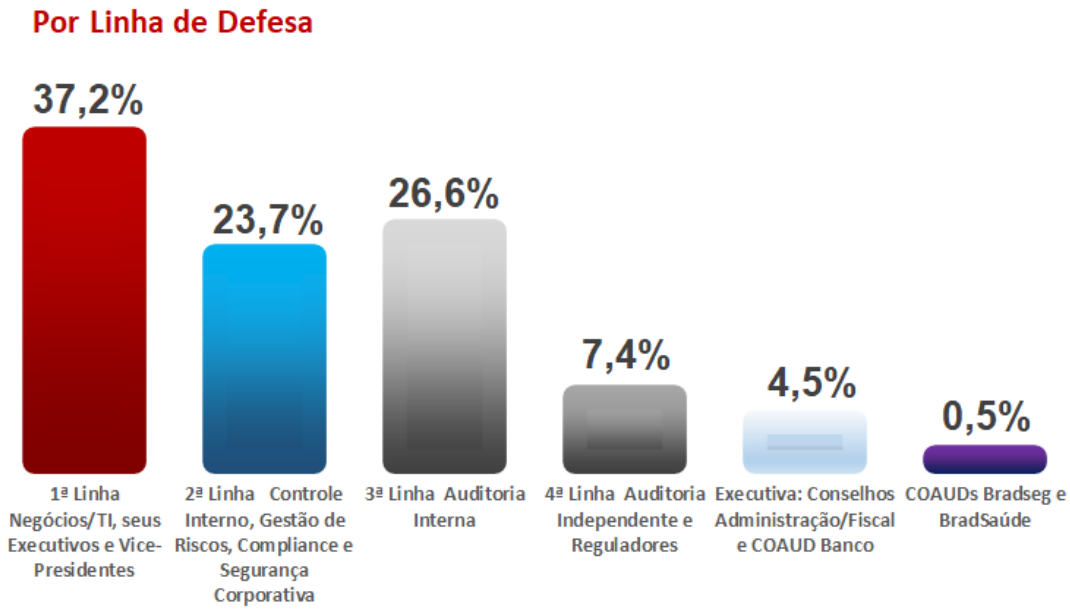
A seguir apresentamos o sumário das reuniões realizadas:

Por Instituições



Por Assunto





No âmbito da educação continuada, o Comitê de Auditoria participou no decorrer de 2026 de atividades de capacitação:

- Congresso de Prevenção e Repressão a Fraudes, Segurança Cibernética e Bancária - Febraban SEC;
- 16ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente; e
- 96ª Mesa de Debates do ACI Institute – KPMG.

3.2. Revisão das Demonstrações Financeiras

A revisão de Demonstrações Financeiras pelo COAUD no 1º semestre de 2026 incluiu o Relatório Trimestral (ITR) para a data-base de 31/03/2026 e o Relatório Semestral para a data-base de 30/06/2026. É de responsabilidade da Administração a elaboração de Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – da Organização Bradesco completas e exatas, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam estabelecidas pelo Bacen e/ou emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pela CVM, extensivas à SUSEP e ANS**,** e com as IFRS, emitidas pelo IASB, que devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Como parte dessa revisão, o COAUD avaliou a aplicação de políticas contábeis críticas, julgamentos contábeis e premissas significativas, e a conformidade com os requerimentos de divulgação, para garantir que fossem consistentes, apropriados e aceitáveis, de acordo com os requisitos relevantes para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. O Comitê discutiu com as áreas técnicas e considerou as métricas de desempenho relacionadas às prioridades estratégicas, de modo a acompanhar a evolução no período e identificar os principais aspectos a influenciar a

consecução das metas orçamentárias, bem como analisar se foram apresentadas de forma equilibrada e refletindo os riscos e incertezas de forma adequada.

Adicionalmente, o COAUD avaliou a eficácia do sistema de controles internos (Negócios e Tecnologia da Informação) relacionado à elaboração das Demonstrações Financeiras, com atenção e avaliação crítica das alterações, aprimoramentos e quaisquer desenvolvimentos que o afetem. Documentou-se de atualizações e confirmações regulares de que a Administração havia adotado as ações necessárias para remediar eventuais falhas ou fragilidades importantes para os processos e controles operacionais identificadas através da operação da estrutura de controles da Organização Bradesco. Os procedimentos adotados nas 4 (quatro) Linhas de Defesa para identificar, monitorar, avaliar e mitigar impactos potencialmente relevantes foram regularmente reportados ao COAUD.

Finalmente, o COAUD dedicou atenção particular aos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) destacados pela Auditoria Independente por ocasião da emissão do seu Relatório e publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre de 2026, acompanhando as discussões mais relevantes com as áreas responsáveis e a equipe de auditores independentes.

3.3. O COAUD e a Auditoria Independente

A KPMG é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, promovendo, a cada 5 (cinco) anos, o rodízio do sócio e principais responsáveis pela realização de auditoria. Dada a sua missão e responsabilidade, o COAUD reitera que apresentou no final de 2025 ao Conselho de Administração a sua recomendação pela permanência da KPMG para a prestação de serviços de auditoria independente para o exercício social de 2026. Dado o rodízio retro mencionado, assume como sócio líder o Sr. André Dala Pola.

3.3.1. Planejamento da Auditoria Independente e Execução dos Trabalhos

O COAUD revisou a abordagem e estratégia da Auditoria Independente para a auditoria do Exercício Social de 2026, discutindo com a KPMG o escopo geral e o planejamento dos trabalhos, a estratégia para riscos significativos identificados, a natureza e extensão da capacitação da equipe de auditores e o uso de especialistas (tecnologia da informação, atuária, finanças corporativas, tributação) necessários para realizar a auditoria planejada na Organização Bradesco. Ao longo do 1º semestre de 2026 o COAUD recebeu atualizações regulares da KPMG sobre os avanços do processo de auditoria, apresentadas pelo sócio responsável e sua equipe sênior, com o objetivo de acompanhar o tratamento das questões de contabilidade e seus impactos nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados ao sistema de controles internos e Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). O COAUD deu ênfase às ações tomadas pela KPMG em relação aos PAAs apontados em seu Relatório relativo à data-base de 31/12/2025, bem como àqueles identificados no planejamento de auditoria para o exercício de 2026.

O COAUD avaliou regularmente a eficácia, o desempenho e a independência da KPMG, focando no processo geral de auditoria e na qualidade dos resultados. A KPMG destacou a continuidade do investimento em recursos adicionais e novas tecnologias para o aprimoramento contínuo da qualidade e consistência na prestação de serviços de auditoria.

O Comitê, ao tomar conhecimento de pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, identificados em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanhou as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

A KPMG apresentou tempestivamente ao Comitê os resultados e principais conclusões dos trabalhos de auditoria realizados ao longo do 1º semestre de 2026.

Adicionalmente, é oportuno destacar que o COAUD, ao tomar conhecimento de eventos relevantes que envolvam a KPMG, no Brasil e no exterior, interpela imediatamente os auditores independentes, que apresentam tempestivamente explanações e explicações acerca da ocorrência, como foram regularizadas, riscos potencialmente identificados para o exercício independente dos trabalhos da empresa, e eventuais impactos aos trabalhos em andamento. Eventos mantidos em processo de follow-up até suas plenas resolutividades.

3.3.2. Realização de "Outros Serviços" pela Auditoria Independente

No âmbito de sua atribuição de monitorar e avaliar a independência do auditor independente, o Comitê de Auditoria toma ciência da extensão e natureza da realização de "Outros Serviços" pela KPMG. A execução de tais serviços, não relacionados com a Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, deve ser objeto de avaliação primordial e preliminar por parte do auditor independente, de acordo com a sua política de independência, e observados os requisitos estabelecidos pela regulamentação promulgada pelo CMN, pela CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pela SEC, pelo *Public Company Accounting Oversight Board* – PCAOB, pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* – IESBA e pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* – IAASB, de forma a garantir que não representam conflito de interesses.

A contratação de tais serviços ocorre somente após confirmação pela KPMG de que foram considerados todos os requisitos de independência, bem como o atendimento aos melhores interesses da Organização Bradesco para contratar a KPMG para a realização de tais serviços, incluindo aspectos como trabalho intimamente relacionado àquele realizado para fins de auditoria independente; serviços que demandem a obtenção de evidência de auditoria apropriada para expressar uma conclusão destinada a aumentar o grau de confiança dos auditores; ou para averiguação de controles internos em complemento ao escopo normal dos trabalhos de auditoria independente. "Outros Serviços" realizados pela KPMG no 1º semestre de 2026:

- Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, Revisão de ECF e trabalhos de Asseguração – Exercício de 2026;
- Tivio Capital DTVM – Fundos de Investimento;
- Bradesco Securities Hong Kong Limites – Demonstrações Financeiras;
- Banco Bradesco e Bradseg Participações – Laudos de Avaliação;
- Bradesco Gestão de Saúde – Asseguração Razoável das Informações Financeiras;
- Banco Bradesco e Banco Votorantim – Contrato entre as partes;
- Odontoprev – Auditoria e Outros Serviços Profissionais (Lei do Bem);
- Bradesco Argentina de Seguros – Relatório Regulatório em atendimento ao Supervisor Local;
- Bradesco e INVEPAR – Due Diligence Financeira, Tributária e Trabalhista;
- Bradesco Bank, Bradesco Global Advisors e Bradesco Investiments – Demonstrações Financeiras; e
- Banco Bradesco Europa – Demonstrações Financeiras.

O COAUD não identificou razões objetivas para caracterizar conflitos de interesse, risco de perda de independência ou de objetividade na realização dos "Outros Serviços" pela KPMG. A avaliação da independência da KPMG considerou também a situação pessoal e a relação financeira que o auditor (sócio responsável e demais integrantes da equipe de profissionais envolvidos com a realização da auditoria) têm com a Organização Bradesco, analisando as possíveis ameaças e estabelecendo as medidas necessárias para solução.

Com base no planejamento apresentado pela KPMG e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização Bradesco.

3.4. O COAUD e a Auditoria Interna

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna Global (AIGL), em aderência ao seu Regimento Interno e regulamentação vigentes, o COAUD aprovou o Plano de Auditoria Anual e eventuais atualizações relevantes promovidas ao longo do exercício social. Além do foco contínuo nos requisitos da legislação e regulamentação em vigor, o COAUD atentou para a inclusão no escopo da Auditoria Interna de questões relacionadas à estratégia, governança e cultura, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, critérios contábeis, fiscais e tributários, tecnologia empregada ao negócio, conduta no relacionamento com clientes e conformidade, e resiliências - financeira e operacional.

Os resultados do trabalho da Auditoria Interna Global, juntamente com a avaliação da governança, gestão de riscos e estrutura de controle e processos, são regularmente relatados ao COAUD, em reuniões e por meio de relatórios e súmulas executivas, disponibilizados no Sistema Operacional SIAI, destacando os principais temas identificados, cobertura de auditoria e trabalhos desenvolvidos, proporcionando visão independente de riscos emergentes e impactos nos negócios.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações, o Comitê acompanha o estabelecimento de calendário adequado para remediar as questões indicadas, de responsabilidade da Diretoria Executiva, e monitora a sua execução,

acompanhando as providências saneadoras adotadas pela Administração junto as áreas auditadas.

A Auditoria Interna Global mantém estreita relação de trabalho com a Auditoria Independente, que é informada das atividades e resultados dos trabalhos da Auditoria Interna, e tem acesso aos relatórios e registros de suporte.

Anualmente, a função da Auditoria Interna Global é submetida a processo de avaliação técnica conduzido pelo COAUD, cujos resultados são discutidos com a sua Diretoria Executiva. Também, a citada Diretoria é avaliada formalmente acerca de sua atuação estratégica, comportamental, independência e de resultados. Tais avaliações são itens importantes na manutenção do Programa de Certificação de Qualidade do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), que visa a melhoria contínua da gestão dos processos da área e a adoção das melhores práticas (metodologias, ferramentas e gestão). A avaliação da auditoria interna referente ao Exercício Social de 2025 foi conduzida pelo COAUD, em observância à Resolução CMN nº 4.910, de 2021.

Ressaltamos que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências da Organização Bradesco e dos órgãos reguladores.

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES E TEMAS SIGNIFICATIVOS CONSIDERADOS PELO COAUD

4.1. Visão geral

O COAUD trabalhou em estreita colaboração com as dependências ~~de~~ Gestão Integrada e Riscos Financeiros, Riscos Digitais, Riscos de Crédito - Varejo e Atacado e de Gestão de Riscos Não Financeiros, bem como outras áreas da Organização Bradesco, a exemplo da AVIM – Área Validação Independente de Modelos, na observância dos procedimentos para gerenciar riscos e a estrutura de controle interno, garantindo que as áreas de responsabilidade comum tenham sido tratadas apropriadamente nas agendas das reuniões com o Comitê ou em discussões com o Coordenador do COAUD, com o objetivo de aprimorar a conectividade, coordenação e fluxo de informações, e dessa forma garantir uma compreensão profunda dos principais temas.

Entre os principais aspectos discutidos destacaram-se a responsabilidade pela identificação, mensuração, monitoramento, mitigação e supervisão dos controles e riscos, e a comunicação aos níveis adequados da administração mediante a elaboração de relatórios regulares, tempestivos e completos. Nessas reuniões, o COAUD objetivou ainda identificar e discutir prioridades mútuas, melhorias e programas de remediação, e questões futuras em relação à gestão de riscos e controles internos, tendo como base a Matriz de Riscos Corporativos (Biblioteca de Riscos).

O COAUD tem acesso às Matrizes de Riscos das dependências da Organização Bradesco, possibilitando acompanhar, em particular, os riscos altos e muito altos, fortalecendo a visão tempestiva das operações versus controles versus riscos.

Também tem acesso aos Sistemas Operacionais denominados SIAI - Auditoria Interna Global e GRCA – Gestão de Riscos Não Financeiros.

4.2. Detalhamento das principais atividades e temas significativos

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o Exercício Social de 2026 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Destacamos a seguir os aspectos mais relevantes:

Atribuição/Área	Principais temas abordados e ações do COAUD
Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas)	
Revisão das Demonstrações Financeiras, inclusive Notas Explicativas, relatórios da administração e do Auditor Independente	Principais políticas contábeis, práticas e critérios gerais adotados: • Discussão com a Contadoria Geral (CG), Controladoria, Gestão Integrada e Riscos Financeiros, Gestão de Riscos Não Financeiros, Risco de Crédito – Atacado e Varejo, Riscos Digitais, Grupo Bradesco Seguros, Auditoria Interna Global (AIGL) e Auditoria Independente (KPMG); • Avaliação criteriosa das políticas contábeis mais significativas, considerando a regulamentação vigente no Brasil, editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e requeridas pelas autoridades reguladoras – Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS) – e as IFRS promulgadas pelo IASB; Preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas: Revisão dos procedimentos para a elaboração e divulgação de acordo com as IFRS promulgadas pelo IASB; Ambiente macroeconômico no Brasil: especial atenção para avaliar como a Administração abordou e refletiu as questões decorrentes do ambiente macroeconômico e os impactos na Organização Bradesco, nos relatórios financeiros e outras divulgações relevantes, tais como os efeitos presente e futuro e os reflexos potenciais identificados para operações e segmentos de negócio, como operações de crédito, seguros (Auto-RE, Vida e Previdência, Capitalização e Saúde); Auditoria Independente: Reunião com a KPMG, antes das divulgações das Informações Trimestrais de 31/03/2026 e das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2026, para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações divulgadas, inclusive quanto à observância da recomendação do COAUD para que as principais empresas do Conglomerado Bradesco de capital fechado e o Grupo Bradesco Seguros, que compõem as Demonstrações Financeiras Consolidadas, publiquem suas Demonstrações Financeiras em conjunto; Revisão das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – e Relatórios da Administração (ITR de 31/03/2026) e semestral de 30/06/2026: endossando seu conteúdo, antes da aprovação pelo Conselho de Administração e sua autorização para divulgação, garantindo a conformidade com os requisitos legais e a aplicação adequada dos

	princípios contábeis pertinentes, e certificando que a Auditoria Independente emitiu o seu Relatório correspondente.
Empresas ligadas e controladas	Destaque para atividades relacionadas ao Grupo Bradesco Seguros, Aarin, RCB, Grupo Alelo, Tivio, Banco John Deere, CIELO, e Banco Digio: Acompanhamento dos principais aspectos associados à elaboração das Demonstrações Financeiras, inclusive mediante discussões regulares com os Comitês de Auditoria do Grupo Segurador (Bradseg e BradSaúde). Em tal processo o COAUD exerce suas atribuições mediante reuniões de monitoramento com os responsáveis pelos registros contábeis e requerimentos legais aplicáveis à essas organizações, bem como os auditores interno e independente. Nessas ocasiões são discutidos temas relevantes de caráter operacional, legal, fiscal, tributário e de tecnologia da informação, com destaque para governança, estrutura administrativa, estratégias, resultados, gerenciamento de riscos, controles internos, apontamentos relevantes pela auditoria interna e pontos dos auditores independentes.
Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos	Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD): o cálculo da provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como inadimplente e a expectativa de recuperação do instrumento. Tais parâmetros devem ser estimados de forma prospectiva, com base nas condições econômicas correntes e esperadas, considerando os estágios em que os instrumentos estão classificados. Como objetivam refletir a expectativa de perdas em cenários econômicos, envolve julgamentos significativos, especialmente considerando o grau de incerteza sob as condições macroeconômicas atuais e futuras. Entre os principais aspectos analisados pelo COAUD se destacaram a redução ao valor recuperável; carteira de empréstimos e adiantamentos, incluindo avais, fianças e debêntures, com ênfase às expectativas de perdas futuras nos portfólios Massificados e Dívida Corporativa; Mensuração de instrumentos financeiros: Devido às condições de maior volatilidade no mercado, principalmente em decorrência do comportamento da inflação e da taxa básica de juros estabelecida pelo Bacen, o COAUD discutiu periodicamente os impactos nos modelos para avaliar a carteira de investimentos e derivativos, particularmente considerando as principais premissas, métricas e julgamentos significativos utilizados para a determinação do valor justo; Créditos tributários: Atenção especial dada ao cálculo dos ativos fiscais diferidos e às estimativas de recuperação (realização), principalmente quanto ao ambiente macroeconômico, nos resultados futuros da Organização e nos consequentes lucros tributáveis, com base no plano de negócios e orçamentos estabelecidos pela Administração. Em particular, tomar conhecimento das projeções de probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias, estratégias de planejamento tributário em curso, e impactos de mudanças na legislação tributária. O COAUD também considerou os julgamentos da Administração relativos a questões fiscais em relação às quais o tratamento tributário apropriado é incerto ou sujeito a interpretação, e que estão em processo de discussão judicial e categorizados como contingentes (classificados como possíveis, e, portanto, objeto somente de Nota Explicativa);

	Valor Recuperável dos Ativos – Ágio (*Goodwill*) e outros ativos não financeiros: A Administração testou o valor recuperável (imparidade) do ágio (*goodwill*) e outros ativos não financeiros, com julgamentos que consideraram o crescimento de longo prazo, taxas de juros, fatores de desconto e fluxos de caixa esperados, em termos de conformidade com as normas contábeis e razoabilidade da previsão; Provisões e Passivos Contingentes: Processos legais e questões regulatórias – Julgamento em relação ao reconhecimento e mensuração de provisões, bem como a existência e a avaliação quanto aos passivos contingentes. As questões que requerem julgamentos significativos foram destacadas e a avaliação do COAUD considerou a integridade da base de dados, os critérios adotados para as provisões contábeis e respectivas suficiências, e acompanha com rigor crítico os modelos e critérios adotados para a constituição de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; Conta Gráfica: Processos decorrentes de aquisições e alienações de controles acionários, cujas responsabilidades legais e pelas exigibilidades financeiras ficam acordadas em Contratos; Grupo Bradesco Seguros – Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização: o COAUD tomou conhecimento das premissas e julgamentos adotados pelo Grupo Bradesco Seguros (GBS) e se certificou da aderência dos processos aos requisitos estabelecidos pela Susep e ANS nas Notas Técnicas Atuariais, incluindo os Ativos Garantidores (títulos e valores mobiliários vinculados). Reunião de alinhamento com os Comitês da Bradseg e Bradsaúde acerca do resultado obtido pela PwC Auditoria Independente, responsável pela Auditoria Atuarial no Grupo Bradesco Seguros. Contabilidade de cobertura (*hedge accounting*): dentre os vários aspectos relacionados à contabilidade de cobertura abordados pelo COAUD, atenção particular para a governança específica no processo de contratação de operações e sua classificação contábil, tendo em conta os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores e os requisitos específicos das IFRS. O COAUD discutiu as principais características das operações de cobertura registradas, a observância da governança e controles internos (incluindo documentação necessária para habilitar o reconhecimento contábil específico), as condições macroeconômicas atuais e seu impacto nas previsões de fluxo de caixa prováveis e custo das operações, e a eficácia das estruturas ao longo do horizonte coberto.
Sustentabilidade, ESG e Risco Climático	
Estratégia da Organização Bradesco e requisitos regulatórios de Sustentabilidade, ESG e Risco Climático	Acompanhamento dos esforços da administração para incorporar os requisitos regulatórios e aprimorar os relatórios de Sustentabilidade, incluindo tópicos associados à ESG e, particularmente, questões de riscos climáticos. Ao longo do 1º semestre de 2026 o COAUD tomou conhecimento do alinhamento da estratégia da Organização Bradesco na contratação de operações de crédito e na gestão integrada de riscos, particularmente após a publicação da Resolução CMN nº 4.943, de 2021, que incluiu requisitos aplicáveis ao gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, e da Resolução CMN nº 4.945, de 2021, com aprimoramentos da Política de

	Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e inovando no requerimento de divulgação de informações ao público em geral, com vigência a partir de julho de 2022. Adicionalmente, o COAUD tomou conhecimento dos processos em andamento para a observância dos requerimentos estabelecidos pela Resolução CVM nº 59, de 2021, que requer informações a serem prestadas a respeito de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Adicionalmente, com a promulgação pelo *International Sustainability Standards Board* – ISSB, em junho de 2023, de normas internacionais com recomendações para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade (IFRS S1) e para divulgações relacionadas ao clima (IFRS S2), a CVM determinou sua observância no Brasil, nos termos da Resolução CVM nº 193, de 2023, a partir do Exercício Social de 2026. Igual decisão tomou o CMN, por meio da Resolução nº 5.185, de 2024, determinando que as instituições financeiras de maior porte elaborem e divulguem, juntamente com suas demonstrações financeiras, o Relatório de Sustentabilidade em conformidade com os mencionados IFRS S1 e IFRS S2. A considerar que em 29/05/2026 a CVM divulgou a Resolução 244 que reforma a Resolução 193 mantendo o caráter voluntário para a divulgação do IFRS S1 e IFRS S2, mantendo o padrão no modelo "pratique ou explique". Para as instituições financeiras à observância aos mencionados IFRS S1 e S2 permanecem em vigor pela Resolução CMN 5185/24. O COAUD passou a dedicar mais tempo para compreender aspectos como sistemas de controle interno voltados para identificar, quantificar e divulgar tais riscos, os esforços para desenvolver medidas e métricas para o acompanhamento dos avanços e dos compromissos assumidos pela Organização Bradesco, e a governança adotada para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade na forma determinada pelos reguladores. As discussões ao longo do exercício envolveram a área de Crédito, a Bradesco Asset Management (BRAM), a área de Gestão Integrada e Riscos Financeiros, a Controladoria e a área de Sustentabilidade, responsável corporativo pela coordenação dos assuntos ESG – Ambiental, Social e de Governança**,** inclusive da elaboração do Relatório de Sustentabilidade.
Auditoria Independente	
Planejamento e execução da Auditoria Independente	Processo: Análise e discussão detalhadas sobre o planejamento, andamento e execução do plano de auditoria; Execução: Obteve confirmação do auditor de que teve acesso total a todas as informações para realizar a auditoria conforme planejado; Recomendações: Discutiu e exerceu controle rígido sobre recomendações da Auditoria Independente e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, acompanhando a implementação dos planos de ação pertinentes; Relatórios: Discutiu melhorias nos relatórios financeiros com base em novos padrões de contabilidade e melhores práticas; Posicionamentos acerca da Imagem – Reputacional: Na eventual citação da Auditoria Independente na mídia, seja esta qual for, em registros que requeiram explicações formais de seu sócio Líder, as mesmas ocorrem tempestivamente, com fundamentações da causa raiz e efetividade na condução das resolutividades requeridas pelos respectivos Órgãos

	demandantes dos Ofícios decorrentes. Registros mantidos em Atas de Reuniões, e em processos de follow-up pelo Comitê; Revisão: Analisou os relatórios do auditor sobre a ITR para a data base de 31/03/2026, bem como das Demonstrações Financeiras de 30/06/2026, antes que o Auditor Independente as apresentasse para o Conselho de Administração.
Relacionamento	O Auditor Independente participou de várias reuniões do COAUD, permitindo que este atue como um canal de comunicação entre o Auditor e o Conselho de Administração, e acompanhe o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	Avaliamos o Auditor Independente e sua contribuição para a integridade das Demonstrações Financeiras em decorrência do seu trabalho.
Auditoria Interna	
Planejamento e execução da Auditoria Interna	Dispositivos legais e normativos: Verificação do cumprimento daqueles aplicáveis à Organização Bradesco, além de regulamentos internos, no âmbito dos esforços contínuos para desenvolver, implementar, aprimorar e manter um ambiente de controle forte e adequado à estrutura, operações e riscos (Negócio e TI); Plano de trabalho para 2026: Aprovação pelo COAUD previamente à submissão ao Conselho de Administração, com base em avaliação de risco abrangente, alinhamento à estratégia e demandas regulatórias; Execução do plano de auditoria: Recepção de relatórios e reportes regulares sobre as atividades de auditoria interna no 1º semestre de 2026, permitindo ao COAUD o escrutínio adicional, bem como exercer controles rígidos sobre suas recomendações e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, obrigadas a apresentar planos de ação de resolutividades.
Relacionamento	Reuniões com o COAUD: A Diretoria Executiva da Auditoria Interna e outros representantes da área participaram regularmente de reuniões do COAUD e o Comitê acompanhou o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	O COAUD avalia regularmente a execução dos trabalhos da Auditoria Interna e sua contribuição para a integridade, adequação e eficácia dos sistemas de controles internos relacionados à contabilidade, contingências, riscos, financeiros e operacionais, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e aprimoramento contínuo dos processos relacionados.
Estrutura	Recursos: Análise do orçamento da Auditoria Interna para 2026, certificando a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários. De particular interesse para o COAUD foram temas como desenvolvimento, capacitação e treinamento da equipe, atração e manutenção de talentos, e iniciativas digitais necessárias para o aprimoramento dos processos de

	trabalho. Em especial, na capacitação das Equipes em IA – Inteligência Artificial.
Controles internos e Ouvidoria	
Sistema de controles internos	Sistema de Controles Internos: o COAUD acompanhou e monitorou, em discussões regulares com as áreas de Segurança Corporativa, Gestão Integrada e Riscos Financeiros, Gestão de Riscos Não Financeiros, Risco de Crédito – Varejo e Atacado, Riscos Digitais, AIGL, Auditoria Independente e demais áreas de negócio, a atuação efetiva das 4 (quatro) Linhas de Defesa, focando nas atribuições e responsabilidades de cada uma na observância e no aprimoramento dos controles adotados, visando a mitigar os riscos inerentes aos processos de negócios e de tecnologia da Informação.
Ouvidorias	Bradesco e Grupo Bradesco Seguros: Reuniões periódicas com representantes da Ouvidoria do Bradesco e com os membros dos COAUDs da Bradseg e Bradsaúde para discutir situações específicas de reclamações catalogadas pelos diversos Canais de Denúncias, particularmente em relação a práticas negociais, conduta, financeiras, contábeis, relatórios financeiros, auditoria e controles internos. De conhecimento dos detalhes apresentados quanto aos procedimentos vigentes normatizados e os praticados em desacordo a tais orientações, foram averiguados os registros das ações encaminhadas junto aos gestores de Negócio envolvidos com o tema para regularizar anomalias identificadas, de sorte a permitir, corporativamente, a melhoria dos processos na construção dos produtos e o aculturamento das Áreas na comercialização destes na Organização Bradesco.
Negócios e concorrência	
Negócios e concorrência	Gerenciamento das Carteiras de Crédito: Acompanhamento da evolução das carteiras de crédito. Atenção especial foi dada ao alinhamento da estratégia relacionada a ESG e à concessão de créditos, aos controles internos e governança, à evolução das contratações conduzidas por meio dos canais digitais e às prorrogações, renegociações, renovações, recuperações e baixas; Conduta, suitability e atendimento a pessoas potencialmente vulneráveis: Acompanhamento e monitoramento dos avanços nos processos voltados para observância dos requisitos regulamentares, dado o contingente de clientes caracterizados como "potencialmente vulneráveis" e as demandas de natureza regulatória; Relacionamento com Clientes: Acompanhamento quanto ao cumprimento de normas e atendimento ao consumidor, inclusive tendo em conta os temas identificados pela Organização Bradesco (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC/Ouvidoria); Cidadania Financeira: Acompanhamento do Projeto voltado para o atendimento dos requisitos estabelecidos pela Resolução Conjunta nº 8, de 21/12/2023, instituindo medidas direcionadas à clientes e usuários pessoas naturais, incluindo empresários individuais;

	Inovação Tecnológica: atualizado periodicamente sobre os avanços e potenciais impactos do *Open Finance*, *Fintechs* e outras *startups*, uso de nuvem (*cloud*), inteligência artificial, Big Data, ativos digitais, entre outros.
Gestão de riscos	
Gestão de riscos	Coordenação com outros Comitês: Participação em reuniões conjuntas com o Comitê de Riscos, as diversas Áreas de gestão de riscos, regulamentação, Auditoria Interna, e outros. Entre os tópicos discutidos destaque para o relatório sobre risco de modelo, gestão de risco do grupo, reclamações enviadas ao Canal Aberto de Denúncias, risco de fornecedor; Estratégia, estrutura e política para gestão de riscos: Acompanhamento dos trabalhos da área de Gestão de Riscos Não Financeiros para avaliação da aderência do sistema de controles internos e na identificação, monitoramento e gestão dos riscos mais relevantes, bem como das atividades e resultados dos trabalhos das dependências de Gestão Integrada e Riscos Financeiros e de Gestão de Riscos Não Financeiros, gestor corporativo do Sistema de Controles Internos, visão Negócios e da Área de Riscos Digitais, enquanto gestor corporativo do Sistema de Controles Internos voltados a TI.; Áreas de negócio: Reuniões com as diversas áreas de Negócios e de Controle, e com as Auditorias Independente e Interna, para acompanhamento dos principais processos, e certificação quanto ao comprometimento da Administração para a mitigação dos riscos e o aperfeiçoamento contínuo dos controles internos associados; Riscos de Mercado e Liquidez: Acompanhamento semanal, por intermédio de relatórios elaborados pela área de Gestão Integrada e Riscos Financeiros, dos resultados da carteira "trading" e os limites estabelecidos pela governança para *Value at Risk* (VAR), *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e Reserva Mínima de Liquidez (RML) – Corretoras de Valores e Grupo Bradesco Seguros, bem como das principais exposições em moedas, índices e ativos, inclusive da Carteira "Banking", com correspondentes *Economic Value of Equity* (ΔEVE); Risco de Crédito: Acompanhamento com as áreas de Risco de Crédito – Varejo e Atacado, Recuperação de Créditos**,** e ID – Setor de Garantias, e Concessão de Crédito, para conhecimento da evolução das principais carteiras de crédito e níveis de inadimplência (pessoas físicas, pessoas jurídicas, e seus respectivos segmentos, modalidade e setor da economia). Também foram discutidas as suficiências de provisão (vide tópico específico sobre PDD), níveis de concentração e abordagens para recuperação de crédito, com ênfase nas Expectativas de Perdas Futuras em portfólios massificados (requisito regulatório a partir de 1º de janeiro de 2025) e movimentação dos Ratings da Dívida Corporativa. Riscos Digitais: em decorrência da adoção cada vez mais abrangente de canais digitais para atendimento aos clientes, avanço para utilização de processamento em nuvem, uso crescente de inteligência artificial e a necessidade de atender ferramentas como *open finance* e PIX, que ampliam a eficiência operacional, com maior agilidade nas transações e redução de custos, e aprimoram a experiência do cliente, as vulnerabilidades potenciais elevaram a complexidade de riscos digitais. O COAUD acompanhou a evolução na gestão de tais riscos, que passou a ser mais proativa e

	estratégica, além da tradicional função reativa a incidentes críticos, objetivando a identificação, ação tempestiva, solução definitiva de problemas e causas raiz, e a resiliência operacional, com foco também na mitigação de riscos reputacionais, regulatórios e estratégicos. Em particular, considerando o ambiente híbrido de ferramentas de tecnologia em uso na Organização, o COAUD buscou a compreensão dos riscos e estratégias associadas aos ambientes legados, processos manuais e arquiteturas fragmentadas. As ocorrências associadas a falhas tecnológicas, interrupções de sistemas, incidentes cibernéticos e questões relevantes associados a prestadores de serviços de tecnologia, são objeto de discussão do COAUD com a área de gestão de Riscos Digitais, auditoria interna e auditoria independente, tendo em conta a importância do tema e os potenciais impactos operacionais, reputacionais, regulatório e financeiros.
Órgãos reguladores (Questões regulatórias e *compliance*)	
Demandas e expectativas	Questionamentos do Bacen: Conhecimento do conteúdo dos Ofícios, das respostas e acompanhamento do progresso para atendimento às demandas e solução das recomendações e expectativas do Departamento de Supervisão Direta (Desup), do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon), relativamente à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta (por exemplo, fraudes e golpes, suitability e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes), e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.
Relacionamento com Órgãos Reguladores	*Compliance*: Acompanhamento da efetividade da área de Gestão de Riscos Não Financeiros e demais estruturas responsáveis por garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos aplicáveis aos negócios; Relatórios submetidos aos órgãos reguladores: O COAUD discutiu os principais elementos dos Relatórios ICAAP e de Efetividade (Circular nº 3.978), encaminhados para o Bacen, e debateu sobre a necessidade de manter foco contínuo na qualidade e confiabilidade dos relatórios regulatórios.
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa: Contínuo acompanhamento quanto ao aprimoramento no gerenciamento do processo de PLD, embasado nos resultados das inspeções regulares dos órgãos internos e externos, nas melhores práticas de gestão (metodologias, ferramentas e pessoas), permitindo a atuação da Segurança Corporativa com visão centralizada de análise e despacho frente às movimentações de maior risco ocorridas nas transações de negócios e em contas correntes.
Tecnologia da informação	
Segurança e Controles em processos chave	Controles de aplicativos e gerais de tecnologia da informação: Acompanhamento das mudanças em andamento, segurança (lógica e física), operação computacional e registro, migração para CLOUD, análise e resolução de incidentes relevantes.

	Cybersecurity: Contínuo acompanhamento de medidas de segurança, mitigando os riscos associados.

5. CONCLUSÃO

As atividades exercidas no âmbito de gestão de riscos, *compliance*, e avaliação do sistema de controles internos corporativo estão adequadamente direcionadas, considerando o porte e complexidade da Organização Bradesco. O COAUD registra como positivos os esforços contínuos que vêm sendo desenvolvidos para a garantia da eficiência das operações, das informações que geram os Relatórios Financeiros e Contábeis, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Relativamente às demandas do Banco Central do Brasil, o COAUD acompanha e monitora o atendimento àquelas apresentadas pelo Departamento de Supervisão de Conduta - Decon e pelo Departamento de Supervisão Direta - Desup relativas à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta, *suitability* e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT).

O COAUD destaca os esforços da Diretoria Executiva para atender tempestivamente, com a qualidade requerida, os requerimentos do Bacen, o comprometimento da Alta Administração ao liderar os processos necessários, patrocinando e apoiando as ações voltadas ao pleno cumprimento dos pontos e recomendações, e adoção de procedimentos operacionais e práticas contábeis em linha com a política interna e ética empresarial da Organização Bradesco.

O Comitê de Auditoria revisou com a Diretoria Executiva as Demonstrações Financeiras auditadas da Organização Bradesco, para o 1º semestre de 2026 e discutiu com a KPMG os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e as recomendações para aprimoramento do sistema de controles internos, incluindo gestão de riscos, governança e tecnologia da informação, bem como monitorou a execução dos trabalhos de acordo com o planejamento apresentado no início do exercício, avaliando a qualificação e independência dos auditores independentes.

Relativamente aos principais itens reportados nas Demonstrações Financeiras, o COAUD, após análise dos relatórios apresentados pela área técnica, concordou com a conclusão da Diretoria Executiva de que:

(i) a provisão para perdas com operações de crédito é adequada, em particular face à conjuntura macroeconômica atual e às incertezas inerentes ao presente ambiente;

(ii) as previsões, estudos e expectativas de realização do ágio e dos créditos tributários, embasadas em premissas e estimativas de rentabilidade futura, suportam a recuperabilidade de tais ativos;

(iii) a avaliação dos instrumentos financeiros, considerando o ambiente macroeconômico e a característica de tais ativos, o tratamento contábil, a classificação

nas carteiras de *Trading* e *Banking*, o reconhecimento de receitas ou perdas e a apresentação são adequados;

(iv) as bases de dados relativas às contingências são íntegras e os critérios e premissas adotados para a constituição das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, e para a classificação de tais obrigações como "remoto", "possível" e "provável", culminam com adequado volume de provisão constituído e divulgações em Notas Explicativas que fornecem informações suficientes aos investidores acerca dos passivos contingentes;

(v) as Provisões Técnicas do Grupo Bradesco Seguros são aderentes às Notas Técnicas da Susep e ANS; as Provisões Técnicas Complementares relacionadas ao descasamento de ativos e passivos em IGPM e os ativos garantidores vinculados às Reservas Técnicas foram avaliados corretamente, com base em procedimentos tecnicamente recomendados e requeridos pelos órgãos reguladores.

Dado o presente ambiente macroeconômico e regulatório, o COAUD se concentrou na capacidade da Organização em manter fortes controles internos no contexto dos desafios trazidos.

Tendo em conta as tratativas com a Diretoria Executiva e a Auditoria Independente e considerando os processos subjacentes utilizados para preparar os relatórios financeiros, o COAUD entende que as Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2026 estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de forma compreensível, fornecendo aos acionistas as informações necessárias para a avaliação da posição financeira e do desempenho da Organização Bradesco, bem como dos aspectos relevantes do seu modelo de negócio, estratégia e riscos, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

6. PRIORIDADES DO COAUD PARA O EXERCÍCIO DE 2026

O ambiente macroeconômico e regulatório no Brasil continua a apresentar desafios importantes, o que se reflete na taxa básica de juros que iniciou uma trajetória de queda, mas ainda de maneira tímida, com a manutenção de política monetária restritiva, objetivando o atingimento da meta de inflação estabelecida pelo CMN.

Além dos temas relevantes objeto de acompanhamento, o COAUD continuará a monitorar os impactos das mudanças nesse ambiente, particularmente nos processos necessários para a observância dos requisitos do IFRS 9 para o cálculo da perda esperada para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação de mudanças regulatórias em grande escala, como as relativas a ESG, e em particular as demandas do Bacen quanto ao risco climático e a evolução das atividades dos controles internos do Grupo Bradesco Seguros (GBS).

Nesse contexto, o foco do COAUD continuará nos impactos no resultado (performance) da Organização Bradesco, no ambiente de riscos e controles internos, e nos modelos utilizados para a análise e cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e para a avaliação de ativos e passivos, e discutirá cuidadosamente os principais julgamentos e premissas em relação aos cenários

econômicos futuros, a razoabilidade das ponderações e julgamentos, e o impacto nas Demonstrações Financeiras e divulgações pertinentes.

Entre as ações específicas, o COAUD continuará a (i) aprimorar a comunicação com os comitês de auditoria das empresas controladas para garantir que haja um compartilhamento eficaz de conhecimentos, preocupações e respectivas soluções; (ii) monitorar a execução do Plano Anual da Auditoria Interna e do Plano de Trabalho da Auditoria Independente; (iii) buscar coordenação adequada com outros comitês do Conselho de Administração, especialmente o Comitê de Risco e o de Integridade e Conduta Ética; e (iv) garantir a eficácia do COAUD, levando em consideração quaisquer áreas de melhoria e permitindo tempo suficiente para um debate de qualidade sobre os principais tópicos e questões identificados pelas Auditorias – Independente e Interna.

Adicionalmente, o COAUD concentrará esforços para compreender os impactos dos novos modelos negócios e concorrentes (Fintechs), da transformação digital no sistema bancário brasileiro e da evolução tecnológica digital (uso de Cloud e novos canais digitais), sobretudo nos aspectos de atendimento às demandas do mercado (alinhadas à estratégia de Clientecentrismo) e do Banco Central do Brasil nas questões de conduta (Atendimento a clientes, Clientes potencialmente vulneráveis, e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo), do Projeto de Educação Financeira e foco na capacitação do quadro de funcionários, em especial aqueles envolvidos com as áreas de controle, riscos e auditoria interna, a fim de resguardar essas atividades e garantir a sua efetividade.

No âmbito da evolução tecnológica, tópico que tem demandado a atenção do Comitê diz respeito aos processos, riscos, controles, governança e oportunidades decorrentes do uso de Inteligência Artificial (AI) e *machine learning* (ML) como fundamentais em várias áreas da Organização, viabilizando o desempenho de atividades com maior precisão, rapidez e eficiência, entre outros atributos. Além da automação de tarefas operacionais, o uso de AI tende a disseminar significativa e rapidamente para ações como detecção de fraudes e transações suspeitas de lavagem de dinheiro, prevenção de ataques cibernéticos, *compliance*, simulações, suporte à tomada de decisões e gestão de riscos, entre outros.

Finalmente, considerando as crescentes expectativas relacionadas a ESG, com a aceleração no estabelecimento de requerimentos padronizados para divulgação promulgados pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB, impostos pelos reguladores (Resoluções CMN nº 4.943, 4.944, e 4.945, de 2021, que tratam de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, Resolução CVM nº 59, e Circular SUSEP nº 666, de 2022), os requisitos relacionados à gestão de riscos e comunicações ao público em geral relativas a ESG evoluirão e aumentarão rapidamente.

Diante das informações atuais, o COAUD mantém-se atento aos eventuais impactos decorrentes dos temas ESG nas Demonstrações Financeiras e ambiente de riscos. No entanto, considerando o interesse particular dos reguladores e investidores, continuará a acompanhar os aprimoramentos na qualidade dos dados, controles internos, processos, governança e divulgação nas Demonstrações Financeiras, bem como o papel das Auditorias – Independente e Interna.

Nesse contexto, manterá o monitoramento do cenário de relatórios de Sustentabilidade e avaliará as implicações para a Organização Bradesco, incluindo a comunicação com as partes interessadas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA

ROGÉRIO PEDRO CÂMARA
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

ANTONIO JOSÉ DA BARBARA
(Membro)

Demonstrações Financeiras Consolidadas

de acordo com as Normas Internacionais de relatório financeiros (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standard Board IASB"

1S26

bradesco

Sumário

Balanço Patrimonial Consolidado Condensado....127

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado 128

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente....129

Demonstração Consolidada Condensada da Mutação do Patrimônio Líquido....130

Demonstração Consolidada Condensada do Fluxo de Caixa ....131 - 132

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.... 133 - 241

Relatório dos Auditores Independentes .... 242 - 250

Relatório do Comitê de Auditoria....251

Parecer do Conselho Fiscal 252

Índice das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas

1) INFORMAÇÕES GERAIS....133

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS....133

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS 137

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS.... 138

5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA....139

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO 139

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.... 141

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.... 148

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO.... 149

10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.... 150

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES.... 151

12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA.... 161

13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E *JOINT VENTURE*.... 162

14) IMOBILIZADO DE USO.... 164

15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO.... 166

16) OUTROS ATIVOS....167

17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS....167

18) RECURSOS DE CLIENTES.... 168

19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS.... 168

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS.... 169

21) CONTRATOS DE SEGUROS 170

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES....178

23) OUTROS PASSIVOS.... 181

24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL182

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO....183

26) LUCRO POR AÇÃO....186

27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS 186

28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES....187

29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO 187

30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES....187

31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA 187

32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA.... 188

33) DESPESAS DE PESSOAL 188

34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.... 188

35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO....189

36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS....189

37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 189

38) SEGMENTOS OPERACIONAIS 193

39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 196

40) GERENCIAMENTO DE RISCOS....198

41) PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR....239

42) OUTRAS INFORMAÇÕES 239

			R$ mil
	Nota	**Em 30 de junho de 2026**	**Em 31 de dezembro de 2025**
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	5	136.716.988	137.031.197
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6a	579.566.728	547.789.769
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	141.136.732	138.998.105
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.400.332.741	1.312.915.509
- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas esperadas	10	255.213.538	235.485.054
- Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas esperadas	11	774.065.819	744.457.062
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas	9	276.973.876	259.546.571
- Outros ativos financeiros	16	94.079.508	73.426.822
Ativos não correntes mantidos para venda	12	4.660.355	3.757.502
Investimentos em coligadas e *joint ventures*	13	14.655.759	13.283.440
Imobilizado de uso	14	9.364.032	9.405.491
Ativos intangíveis e ágio	15	26.891.416	25.739.659
Impostos a compensar		29.898.900	12.884.446
Impostos diferidos	37	104.039.119	111.237.606
Outros ativos	16	21.563.780	17.284.492
Total do ativo		**2.468.826.550**	**2.330.327.216**

Passivo			
Passivos ao custo amortizado			
- Recursos de instituições financeiras	17	434.454.710	427.099.494
- Recursos de clientes	18	746.926.753	721.274.151
- Recursos de emissão de títulos	19	334.633.911	306.260.682
- Dívidas subordinadas	20	55.017.974	54.714.526
- Outros passivos financeiros	23	143.738.725	117.391.205
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6c	33.486.601	18.268.330
Provisão para perda esperada			
- Compromissos de empréstimos	11	1.903.251	1.815.386
- Garantias financeiras	11	1.337.481	1.266.804
Passivos de contratos de seguros	21	439.262.041	419.715.476
Outras provisões		19.338.066	20.563.201
Impostos correntes		1.844.070	2.003.486
Impostos diferidos	37c	2.323.813	1.895.931
Outros passivos	23	71.822.563	59.109.914
Total do passivo		**2.286.089.959**	**2.151.378.586**
Patrimônio líquido	25		
Capital social		93.770.000	87.100.000
Ações em tesouraria		(288.591)	(168.625)
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		88.084.319	90.644.101
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		(557.625)	804.043
Lucros/(prejuízos) acumulados		166.888	(70.835)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		**181.281.460**	**178.415.153**
Participação de acionistas não controladores		**1.455.131**	**533.477**
Total do patrimônio líquido		**182.736.591**	**178.948.630**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.468.826.550**	**2.330.327.216**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

					R$ mil
	Nota	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
		2026	2025	2026	2025
Receita de juros e similares		75.613.075	62.728.337	148.736.659	125.157.554
Despesa de juros e similares		(55.245.908)	(46.219.670)	(111.035.814)	(86.303.427)
Resultado líquido de juros	27	**20.367.167**	**16.508.667**	**37.700.845**	**38.854.127**
Resultado líquido de serviços e comissões	28	7.909.268	7.732.524	15.789.954	15.034.068
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	616.600	3.143.649	1.332.151	1.798.422
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(41.639)	(180.280)	11.715	(31.467)
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira		907.519	(377.700)	5.129.075	(1.474.774)
Resultado de seguros e previdência	32	2.375.762	3.478.862	6.166.157	5.943.538
- Receita de seguros e previdência		16.422.679	15.047.495	32.586.654	29.835.681
- Despesa de seguros e previdência		(14.046.917)	(11.568.633)	(26.420.497)	(23.892.143)
Receitas operacionais		**3.858.242**	**6.064.531**	**12.639.098**	**6.235.719**
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	11	(8.190.775)	(7.692.957)	(15.776.105)	(15.147.784)
(Constituição)/reversão de perda esperada com demais ativos financeiros	8 e 9	(81.583)	(118.380)	(1.148.828)	225.226
Despesas de pessoal	33	(6.206.877)	(5.948.873)	(12.320.223)	(11.820.381)
Outras despesas administrativas	34	(4.105.064)	(3.363.472)	(7.993.564)	(7.503.683)
Depreciação e amortização	35	(1.668.476)	(1.827.158)	(3.351.206)	(3.498.143)
Outras receitas/(despesas) operacionais	36	(5.079.833)	(7.520.308)	(11.356.027)	(12.869.555)
Despesas operacionais		**(25.332.608)**	**(26.471.148)**	**(51.945.953)**	**(50.614.320)**
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		**6.802.069**	**3.834.574**	**14.183.944**	**9.509.594**
Resultado de participação em coligadas e *joint ventures*	13	535.159	494.830	983.382	882.728
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**7.337.228**	**4.329.404**	**15.167.326**	**10.392.322**
Imposto de renda e contribuição social	37	(91.420)	1.809.861	(2.690.973)	1.422.605
Lucro líquido do exercício		**7.245.808**	**6.139.265**	**12.476.353**	**11.814.927**
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		7.139.847	6.066.721	12.317.787	11.671.550
Não controladores		105.961	72.544	158.566	143.377
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R$ por ação):					
– Lucro por ação ordinária	26	0,64	0,55	1,11	1,05
– Lucro por ação preferencial	26	0,71	0,60	1,22	1,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

	Nota	R$ mil			
		2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
		2026	2025	2026	2025
Lucro líquido do período		**7.245.808**	**6.139.265**	**12.476.353**	**11.814.927**
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada Condensada					
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
- Ganhos/(perdas) não realizados		(2.682.849)	1.853.258	(3.363.773)	3.600.255
- Ganhos/(perdas) transferidos para o resultado	30	(41.639)	(180.280)	11.715	(31.467)
- Efeito dos impostos		1.202.756	(673.605)	1.466.056	(1.347.426)
Ganhos/(perdas) não realizados com *hedge*	7				
- *Hedge* de fluxo de caixa		16.856	(236.893)	744.905	(422.236)
- *Hedge* de investimento no exterior		(31.730)	99.795	282.157	489.918
- Efeito dos impostos		7.440	58.969	(469.526)	(43.349)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior					
Variação cambial de conversão de subsidiária no exterior		13.587	(48.257)	(143.807)	(248.004)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada Condensada					
Ganhos/(perdas) em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(462.396)	64.842	(170.577)	(1.468.890)
Efeito dos impostos		171.763	(22.389)	62.845	516.548
Outros		199.935	159.854	218.337	(5.907)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido		**(1.606.277)**	**1.075.294**	**(1.361.668)**	**1.039.442**
Resultado abrangente do período		**5.639.531**	**7.214.559**	**11.114.685**	**12.854.369**
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		5.533.570	7.142.015	10.956.119	12.710.992
Não controladores		105.961	72.544	158.566	143.377

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

R$ mil

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**87.100.000**	**(568.728)**	**35.973**	**14.294.978**	**70.237.225**	**70.496**	**(250.645)**	**(2.509.646)**	**168.409.653**	**532.839**	**168.942.492**
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	11.671.550	11.671.550	143.377	11.814.927
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ganhos/perdas com *hedge*	-	-	-	-	-	-	1.293.353	-	1.293.353	-	1.293.353
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(248.004)	-	(248.004)	-	(248.004)
Outros	-	-	-	-	-	-	(5.907)	-	(5.907)	-	(5.907)
Lucro abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.039.442**	**11.671.550**	**12.710.992**	**143.377**	**12.854.369**
Aumento/redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.012)	(188.012)
Constituição de reservas	-	-	-	593.446	4.431.432	-	-	(5.024.878)	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	(222.621)	-	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	622.724	-	-	(622.724)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(6.844.039)	(6.844.039)	-	(6.844.039)
Saldo em 30 de junho de 2025	**87.100.000**	**(168.625)**	**35.973**	**14.888.424**	**74.045.933**	**70.496**	**788.797**	**(2.707.013)**	**174.053.985**	**488.204**	**174.542.189**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**87.100.000**	**(168.625)**	**35.973**	**15.356.673**	**75.287.428**	**70.496**	**804.043**	**(70.835)**	**178.415.153**	**533.477**	**178.948.630**
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	12.317.787	12.317.787	158.566	12.476.353
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ganhos/perdas com *hedge*	-	-	-	-	-	-	(1.436.198)	-	(1.436.198)	-	(1.436.198)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(143.807)	-	(143.807)	-	(143.807)
Outros	-	-	-	-	-	-	218.337	-	218.337	-	218.337
Lucro abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.361.668)**	**12.317.787**	**10.956.119**	**158.566**	**11.114.685**
Aumento/redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	763.088	763.088
Aumento de capital com reservas	6.670.000	-	-	(6.670.000)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	604.003	3.506.215	-	-	(4.110.218)	-	-	-
Aquisições de ações em tesouraria	-	(119.966)	-	-	-	-	-	-	(119.966)	-	(119.966)
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(7.969.846)	(7.969.846)	-	(7.969.846)
Saldo em 30 de junho de 2026	**93.770.000**	**(288.591)**	**35.973**	**9.290.676**	**78.793.643**	**70.496**	**(557.625)**	**166.888**	**181.281.460**	**1.455.131**	**182.736.591**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

	R$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**15.167.326**	**10.392.322**
Ajustes para reconciliar o resultado antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:		
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	15.776.105	15.147.784
Mudança nos passivos de contratos de seguros que não afetam caixa	18.295.254	18.832.581
(Ganhos)/Perdas realizados líquidos nos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(11.715)	31.467
Despesas com provisões e passivos contingentes	2.943.046	5.733.035
(Ganhos)/Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	1.148.828	(225.226)
Depreciação	1.094.896	1.192.148
Amortização de ativos intangíveis	2.523.316	2.305.995
Resultado de participação em coligadas e *joint ventures*	(983.382)	(882.728)
(Ganhos)/Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(89.591)	(124.094)
(Ganhos)/Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	4.847	98.611
(Ganhos)/Perdas na venda de investimentos em coligadas	(393)	(51.709)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	119.673	172.685
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	**(192.910.809)**	**(188.964.649)**
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.734.979	367.209
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	9.613.799	(2.768.598)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(112.839.983)	(90.604.988)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(28.391.901)	(74.357.011)
Outros ativos	(63.027.703)	(21.601.261)
Aumento/(Redução) nas Variações em Passivos	**176.418.487**	**87.710.076**
Recursos de instituições financeiras	36.965.705	32.186.876
Recursos de clientes	56.754.570	20.576.852
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.218.271	3.461.116
Passivos de contratos de seguros	1.251.311	1.521.042
Outras provisões	(4.168.181)	(4.340.547)
Outros passivos	70.396.811	34.304.737
Caixa gerado pelas operações	**39.495.888**	**(48.631.702)**
Juros recebidos	66.187.876	56.837.966
Juros pagos	(60.712.457)	(47.182.733)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.376.561)	(4.521.098)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	**33.594.746**	**(43.497.567)**
Atividades de investimento		
(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(60.304.373)	(23.018.893)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	56.023.565	55.093.305
Vencimento de ativos financeiros ao custo amortizado	58.586.533	60.722.122
(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado	(78.309.019)	(49.424.829)
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	832.501	397.716
(Aquisição) de investimentos em coligadas	(931.179)	(2.721.828)
Alienação de investimentos em coligadas	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	360.471	282.987
(Aquisição) de imobilizado de uso	(1.278.927)	(2.815.318)
Alienação de imobilizado de uso	218.470	451.949
(Aquisição) de ativos intangíveis	(3.675.073)	(2.539.729)
Juros recebidos	26.954.565	21.526.664
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	**(1.522.466)**	**57.954.146**
Atividades de financiamento		
Recursos de emissão de títulos	61.731.914	68.141.958
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(34.842.446)	(45.830.852)
Emissão de dívidas subordinadas	3.552.300	5.555.700
Pagamento de dívidas subordinadas	(2.852.000)	(5.065.279)
Pagamento de arrendamento	(499.279)	(742.617)
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	763.088	(188.012)
Juros pagos	(22.691.207)	(15.051.917)
Juros sobre o capital próprio/ Dividendos pagos	(6.205.046)	(6.074.668)

Aquisição de Ações em Tesouraria	(119.966)	(222.621)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	**(1.162.642)**	**521.692**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**30.909.638**	**14.978.271**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)		
No início do período	193.516.834	208.023.801
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(119.673)	(172.685)
No encerramento do período	224.306.799	222.829.387
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**30.909.638**	**14.978.271**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o "Bradesco", o "Banco", a "Companhia" ou a "Organização") é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento, administração de consórcio e gestão de recursos. O segmento de seguros contempla os seguros de vida, planos de previdência complementar, saúde, acidentes e propriedades.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE").

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas, de acordo com as normas em IFRS, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2026.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas da Organização foram preparadas de acordo com as normas internacionais - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o período.

As estimativas e premissas utilizadas nestas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas incluem, mas não se limitam, à adequação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo dos passivos de contratos de seguros, Planos de Previdência Complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Itens que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as estimativas e premissas significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

condensadas, estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas as empresas da Organização incluindo os investimentos por equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas foram preparadas em consonância com as políticas e os critérios adotados para as demonstrações financeiras consolidadas anuais do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2025 e devem ser analisadas em conjunto com tais demonstrações.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas incluem as Demonstrações Financeiras do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante	
			Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ramo Financeiro – País						
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (1)	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	100,00%	61,56%	100,00%	61,56%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior						
Banco Bradesco Europa S.A. (2)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (2)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (2)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (2)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (2)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (2)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (3)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (4)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo de Seguros, Previdência e de Capitalização - País						
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradsaúde S.A. (5)	São Paulo - Brasil	Saúde/Dental	91,35%	53,54%	91,35%	53,54%
Ramo de Seguros - Exterior						
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (2)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante	
			Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Outras Atividades - País						
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (6)						
Bradesco FIC FI RF Cred Priv Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brad Priv Performance FICFI RF Cred PRIV PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brad Private PB FIC FI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Ultra PGBL/VGBL FIC FI RF Cred Priv	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC de FI Renda Fixa A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI União	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	94,49%	92,86%	94,49%	92,86%
Alpha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI R.F. PGBL/VGBL Fix Plus	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI Referenciado DI Galáxia	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Multigestores CRPR Prev PGBL/VGBL FIC FIM	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Em fevereiro de 2026 houve aumento de capital por emissão de ações. Em abril de 2026, houve aquisição da totalidade das ações dessa companhia;
(2) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;
(3) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;
(4) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;
(5) Atual denominação da Odontoprev após reestruturação societária dos negócios de saúde, em abril de 2026 (Nota 40g); e
(6) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2026

Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2026 e a Organização concluiu que não houve impactos com a aplicação desta norma.

Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza
As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de *hedge* se esses contratos forem usados como instrumentos de *hedge* e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2026, e a Organização concluiu que não houve impactos iniciais com a aplicação desta norma.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras
A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública
A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.

Emendas do IAS 21 - Moeda de Apresentação Hiperinflacionária
O IASB propôs alterações ao IAS 21 para tratar da falta de orientação sobre a tradução de demonstrações financeiras que deve ocorrer quando uma empresa apresenta suas

demonstrações em moeda hiperinflacionária, mas possui moeda funcional não hiperinflacionária ou operações estrangeiras nessa condição. A proposta determina que isso deve ser feito pela utilização da taxa de fechamento para todos os valores, com divulgação sobre a adoção dessa abordagem e apresentação de informações resumidas sobre operações estrangeiras afetadas. As alterações entrarão em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

IFRS 20 – Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios
Emitida em maio de 2026, estabelece regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos regulatórios, com foco no impacto da regulação tarifária definidas por órgãos reguladores governamentais. A norma substitui o IFRS 14 - Contas de Diferimento Regulatório e foi desenvolvida para corrigir distorções financeiras, permitindo que essas empresas demonstrem seus reais direitos e obrigações tarifárias no mesmo período em que fornecem os bens ou serviços, e não apenas quando de seu faturamento. Sua entrada em vigor ocorre, obrigatoriamente, a partir de 1º de janeiro de 2029, podendo ser aplicada de forma antecipada. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

Emendas do IAS 28 - Opção de Valor Justo para Investimentos em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
O IASB aprovou ajustes na IAS 28 com o objetivo de esclarecer quais entidades podem optar por mensurar investimentos em coligadas e *joint ventures* ao valor justo por meio do resultado. A alteração busca orientar o alcance da expressão "entidades semelhantes, incluindo fundos de seguro vinculados a investimentos", visto que o IASB definiu os critérios de elegibilidade que fazem referência ao termo "entidade de investimento", estabelecido na IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. As alterações entrarão em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização concluiu que não haverá impactos com a aplicação desta norma.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo período, sendo as melhores premissas determinadas conforme o padrão aplicável.

São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

Julgamentos
Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Nota 13 - Consolidação: se o Grupo detém o controle de fato sobre a investida; e investidas contabilizadas por equivalência patrimonial: se o Grupo tem influência significativa sobre a investida; e

- Nota 21 - Mensuração de passivos de seguros: São utilizadas metodologias considerando todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar a cobertura do contrato de seguro de acordo com o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA), Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e Modelo de Taxa Variável (VFA).

Estimativas

As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos. Abaixo quadro com as estimativas contábeis e suas respectivas notas:

Estimativas contábeis	Nota
• Valor justo dos instrumentos financeiros	40.4 / 29 e 30 / 6 a 8
• Perda de Crédito Esperada	40.2 / 10 e 11
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	15
• Realização do crédito tributário	37
• Passivos de contratos de seguros	21
• Outras provisões	22

Para maiores detalhes relativos a julgamentos e estimativas contábeis, verificar notas 2 e 4 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	12.383.318	12.518.263
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.989.201	2.833.485
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) **(a)**	197.234.281	167.865.086
Aplicações voluntárias no Banco Central	11.699.999	10.300.000
Caixa e equivalentes de caixa	**224.306.799**	**193.516.834**
Depósitos compulsórios no Banco Central (2)	109.644.470	111.379.449
Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos (b)	**333.951.269**	**304.896.283**
Caixa e disponibilidade em Bancos (b) - (a)	**136.716.988**	**137.031.197**

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estão apresentados como "empréstimos para instituições financeiras" – Nota 10; e
(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativos financeiros		
Títulos públicos brasileiros	395.361.488	395.031.887
Títulos emitidos por instituições financeiras	42.078.701	43.367.217
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	78.513.849	69.444.655
Aplicações em cotas de fundos	26.446.240	18.840.361
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	591.484	188.999
Títulos públicos de governos estrangeiros	44.398	66.555
Instrumentos financeiros derivativos	36.530.568	20.850.095
Total	**579.566.728**	**547.789.769**

b) Vencimento

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Vencimento em até um ano	126.091.566	104.436.644
Vencimento de um até cinco anos	291.778.855	324.982.243
Vencimento de cinco até dez anos	90.984.741	63.317.857
Vencimento acima de dez anos	16.604.923	12.676.571
Prazo indeterminado	54.106.643	42.376.454
Total	**579.566.728**	**547.789.769**

Os instrumentos financeiros dados em garantia classificados como "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", totalizaram em 30 de junho de 2026, R$ 48.773.581 mil (Em 31 de dezembro de 2025 - R$ 81.235.231 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Instrumentos financeiros derivativos	33.486.601	18.268.330
Total	**33.486.601**	**18.268.330**

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

Essas operações abrangem diversos tipos de derivativos, como *swaps* de taxas de juros e de moeda, futuros, opções, contratos a termo e derivativos de crédito.

A política de gestão de riscos do Bradesco fundamenta-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações realizadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e classificados na categoria de valor justo no resultado (VJR) conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

O valor justo é, geralmente, determinado com base em cotações ou preços de mercado aplicáveis a ativos ou passivos que possuam características semelhantes. Quando essas cotações não estão disponíveis, o valor justo é estimado em informações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares. Nesses casos, a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O valor justo dos *swaps* é determinado por meio de técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de rendimento que refletem os fatores de risco adequados. Estas curvas são aplicadas na precificação dos swaps de moeda, de taxa de juros e swaps com outros fatores de risco. As informações utilizadas para construção de curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional.

O valor justo dos contratos de futuro e dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou por meio de metodologias similares às utilizadas na precificação para *swaps*.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

O valor justo dos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

Para estimar o valor justo dos derivativos de balcão, é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps,* opções e futuros, sendo registradas na B3. Já os derivativos realizados no Exterior referem-se a operações de *swaps*, termos, opções, derivativos de crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como no mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

				R$ mil
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	**223.639.426**	**275.551**	**232.864.244**	**(450.905)**
- Mercado interfinanceiro	131.671.908	175.207	150.634.305	17.542
- Moeda estrangeira	63.691.096	81.028	54.344.313	(471.042)
- Outros	28.276.422	19.316	27.885.626	2.595
Compromissos de venda:	**290.952.262**	**(312.526)**	**165.612.193**	**523.762**
- Mercado interfinanceiro (1)	211.284.702	(244.370)	111.724.128	(21.535)
- Moeda estrangeira (2)	36.690.555	(6.386)	30.741.161	530.151
- Outros	42.977.005	(61.770)	23.146.904	15.146
Contratos de opções				
Compromissos de compra:	**906.667.527**	**2.074.250**	**783.864.910**	**1.828.145**
- Mercado interfinanceiro	828.474.305	104.221	718.584.779	106.261
- Moeda estrangeira	15.083.501	965.301	9.616.237	1.121.228
- Outros	63.109.721	1.004.728	55.663.894	600.656
Compromissos de venda:	**876.225.025**	**(2.970.598)**	**790.685.040**	**(2.645.067)**
- Mercado interfinanceiro	811.095.914	(114.647)	721.019.609	(113.341)
- Moeda estrangeira	13.933.013	(959.337)	15.908.308	(947.331)
- Outros	51.196.098	(1.896.614)	53.757.123	(1.584.395)
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	**92.447.769**	**363.815**	**76.859.205**	**(200.542)**
- Moeda estrangeira	71.098.287	(1.345.111)	64.714.131	(1.459.502)
- Outros	21.349.482	1.708.926	12.145.074	1.258.960
Compromissos de venda:	**69.078.734**	**(678.374)**	**53.889.171**	**456.033**
- Moeda estrangeira (2)	50.430.655	207.000	45.530.533	520.221
- Outros	18.648.079	(885.374)	8.358.638	(64.188)
Contratos de *swap*				
Posição ativa:	**157.658.267**	**10.886.495**	**928.071.044**	**9.550.875**
- Mercado interfinanceiro	83.186.156	6.582.979	75.975.089	4.695.032
- Prefixados	10.108.961	522.671	315.081.578	454.827
- Moeda estrangeira	43.207.412	1.399.541	521.032.423	2.485.099
- IGP-M	30.412	32.153	31.221	29.994
- Outros	21.125.326	2.349.151	15.950.733	1.885.923
Posição passiva:	**82.656.903**	**(6.594.646)**	**873.497.122**	**(6.480.535)**
- Mercado interfinanceiro	43.918.379	(1.892.814)	32.343.513	(1.378.695)
- Prefixados	9.816.645	(718.986)	470.848.308	(725.508)
- Moeda estrangeira	8.595.020	(2.232.555)	355.159.513	(2.649.262)
- IGP-M	103.000	(127.310)	103.000	(116.300)
- Outros	20.223.859	(1.622.981)	15.042.788	(1.610.770)

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R$ 127.660.676 mil (Em dezembro de 2025 - R$ 100.113.669 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R$ 16.017.960 mil (Em dezembro de 2025 - R$ 10.625.523 mil); e
(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R$ 39.937.903 mil (Em dezembro de 2025 – R$ 39.781.569 mil).

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado à mudanças nas condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações

diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

Derivativos de crédito (*Credit Default Swap* – CDS)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026 (1)	**Em 31 de dezembro de 2025**
Risco recebido de *Swaps* de créditos:	**1.902.023**	**1.840.305**
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	1.243.689	1.195.369
- Títulos públicos brasileiros	658.334	644.936
Risco transferido de *Swaps* de créditos:	**(129.415)**	**(137.560)**
- Derivativos de títulos de empresas	(129.415)	(137.560)

(1) O ajuste ao valor ao justo dos *swaps* de créditos de risco recebido é de R$ (14.296) mil (R$ 1.703 mil em 31 de dezembro de 2025) e de risco transferido R$ (466) mil (R$ 2 mil em 31 de dezembro de 2025).

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2033. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

***Hedge* contábil**

A contabilidade de *hedge* é uma prática que utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de reduzir ou eliminar as assimetrias contábeis existentes em uma relação de proteção, entre um instrumento de *hedge* e um item protegido. Em outras palavras, essa metodologia busca compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições a fatores específicos que possam afetar o resultado ou os outros resultados abrangentes da instituição.

A efetividade do *hedge* pode ser afetada principalmente quando, durante o período da relação de proteção, alterações no cenário de risco de mercado ou no risco de crédito da contraparte ocorrerem.

Em 30 de junho de 2026, o Bradesco mantinha *hedge*, composto por:

***Hedge* de fluxo de caixa –** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos e é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*.

Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria,

utilizam-se de contratos de DI Futuro na B3, *Swaps* e FED funds, sendo os prazos de vencimentos até 2032 tornando o fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de *hedge* (valor contábil)	Instrumento de *hedge* (valor nominal)	Instrumento de *hedge* (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)
Em 30 de junho de 2026				
Ativo				
Hedge de Títulos - recebimentos de juros	16.057.838	16.017.960	15.798.803	(219.157)
Passivo				
Hedge de Captações - pagamentos de juros	134.693.872	127.660.676	128.331.781	671.106
Em 31 de dezembro de 2025				
Ativo				
Hedge de Títulos - recebimentos de juros	11.034.575	10.665.135	10.625.523	(39.611)
Passivo				
Hedge de Captações - pagamentos de juros	102.370.447	100.352.489	100.113.669	(238.820)

* Bruto dos efeitos fiscais.
As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A parcela não efetiva é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no período findo em 30 de junho de 2026 no valor de R$ 2.764 mil (R$ 0 mil em 30 de junho de 2025).

***Hedge* de valor justo –** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações do instrumento, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos sendo reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários.

Referente ao risco de Captações Pré-fixadas, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se contratos de DI Futuro, sendo os prazos de vencimentos até 2036. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R$ mil				
	Objeto		Instrumento		
	Objeto de *hedge* (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no resultado* (parcela efetiva)	Instrumento de *hedge* (valor nominal)	Instrumento de *hedge* (valor justo)	Ajuste a valor justo
Passivo					
Hedge de letra financeira	128.485	4.977	134.068	129.182	(4.886)
Total em 30 de junho de 2026	**128.485**	**4.977**	**134.068**	**129.182**	**(4.886)**
Hedge de letra financeira	79.857	1.489	81.342	79.938	(1.405)
Total em 31 de dezembro de 2025	**79.857**	**1.489**	**81.342**	**79.938**	**(1.405)**

*Bruto dos efeitos fiscais.

No período em questão houve parcela não efetiva no período findo em 30 de junho de 2026 valor de R$ 13 mil. Em 30 de junho de 2025 não tínhamos hedge de valor justo.

***Hedge* de investimentos no exterior –** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação de variação cambial do objeto e instrumento de *hedge*, sendo reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

Referente ao risco de moeda, cuja moeda funcional é diferente do real, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

Estratégia	R$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de *hedge* (valor contábil)	Instrumento de *hedge* (valor nominal)	Instrumento de *hedge* (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)
Ativo				
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.377.260	6.722.990	5.797.712	(925.278)
Total em 30 de junho de 2026	**5.377.260**	**6.722.990**	**5.797.712**	**(925.278)**
Ativo				
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.177.416	7.084.010	5.876.575	(1.207.436)
Total em 31 de dezembro de 2025	**5.177.416**	**7.084.010**	**5.876.575**	**(1.207.436)**

* Bruto dos efeitos fiscais.
As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R$ 156 mil (R$ 3.673 mil em 30 de junho de 2025).

Para as estratégias de Investimento no Exterior, a efetividade prospectiva é avaliada por meio da demonstração da existência de relação econômica entre o objeto e o instrumento de *hedge*, incluindo testes baseados em cenários de estresse. A efetividade retrospectiva é avaliada através da comparação entre a variação cambial do investimento e a variação cambial do derivativo, já considerando os efeitos fiscais. O índice de *hedge* (*hedge ratio*) é obtido pela divisão da variação cambial do objeto de *hedge* pela variação cambial do instrumento de *hedge*. A compensação econômica ocorre porque ambos reagem ao mesmo fator de risco (câmbio), sendo a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido (OCI/ORA) e a parcela inefetiva reconhecida imediatamente no resultado. Ambas as estratégias buscam atingir um nível eficiente de compensação econômica, refletindo a estratégia de gestão de risco adotada pela Administração.

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros são reconhecidos na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

De acordo com a IFRS 7, o Bradesco deve apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares. Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito de compensação é exercido mediante a ocorrência de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito. Tendo em vista a não ocorrência desses eventos, nos períodos de 2026 e 2025 o Bradesco não compensou nenhum ativo e passivo financeiro em seu balanço patrimonial.

O quadro a seguir apresenta ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação:

	R$ mil					
	Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Ativos Financeiros						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	209.843.247	-	209.843.247	218.329.819	-	218.329.819
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.530.568	-	36.530.568	20.850.095	-	20.850.095
Passivos Financeiros						
Captações no Mercado Aberto	151.050.913	-	151.050.913	160.636.183	-	160.636.183
Instrumentos Financeiros Derivativos	33.486.601	-	33.486.601	18.268.330	-	18.268.330

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

				R$ mil
	Custo amortizado	Ajustes ao valor justo positivo não realizados	Ajustes ao valor justo negativo não realizados	Valor justo
Títulos públicos brasileiros	123.095.895	284.062	(8.329.423)	115.050.534
Títulos emitidos por empresas não financeiras	7.744.269	19.652	(158.426)	7.605.495
Títulos emitidos por instituições financeiras	2.014.233	8.164	(3.051)	2.019.346
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	8.871.927	46.283	(64.479)	8.853.731
Títulos públicos de governos estrangeiros	3.254.695	4.897	(11.998)	3.247.594
Aplicações em cotas de fundos	83.515	47.957	-	131.472
Ações de companhias abertas e outras ações	5.263.984	238.691	(1.274.115)	4.228.560
Saldos em 30 de junho de 2026	**150.328.518**	**649.706**	**(9.841.492)**	**141.136.732**
Títulos públicos brasileiros	112.830.390	291.814	(6.405.576)	106.716.628
Títulos emitidos por empresas não financeiras	8.721.363	25.793	(90.252)	8.656.904
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.781.089	10.854	(3.193)	1.788.750
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.818.067	70.339	(71.589)	7.816.817
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.167.066	16.372	(5.507)	8.177.931
Aplicações em cotas de fundos	90.743	31.365	-	122.108
Ações de companhias abertas e outras ações	6.583.814	394.761	(1.259.608)	5.718.967
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**145.992.532**	**841.298**	**(7.835.725)**	**138.998.105**

b) Vencimento

				R$ mil
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento em até 1 ano	14.530.389	14.473.925	28.535.677	28.429.036
Vencimento entre 1 e 5 anos	78.849.796	76.830.419	47.427.746	46.441.083
Vencimento entre 5 e 10 anos	24.055.672	22.504.002	36.627.270	34.985.787
Vencimento acima de 10 anos	27.545.162	22.968.354	26.727.282	23.301.124
Vencimento indeterminado	5.347.499	4.360.032	6.674.557	5.841.075
Total	**150.328.518**	**141.136.732**	**145.992.532**	**138.998.105**

Os instrumentos financeiros dados em garantias, classificados como Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, totalizaram em 30 de junho de 2026, R$ 36.792.629 mil (Em 31 de dezembro de 2025 - R$ 27.494.154 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

			R$ mil
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	5.263.984	(1.035.424)	4.228.560
Total em 30 de junho de 2026	**5.263.984**	**(1.035.424)**	**4.228.560**
Ações de companhias abertas e outras ações	6.583.814	(864.847)	5.718.967
Total em 31 de dezembro de 2025	**6.583.814**	**(864.847)**	**5.718.967**

A Organização adotou a opção de designar no reconhecimento inicial instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

d) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

				R$ mil
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2025	**19.234**	**-**	**3.123**	**22.357**
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	(11.778)	-	-	(11.778)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de junho de 2026 (1)	**7.456**	**-**	**3.123**	**10.579**
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2024	**9.640**	**1.543**	**3.123**	**14.306**
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	13.885	(1.543)	-	12.342
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de junho de 2025 (1)	**23.525**	**-**	**3.123**	**26.648**

(1) Não houve movimentação entre os estágios.

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

		R$ mil
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Títulos e valores mobiliários:		
Títulos públicos brasileiros	127.071.347	135.339.275
Títulos emitidos por instituições financeiras e não financeiras	149.902.529	124.207.296
Total (1)	**276.973.876**	**259.546.571**

(1) Líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

b) Vencimento

		R$ mil
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Vencimento em até 1 ano	60.526.677	54.891.298
Vencimento entre 1 e 5 anos	146.735.114	138.622.149
Vencimento entre 5 e 10 anos	40.421.295	41.306.602
Vencimento acima de 10 anos	29.290.790	24.726.522
Total (1)	**276.973.876**	**259.546.571**

(1) Líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Os instrumentos financeiros dados em garantias, classificados como ativos financeiros a custo amortizado, totalizaram em 30 de junho de 2026, R$ 50.716.221 mil (Em 31 de dezembro de 2025 - R$ 51.575.375 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

				R$ mil
	Estágio 1	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total (1)**
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025	**625.566**	**251.503**	**2.687.423**	**3.564.492**
Transferidos para o Estágio 1	-	(26.051)	(1.041)	(27.092)
Transferidos para o Estágio 2	(24.278)	-	(10.496)	(34.774)
Transferidos para o Estágio 3	(30.543)	(92.956)	-	(123.499)
Oriundos do Estágio 1	-	24.278	30.543	54.821
Oriundos do Estágio 2	26.051	-	92.956	119.007
Oriundos do Estágio 3	1.041	10.496	-	11.537
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	(72.301)	153.711	1.065.032	1.146.442
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de junho de 2026	**525.536**	**320.981**	**3.864.417**	**4.710.934**
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2024	**703.833**	**50.111**	**5.403.056**	**6.157.000**
Transferidos para o Estágio 1	-	(2.044)	(5.799)	(7.843)
Transferidos para o Estágio 2	(7.797)	-	(12.894)	(20.691)
Transferidos para o Estágio 3	(3.857)	(8.576)	-	(12.433)
Oriundos do Estágio 1	-	7.797	3.857	11.654
Oriundos do Estágio 2	2.044	-	8.576	10.620
Oriundos do Estágio 3	5.799	12.894	-	18.693
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	12.940	51.021	(296.708)	(232.747)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de junho de 2025	**712.962**	**111.203**	**5.100.088**	**5.924.253**

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Condensada Consolidada do Resultado.

10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

		R$ mil
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Aplicações em operações compromissadas (1)	209.843.247	218.329.819
Empréstimos para instituições financeiras	45.397.216	17.155.248
Perda esperada	(26.925)	(13)
Total	**255.213.538**	**235.485.054**

(1) Em 30 de junho de 2026 inclui aplicações em operações compromissadas cedidas em garantia, no montante de R$ 149.314.514 mil (2025 – R$ 159.547.767 mil).

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de produto

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	**365.841.598**	**350.445.791**
- Financiamentos e repasses	**143.428.945**	**137.576.819**
- Financiamento à exportação	35.829.615	34.763.790
- Financiamento imobiliário	36.382.081	34.911.156
- Repasses BNDES/Finame	27.801.790	24.475.073
- Financiamento de veículos	22.727.412	23.074.448
- Importação	12.746.720	12.986.200
- *Leasing*	7.941.327	7.366.152
- Empréstimos	**203.291.133**	**195.880.958**
- Capital de giro	151.683.732	143.640.424
- Crédito rural	17.974.137	13.324.492
- Outros	33.633.264	38.916.042
- Operações com limites (1)	**19.121.520**	**16.988.014**
Pessoa Física	**454.725.343**	**441.022.363**
- Financiamentos e repasses	**169.633.833**	**161.548.810**
- Financiamento imobiliário	115.563.266	112.626.278
- Financiamento de veículos	47.013.600	41.797.766
- Repasses BNDES/Finame	6.536.415	6.616.649
- Outros	520.552	508.117
- Empréstimos	**193.695.978**	**189.710.201**
- Crédito pessoal	168.437.771	165.277.140
- Crédito rural	18.192.399	17.680.946
- Outros	7.065.808	6.752.115
- Operações com limites (1)	**91.395.532**	**89.763.352**
Total da carteira	**820.566.941**	**791.468.154**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	**(46.501.122)**	**(47.011.092)**
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	**774.065.819**	**744.457.062**

(1) Refere-se a operações com limites pré-estabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos.

b) Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	345.387	296.547
De um a cinco anos	6.325.205	6.041.176
Mais de cinco anos	1.537.210	1.296.410
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(122.271)	(114.049)
Investimento líquido	**8.085.531**	**7.520.084**
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	338.952	291.293
De um a cinco anos	6.225.753	5.952.651
Mais de cinco anos	1.520.826	1.276.140
Total	**8.085.531**	**7.520.084**

c) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes

R$ mil

Estágio 1	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**315.701.697**	**(7.618.679)**	**(3.365.958)**	**705.137**	**134.099**	**116.158.010**	**(93.546.105)**	**-**	**328.168.201**
- Financiamentos	129.715.483	(1.569.005)	(534.936)	192.368	46.930	43.015.962	(35.706.358)	-	135.160.444
- Empréstimos	171.679.901	(5.628.021)	(2.666.024)	456.820	76.900	69.535.284	(56.341.448)	-	177.113.412
- Rotativos	14.306.313	(421.653)	(164.998)	55.949	10.269	3.606.764	(1.498.299)	-	15.894.345
Pessoa Física	**381.759.894**	**(10.057.704)**	**(4.531.617)**	**2.857.613**	**694.153**	**83.158.676**	**(63.224.728)**	**-**	**390.656.287**
- Financiamentos	146.242.845	(4.309.713)	(1.316.698)	1.089.544	166.288	26.144.630	(15.937.424)	-	152.079.472
- Empréstimos	162.122.662	(3.884.812)	(3.003.010)	1.192.906	268.888	44.844.234	(36.534.128)	-	165.006.740
- Rotativos	73.394.387	(1.863.179)	(211.909)	575.163	258.977	12.169.812	(10.753.176)	-	73.570.075
Total	**697.461.591**	**(17.676.383)**	**(7.897.575)**	**3.562.750**	**828.252**	**199.316.686**	**(156.770.833)**	**-**	**718.824.488**

R$ mil

Estágio 2	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**11.609.479**	**(705.137)**	**(3.396.460)**	**7.618.679**	**558.959**	**3.087.726**	**(3.382.112)**	**-**	**15.391.134**
- Financiamentos	2.488.315	(192.368)	(408.545)	1.569.005	9.269	287.608	(618.513)	-	3.134.771
- Empréstimos	8.155.906	(456.820)	(2.718.330)	5.628.021	535.041	2.187.443	(2.336.619)	-	10.994.642
- Rotativos	965.258	(55.949)	(269.585)	421.653	14.649	612.675	(426.980)	-	1.261.721
Pessoa Física	**25.431.262**	**(2.857.613)**	**(5.250.078)**	**10.057.704**	**1.145.293**	**6.188.435**	**(6.249.220)**	**-**	**28.465.783**
- Financiamentos	9.431.595	(1.089.544)	(1.248.234)	4.309.713	126.787	856.148	(1.420.130)	-	10.966.335
- Empréstimos	10.868.536	(1.192.906)	(2.619.544)	3.884.812	867.141	2.561.564	(2.751.455)	-	11.618.148
- Rotativos	5.131.131	(575.163)	(1.382.300)	1.863.179	151.365	2.770.723	(2.077.635)	-	5.881.300
Total	**37.040.741**	**(3.562.750)**	**(8.646.538)**	**17.676.383**	**1.704.252**	**9.276.161**	**(9.631.332)**	**-**	**43.856.917**

R$ mil

Estágio 3	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados (1)	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**23.134.615**	**(134.099)**	**(558.959)**	**3.365.958**	**3.396.460**	**5.635.515**	**(7.066.891)**	**(5.490.336)**	**22.282.263**
- Financiamentos	5.373.024	(46.930)	(9.269)	534.936	408.545	221.054	(1.114.443)	(233.184)	5.133.733
- Empréstimos	16.045.346	(76.900)	(535.041)	2.666.024	2.718.330	4.706.867	(5.748.122)	(4.592.178)	15.184.326
- Rotativos	1.716.245	(10.269)	(14.649)	164.998	269.585	707.594	(204.326)	(664.974)	1.964.204
Pessoa Física	**33.831.207**	**(694.153)**	**(1.145.293)**	**4.531.617**	**5.250.078**	**10.327.021**	**(3.022.293)**	**(13.474.911)**	**35.603.273**
- Financiamentos	5.874.368	(166.288)	(126.787)	1.316.698	1.248.234	241.308	(1.174.686)	(624.822)	6.588.025
- Empréstimos	16.720.231	(268.888)	(867.141)	3.003.010	2.619.544	4.718.531	(285.400)	(8.566.383)	17.073.504
- Rotativos	11.236.608	(258.977)	(151.365)	211.909	1.382.300	5.367.182	(1.562.207)	(4.283.706)	11.941.744
Total	**56.965.822**	**(828.252)**	**(1.704.252)**	**7.897.575**	**8.646.538**	**15.962.536**	**(10.089.184)**	**(18.965.247)**	**57.885.536**

(1) Saldos originados referem-se principalmente a operações reestruturadas.

R$ mil

Consolidado - 3 estágios	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**350.445.791**	**124.881.251**	**(103.995.108)**	**(5.490.336)**	**365.841.598**
- Financiamentos	137.576.822	43.524.624	(37.439.314)	(233.184)	143.428.948
- Empréstimos	195.881.153	76.429.594	(64.426.189)	(4.592.178)	203.292.380
- Rotativos	16.987.816	4.927.033	(2.129.605)	(664.974)	19.120.270
Pessoa Física	**441.022.363**	**99.674.132**	**(72.496.241)**	**(13.474.911)**	**454.725.343**
- Financiamentos	161.548.808	27.242.086	(18.532.240)	(624.822)	169.633.832
- Empréstimos	189.711.429	52.124.329	(39.570.983)	(8.566.383)	193.698.392
- Rotativos	89.762.126	20.307.717	(14.393.018)	(4.283.706)	91.393.119
Total	**791.468.154**	**224.555.383**	**(176.491.349)**	**(18.965.247)**	**820.566.941**

R$ mil

Estágio 1	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**284.237.991**	**(4.012.631)**	**(1.853.084)**	**803.396**	**141.835**	**115.562.127**	**(111.756.056)**	**-**	**283.123.578**
- Financiamentos	125.114.754	(1.257.848)	(314.131)	194.567	63.683	41.444.993	(40.631.656)	-	124.614.362
- Empréstimos	146.737.983	(2.460.994)	(1.424.489)	538.668	73.220	70.794.909	(70.019.164)	-	144.240.133
- Rotativos	12.385.254	(293.789)	(114.464)	70.161	4.932	3.322.225	(1.105.236)	-	14.269.083
Pessoa Física	**347.118.719**	**(7.666.251)**	**(3.459.026)**	**2.709.251**	**1.077.576**	**98.815.192**	**(75.042.132)**	**-**	**363.553.329**
- Financiamentos	132.000.312	(3.261.698)	(1.058.750)	1.042.958	198.394	27.699.471	(15.774.639)	-	140.846.048
- Empréstimos	149.534.314	(2.877.000)	(2.218.455)	1.176.466	435.725	59.815.514	(50.220.491)	-	155.646.073
- Rotativos	65.584.093	(1.527.553)	(181.821)	489.827	443.457	11.300.207	(9.047.002)	-	67.061.208
Total	**631.356.710**	**(11.678.882)**	**(5.312.110)**	**3.512.647**	**1.219.411**	**214.377.319**	**(186.798.188)**	**-**	**646.676.907**

R$ mil

Estágio 2	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**6.946.383**	**(803.396)**	**(1.799.119)**	**4.012.631**	**127.036**	**2.504.479**	**(2.308.946)**	**-**	**8.679.068**
- Financiamentos	1.861.939	(194.567)	(263.662)	1.257.848	10.731	233.141	(617.521)	-	2.287.909
- Empréstimos	4.363.096	(538.668)	(1.355.709)	2.460.994	110.830	1.856.099	(1.410.420)	-	5.486.222
- Rotativos	721.348	(70.161)	(179.748)	293.789	5.475	415.239	(281.005)	-	904.937
Pessoa Física	**21.911.700**	**(2.709.251)**	**(4.303.957)**	**7.666.251**	**1.696.056**	**5.336.674**	**(5.019.730)**	**-**	**24.577.743**
- Financiamentos	8.443.459	(1.042.958)	(1.045.732)	3.261.698	141.959	546.925	(1.275.250)	-	9.030.101
- Empréstimos	9.169.428	(1.176.466)	(2.240.079)	2.877.000	1.424.827	2.671.993	(2.072.797)	-	10.653.906
- Rotativos	4.298.813	(489.827)	(1.018.146)	1.527.553	129.270	2.117.756	(1.671.683)	-	4.893.736
Total	**28.858.083**	**(3.512.647)**	**(6.103.076)**	**11.678.882**	**1.823.092**	**7.841.153**	**(7.328.676)**	**-**	**33.256.811**

R$ mil

Estágio 3	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**25.751.969**	**(141.835)**	**(127.036)**	**1.853.084**	**1.799.119**	**7.143.280**	**(6.599.912)**	**(5.190.701)**	**24.487.968**
- Financiamentos	5.494.795	(63.683)	(10.731)	314.131	263.662	198.258	(751.197)	(272.684)	5.172.551
- Empréstimos	18.857.751	(73.220)	(110.830)	1.424.489	1.355.709	6.395.376	(5.801.900)	(4.264.615)	17.782.760
- Rotativos	1.399.423	(4.932)	(5.475)	114.464	179.748	549.646	(46.815)	(653.402)	1.532.657
Pessoa Física	**34.272.824**	**(1.077.576)**	**(1.696.056)**	**3.459.026**	**4.303.957**	**9.018.498**	**(2.235.623)**	**(12.790.122)**	**33.254.928**
- Financiamentos	4.432.804	(198.394)	(141.959)	1.058.750	1.045.732	183.188	(723.973)	(382.368)	5.273.780
- Empréstimos	18.621.969	(435.725)	(1.424.827)	2.218.455	2.240.079	4.338.156	(551.460)	(7.905.346)	17.101.301
- Rotativos	11.218.051	(443.457)	(129.270)	181.821	1.018.146	4.497.154	(960.190)	(4.502.408)	10.879.847
Total	**60.024.793**	**(1.219.411)**	**(1.823.092)**	**5.312.110**	**6.103.076**	**16.161.778**	**(8.835.535)**	**(17.980.823)**	**57.742.896**

R$ mil

Consolidado - 3 estágios	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**316.936.343**	**125.209.886**	**(120.664.914)**	**(5.190.701)**	**316.290.614**
- Financiamentos	132.471.488	41.876.392	(42.000.374)	(272.684)	132.074.822
- Empréstimos	169.958.830	79.046.384	(77.231.484)	(4.264.615)	167.509.115
- Rotativos	14.506.025	4.287.110	(1.433.056)	(653.402)	16.706.677
Pessoa Física	**403.303.243**	**113.170.364**	**(82.297.485)**	**(12.790.122)**	**421.386.000**
- Financiamentos	144.876.575	28.429.584	(17.773.862)	(382.368)	155.149.929
- Empréstimos	177.325.711	66.825.663	(52.844.748)	(7.905.346)	183.401.280
- Rotativos	81.100.957	17.915.117	(11.678.875)	(4.502.408)	82.834.791
Total	**720.239.586**	**238.380.250**	**(202.962.399)**	**(17.980.823)**	**737.676.614**

d) Reconciliação de perdas esperadas empréstimos e adiantamentos a clientes

(Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas)

R$ mil

Estágio 1	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**3.235.976**	**(153.803)**	**(122.641)**	**48.228**	**77.740**	**949.393**	**(1.231.474)**	**-**	**2.803.419**
- Financiamentos	1.154.205	(26.318)	(10.300)	12.431	17.055	267.555	(400.177)	-	1.014.451
- Empréstimos	1.474.498	(110.742)	(98.110)	32.519	50.947	537.881	(721.896)	-	1.165.097
- Rotativos	607.273	(16.743)	(14.231)	3.278	9.738	143.957	(109.401)	-	623.871
Pessoa Física	**7.599.047**	**(333.865)**	**(304.055)**	**262.612**	**330.098**	**1.793.605**	**(1.994.024)**	**-**	**7.353.418**
- Financiamentos	498.577	(49.522)	(32.619)	44.097	41.952	121.363	(187.847)	-	436.001
- Empréstimos	3.838.530	(208.988)	(256.328)	182.451	153.376	1.127.314	(1.294.027)	-	3.542.328
- Rotativos	3.261.940	(75.355)	(15.108)	36.064	134.770	544.928	(512.150)	-	3.375.089
Total	**10.835.023**	**(487.668)**	**(426.696)**	**310.840**	**407.838**	**2.742.998**	**(3.225.498)**	**-**	**10.156.837**

R$ mil

Estágio 2	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**1.343.215**	**(48.228)**	**(467.458)**	**153.803**	**362.753**	**449.724**	**36.176**	**-**	**1.829.985**
- Financiamentos	224.120	(12.430)	(53.830)	26.318	2.072	38.643	10.815	-	235.708
- Empréstimos	915.041	(32.519)	(308.657)	110.747	355.150	220.282	58.561	-	1.318.605
- Rotativos	204.054	(3.279)	(104.971)	16.738	5.531	190.799	(33.200)	-	275.672
Pessoa Física	**3.840.581**	**(262.612)**	**(1.736.434)**	**333.865**	**652.352**	**1.573.843**	**(215.015)**	**-**	**4.186.580**
- Financiamentos	502.729	(44.097)	(177.630)	49.522	31.466	72.550	78.387	-	512.927
- Empréstimos	2.465.494	(182.447)	(1.109.930)	208.995	550.383	773.204	(96.441)	-	2.609.258
- Rotativos	872.358	(36.068)	(448.874)	75.348	70.503	728.089	(196.961)	-	1.064.395
Total	**5.183.796**	**(310.840)**	**(2.203.892)**	**487.668**	**1.015.105**	**2.023.567**	**(178.839)**	**-**	**6.016.565**

R$ mil

Estágio 3	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**12.760.862**	**(77.740)**	**(362.753)**	**122.641**	**467.458**	**3.124.564**	**907.577**	**(5.490.336)**	**11.452.273**
- Financiamentos	1.697.078	(17.055)	(2.072)	10.300	53.830	109.994	(132.808)	(233.184)	1.486.083
- Empréstimos	9.926.398	(50.947)	(355.150)	98.110	308.657	2.657.311	682.994	(4.592.178)	8.675.195
- Rotativos	1.137.386	(9.738)	(5.531)	14.231	104.971	357.259	357.391	(664.974)	1.290.995
Pessoa Física	**21.313.601**	**(330.098)**	**(652.352)**	**304.055**	**1.736.434**	**5.864.144**	**7.355.306**	**(13.474.911)**	**22.116.179**
- Financiamentos	2.570.822	(41.952)	(31.466)	32.619	177.630	103.684	553.268	(624.822)	2.739.783
- Empréstimos	11.599.961	(153.376)	(550.383)	256.328	1.109.930	2.923.204	5.164.785	(8.566.383)	11.784.066
- Rotativos	7.142.818	(134.770)	(70.503)	15.108	448.874	2.837.256	1.637.253	(4.283.706)	7.592.330
Total	**34.074.463**	**(407.838)**	**(1.015.105)**	**426.696**	**2.203.892**	**8.988.708**	**8.262.883**	**(18.965.247)**	**33.568.452**

R$ mil

Consolidado - 3 estágios	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	**17.340.053**	**4.523.681**	**(287.721)**	**(5.490.336)**	**16.085.677**
- Financiamentos	3.075.403	416.192	(522.170)	(233.184)	2.736.241
- Empréstimos	12.315.937	3.415.474	19.659	(4.592.178)	11.158.892
- Rotativos	1.948.713	692.015	214.790	(664.974)	2.190.544
Pessoa Física	**32.753.229**	**9.231.592**	**5.146.267**	**(13.474.911)**	**33.656.177**
- Financiamentos	3.572.128	297.597	443.808	(624.822)	3.688.711
- Empréstimos	17.903.985	4.823.722	3.774.317	(8.566.383)	17.935.641
- Rotativos	11.277.116	4.110.273	928.142	(4.283.706)	12.031.825
Total	**50.093.282**	**13.755.273**	**4.858.546**	**(18.965.247)**	**49.741.854**

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

R$ mil

Estágio 1	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**3.745.866**	**(128.384)**	**(91.628)**	**74.304**	**72.624**	**1.275.717**	**(1.401.669)**	**-**	**3.546.830**
- Financiamentos	1.503.946	(28.675)	(6.088)	18.269	30.423	294.320	(504.012)	-	1.308.183
- Empréstimos	1.669.722	(87.053)	(75.954)	52.443	37.452	850.947	(837.578)	-	1.609.979
- Rotativos	572.198	(12.656)	(9.586)	3.592	4.749	130.450	(60.079)	-	628.668
Pessoa Física	**7.257.404**	**(249.115)**	**(204.471)**	**287.333**	**482.759**	**1.990.988**	**(2.147.750)**	**-**	**7.417.148**
- Financiamentos	374.887	(28.042)	(17.426)	40.791	46.641	101.800	(124.720)	-	393.931
- Empréstimos	3.461.557	(150.587)	(168.913)	213.776	225.003	1.323.013	(1.421.571)	-	3.482.278
- Rotativos	3.420.960	(70.486)	(18.132)	32.766	211.115	566.175	(601.459)	-	3.540.939
Total	**11.003.270**	**(377.499)**	**(296.099)**	**361.637**	**555.383**	**3.266.705**	**(3.549.419)**	**-**	**10.963.978**

R$ mil

Estágio 2	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**1.015.120**	**(74.304)**	**(357.763)**	**128.384**	**74.963**	**353.484**	**(76.268)**	**-**	**1.063.616**
- Financiamentos	258.842	(18.269)	(53.560)	28.675	5.156	42.702	18.448	-	281.994
- Empréstimos	620.261	(52.443)	(236.156)	87.053	66.784	187.198	(78.388)	-	594.309
- Rotativos	136.017	(3.592)	(68.047)	12.656	3.023	123.584	(16.328)	-	187.313
Pessoa Física	**3.200.306**	**(287.333)**	**(1.397.402)**	**249.115**	**923.786**	**1.338.768**	**(380.972)**	**-**	**3.646.268**
- Financiamentos	404.722	(40.791)	(130.176)	28.042	38.057	60.594	74.710	-	435.158
- Empréstimos	2.107.776	(213.776)	(931.623)	150.587	833.872	716.558	(271.468)	-	2.391.926
- Rotativos	687.808	(32.766)	(335.603)	70.486	51.857	561.616	(184.214)	-	819.184
Total	**4.215.426**	**(361.637)**	**(1.755.165)**	**377.499**	**998.749**	**1.692.252**	**(457.240)**	**-**	**4.709.884**

R$ mil

Estágio 3	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**15.492.712**	**(72.624)**	**(74.963)**	**91.628**	**357.763**	**3.439.540**	**812.778**	**(5.190.701)**	**14.856.133**
- Financiamentos	2.149.523	(30.423)	(5.156)	6.088	53.560	107.544	55.195	(272.684)	2.063.647
- Empréstimos	12.483.496	(37.452)	(66.784)	75.954	236.156	3.071.304	358.040	(4.264.615)	11.856.099
- Rotativos	859.693	(4.749)	(3.023)	9.586	68.047	260.692	399.543	(653.402)	936.387
Pessoa Física	**20.851.509**	**(482.759)**	**(923.786)**	**204.471**	**1.397.402**	**5.156.716**	**7.239.742**	**(12.790.122)**	**20.653.173**
- Financiamentos	1.710.662	(46.641)	(38.057)	17.426	130.176	85.008	698.758	(382.368)	2.174.964
- Empréstimos	12.317.493	(225.003)	(833.872)	168.913	931.623	2.707.893	4.559.590	(7.905.346)	11.721.291
- Rotativos	6.823.354	(211.115)	(51.857)	18.132	335.603	2.363.815	1.981.394	(4.502.408)	6.756.918
Total	**36.344.221**	**(555.383)**	**(998.749)**	**296.099**	**1.755.165**	**8.596.256**	**8.052.520**	**(17.980.823)**	**35.509.306**

R$ mil

Consolidado - 3 estágios	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(*Write off*)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	**20.253.698**	**5.068.741**	**(665.159)**	**(5.190.701)**	**19.466.579**
- Financiamentos	3.912.311	444.566	(430.369)	(272.684)	3.653.824
- Empréstimos	14.773.479	4.109.449	(557.926)	(4.264.615)	14.060.387
- Rotativos	1.567.908	514.726	323.136	(653.402)	1.752.368
Pessoa Física	**31.309.219**	**8.486.472**	**4.711.020**	**(12.790.122)**	**31.716.589**
- Financiamentos	2.490.271	247.402	648.748	(382.368)	3.004.053
- Empréstimos	17.886.826	4.747.464	2.866.551	(7.905.346)	17.595.495
- Rotativos	10.932.122	3.491.606	1.195.721	(4.502.408)	11.117.041
Total	**51.562.917**	**13.555.213**	**4.045.861**	**(17.980.823)**	**51.183.168**

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Análise de sensibilidade

A mensuração da perda de créditos esperadas incorpora informações prospectivas a partir de projeções de cenários econômicos, que são desenvolvidos por uma equipe de especialistas e aprovados conforme governança de riscos da Organização. Cada cenário econômico possui a evolução ao longo do tempo de um rol de variáveis macroeconômicas, dentre as quais podemos destacar: índices de inflação (IPCA), índices de atividade econômica (PIB, desemprego, etc), taxas de juros brasileira e moedas, refletindo as expectativas e premissas de cada cenário. As projeções são revisadas minimamente anualmente, sendo mais tempestiva em casos de eventos relevantes que possam alterar de forma material as perspectivas futuras.

A estimativa da perda de crédito esperada é feita pela combinação de múltiplos cenários, que são ponderados de acordo com a probabilidade atribuída a cada cenário, sendo o cenário base o mais provável. Em vista a determinar possíveis oscilações da perda esperada decorrentes das projeções econômicas, foram feitas simulações alterando a ponderação dos cenários utilizados no cálculo da perda esperada. No quadro abaixo demonstramos as probabilidades atribuídas a cada cenário e os impactos:

					R$ mil
	Em 30 de junho de 2026				Em 31 de dezembro de 2025
	Ponderação			Constituição/ (Reversão)	Constituição/ (Reversão)
	Cenário Base	Cenário Otimista*	Cenário Pessimista**		
Simulação 1	100%	-	-	(350.149)	(320.747)
Simulação 2	-	100%	-	(949.804)	(624.285)
Simulação 3	-	-	100%	932.459	813.197

* Cenário em que a economia cresce mais que o esperado.
** Cenário em que a economia cresce menos do que o esperado.

f) Perda esperada de empréstimos e adiantamentos

				R$ mil
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Constituição	10.040.972	9.105.156	19.231.076	17.866.902
Recuperações	(1.850.197)	(1.412.199)	(3.454.971)	(2.719.118)
Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida de recuperações	**8.190.775**	**7.692.957**	**15.776.105**	**15.147.784**

g) Empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados

No total de "Empréstimos e adiantamentos a clientes com perda esperada", onde estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados:

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 30 de junho de 2025**
Saldo inicial	**26.612.639**	**34.755.068**
Reestruturação	11.278.524	9.346.545
Recebimento/Outros (1)	(6.832.382)	(7.109.584)
Baixas	(5.406.068)	(6.938.268)
Saldo final	**25.652.713**	**30.053.761**
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	**(12.482.023)**	**(16.014.639)**
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda esperada	**13.170.690**	**14.039.122**
Perda esperada sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	48,7%	53,3%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	3,1%	4,1%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda esperada	3,3%	4,4%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos reestruturados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Esses instrumentos têm o seu reconhecimento de receita suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizados apenas no seu reconhecimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízos.

12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Bens não de uso próprio		
Imóveis	1.972.596	1.184.225
Veículos e afins	552.310	426.895
Máquinas e equipamentos	2.659	1.742
Outros (1)	2.132.790	2.144.640
Total (2)	**4.660.355**	**3.757.502**

(1) Contempla R$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, destinadas para alienação e estão disponíveis para venda; e
(2) Saldos líquidos de provisões para redução ao valor recuperável de ativos.

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E *JOINT VENTURE*

a) Composição dos investimentos em coligadas e *joint venture*

R$ mil

Empresa	Em 30 de junho de 2026							Acumulado em 30 de junho de 2026		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Receitas (2)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	103.463	5.034.950	1.920.810	4.478.919	1.959.527	(5.966)	426.117	(29.830)
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	262.769	852.632	2.425.216	655.849	1.551.726	13.651	1.574.263	55.605
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	497.429	2.653.964	1.956.270	2.650.068	954.826	10.405	825.156	26.013
Elo Participações Ltda. (4)	50,01%	50,01%	1.575.737	1.687.010	6.522.791	579.228	4.354.122	437.690	952.443	875.205
Outras (5)			12.216.361					527.602		
Total geral em 30 de junho de 2026			**14.655.759**					**983.382**		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;
(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação;
(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. No acumulado em 30 de junho de 2026, a Organização recebeu dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R$ 203.544 mil referente à Empresa Elo Participações Ltda. e;
(5) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A., Fleury S.A. e Banco John Deere. No acumulado em 30 de junho de 2026, a Organização recebeu dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R$ 107.841 mil referente à demais Empresas.

R$ mil

Empresa	Em 31 de dezembro de 2025							Acumulado em 30 de junho de 2025		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Receitas (2)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	109.290	5.862.399	2.236.478	5.255.969	2.299.487	20.138	470.588	100.690
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	249.118	766.711	2.473.255	668.796	1.579.574	6.714	1.440.480	27.348
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	534.853	3.075.599	2.171.323	3.187.083	959.644	8.217	1.106.287	20.543
Elo Participações Ltda. (4)	50,01%	50,01%	1.242.721	1.433.582	6.152.357	597.993	4.375.461	398.555	876.628	796.051
Outras (5)			11.147.458					449.104		
Total geral em 31 de dezembro de 2025			**13.283.440**							
Total geral em 30 de junho de 2025								**882.728**		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;
(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação;
(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento; e
(5) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A., Fleury S.A. e Banco John Deere. No acumulado em 30 de junho de 2025, a Organização recebeu R$ 123.957 mil de dividendos referente à Empresa Cielo S.A.

A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R$ mil	
	2026	**2025**
Saldo no início do período	**13.283.440**	**11.029.012**
Entradas	931.179	2.728.230
Resultado de participações em coligadas	983.382	882.728
Dividendos/JCP	(233.988)	(2.152.378)
Outras	(308.254)	(168.354)
Saldo em 30 de junho	**14.655.759**	**12.319.238**

14) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

	R$ mil			
	Vida útil estimada	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Edificações	4%	5.096.437	(1.989.093)	3.107.344
Terrenos	-	863.148	-	863.148
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.891.555	(3.071.296)	2.820.259
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	365.768	(250.339)	115.429
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	7.610.459	(5.332.185)	2.278.274
Sistemas de transportes	10% a 20%	335.485	(155.907)	179.578
Saldos em 30 de junho de 2026 (1)		**20.162.852**	**(10.798.820)**	**9.364.032**
Edificações	4%	4.483.554	(1.609.574)	2.873.980
Terrenos	-	857.826	-	857.826
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.896.736	(2.949.984)	2.946.752
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	387.701	(262.853)	124.848
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	7.699.621	(5.290.697)	2.408.924
Sistemas de transportes	10% a 20%	338.092	(144.931)	193.161
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (1)		**19.663.530**	**(10.258.039)**	**9.405.491**

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota 23 para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

							R$ mil
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Total (1)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.873.980**	**857.826**	**2.946.752**	**124.848**	**2.408.924**	**193.161**	**9.405.491**
Adições/(Baixas)	551.590	5.322	283.521	2.405	205.094	5.505	1.053.437
Depreciação (2)	(318.226)	-	(410.014)	(11.824)	(335.744)	(19.088)	(1.094.896)
Saldos em 30 de junho de 2026	**3.107.344**	**863.148**	**2.820.259**	**115.429**	**2.278.274**	**179.578**	**9.364.032**
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 2024	**2.859.719**	**871.952**	**2.706.833**	**119.670**	**3.432.633**	**229.637**	**10.220.444**
Adições/(Baixas)	551.563	(25.874)	138.105	10.438	(481.772)	(4.995)	187.465
Depreciação (2)	(308.972)	-	(524.878)	(14.323)	(361.310)	(20.340)	(1.229.823)
Saldos em 30 de junho de 2025	**3.102.310**	**846.078**	**2.320.060**	**115.785**	**2.589.551**	**204.302**	**9.178.086**

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16; e
(2) A diferença de R$ 41.617 mil (2025 - R$ 37.675 mil) em relação ao montante apresentado na nota 35 refere-se a despesas atribuíveis aos contratos de seguros os quais são apresentados na Demonstração do Resultado na rubrica "Resultado de seguros e previdência".

15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe

						R$ mil
		Ativos intangíveis				
	Ágio	Aquisição de direitos financeiros (1)	*Software (1)*	Carteira de clientes (1)	Outros (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**6.605.003**	**5.659.298**	**12.441.232**	**858.992**	**175.134**	**25.739.659**
Adições/(Baixas)	84.331	336.861	3.223.032	-	30.850	**3.675.074**
Amortização (2)	-	(948.081)	(1.483.111)	(54.703)	(37.422)	**(2.523.317)**
Saldos em 30 de junho de 2026	**6.689.334**	**5.048.078**	**14.181.153**	**804.289**	**168.562**	**26.891.416**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**6.730.642**	**5.535.378**	**10.287.830**	**976.220**	**219.138**	**23.749.208**
Adições/(Baixas)	512.455	571.094	1.536.854	-	105.323	**2.725.726**
Amortização (2)	-	(944.232)	(1.385.889)	(114.702)	(47.169)	**(2.491.992)**
Saldos em 30 de junho de 2025	**7.243.097**	**5.162.240**	**10.438.795**	**861.518**	**277.292**	**23.982.942**

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários, carteira de clientes e outros – dentro dos prazos do contrato e *software* – até 10%; e
(2) A diferença de R$ 225.390 mil (2025 - R$ 185.997 mil) em relação ao montante apresentado na nota 35 refere-se a despesas atribuíveis aos contratos de seguros os quais são apresentados na Demonstração do Resultado na rubrica "Resultado de seguros e previdência".

b) Composição do ágio por segmento

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Bancário	6.101.977	6.101.977
Seguros	587.357	503.026
Total	**6.689.334**	**6.605.003**

As Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) alocadas no segmento bancário e de Seguros, Previdência e Capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

16) OUTROS ATIVOS

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativos financeiros (1) (2)	**94.079.508**	**73.426.822**
Operações de câmbio (3)	49.490.363	31.881.934
Devedores por depósitos em garantia (4)	23.919.412	23.808.198
Negociação e intermediação de valores	6.867.088	6.014.189
Títulos e créditos a receber	7.514.077	5.904.620
Rendas a receber	6.288.568	5.817.881
Outros ativos	**21.563.780**	**17.284.492**
Devedores diversos	4.817.974	5.170.650
Despesas antecipadas (5)	10.345.047	5.081.590
Relações interfinanceiras e interdependências	195.504	139.613
Outros (6)	6.205.255	6.892.639
Total	**115.643.288**	**90.711.314**

(1) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado;
(2) Em 2026 e 2025, não houve constituição de perdas esperadas para outros ativos financeiros;
(3) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição para os clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;
(4) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza;
(5) Inclui valor correspondente à antecipação da contribuição mensal na modalidade de pagamento em parcela única ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC, efetuada em março de 2026, no valor de R$ 4.221.650 mil o qual será deduzido da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos à vista e a prazo, conforme disposto na Resolução BCB nº 551/26, complementar à Resolução BCB nº 189. Inclui também ativos de seguros, conforme a nota 21; e
(6) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações, pagamentos a ressarcir e propriedade para investimento no montante de R$ 1.253.209 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 1.383.569 mil), sendo o valor justo de R$ 2.772.199 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 2.667.698 mil). O valor justo dos imóveis foi apurado por avaliadores independentes, em conformidade com a NBR 14.653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, utilizando metodologias de avaliação reconhecidas e adequadas às características e condições de mercado de cada imóvel. Os valores resultantes estão devidamente fundamentados e em conformidade com os normativos vigentes.

17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a) Composição por natureza

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Depósitos à vista	1.171.252	1.203.130
Depósitos interfinanceiros	34.410.068	5.485.877
Captações no mercado aberto	322.197.662	349.702.217
Obrigações por empréstimos	41.921.680	38.999.650
Obrigações por repasses	34.754.048	31.708.620
Total	**434.454.710**	**427.099.494**

18) RECURSOS DE CLIENTES

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Depósitos à vista	33.384.425	36.792.675
Depósitos de poupança	121.285.929	124.461.404
Depósitos a prazo	592.256.399	560.020.072
Total	**746.926.753**	**721.274.151**

19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição por tipo de papel emitido e localização

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Títulos emitidos – País:		
Letras de crédito imobiliário	81.815.163	75.321.675
Letras de agronegócio	56.895.153	54.287.950
Letras financeiras	149.108.683	135.672.973
Letras imobiliárias garantidas	23.526.583	23.600.199
Subtotal	**311.345.582**	**288.882.797**
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
MTN Program Issues (1)	15.926.301	11.423.465
Subtotal	**15.926.301**	**11.423.465**
Certificados de operações estruturadas	**7.362.028**	**5.954.420**
Total geral	**334.633.911**	**306.260.682**

(1) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

b) Movimentação líquida de recursos de emissão de títulos

	R$ mil	
	2026	**2025**
Saldo inicial no período	**306.260.682**	**257.977.344**
Emissões	61.731.914	68.141.958
Juros	20.511.479	13.084.137
Liquidação e pagamentos de juros	(52.868.831)	(59.028.326)
Variação cambial	(1.001.333)	1.215.064
Saldo final em 30 de junho	**334.633.911**	**281.390.177**

20)DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição das dívidas subordinadas

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
				R$ mil
No País:				
Letras Financeiras:				
2027	7	13.000	25.673	24.005
2026	8	694.800	1.484.292	1.380.842
2030	8	2.368.200	4.233.699	3.923.963
2027	9	89.700	201.162	187.469
2026	10	92.896	280.694	655.486
2027	10	256.243	625.678	586.866
2028	10	248.300	607.177	567.279
2030	10	124.500	225.200	213.615
2031	10	5.907.600	11.585.856	13.246.380
2032	10	5.378.500	9.593.787	8.884.021
2033	10	531.000	750.729	700.964
2035	10	2.503.500	2.702.068	2.519.653
2036	10	3.552.300	3.712.237	-
2026	11	-	-	4.531
2027	11	47.046	127.748	118.795
2028	11	74.764	188.028	176.548
Perpétua		17.680.500	18.673.946	21.524.109
Total geral (1)			**55.017.974**	**54.714.526**

(1) Inclui o montante de R$ 51.007.808 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R$ 50.648.748 mil), referente as dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar.

b) Movimentação líquida das dívidas subordinadas

	2026	2025
		R$ mil
Saldo inicial no período	**54.714.526**	**57.458.927**
Emissões	3.552.300	5.555.700
Juros	4.267.970	4.158.713
Liquidação e pagamentos de juros	(7.516.822)	(6.919.722)
Saldo final em 30 de junho	**55.017.974**	**60.253.618**

21) CONTRATOS DE SEGUROS

a) Ativos e passivos de contratos de seguros

	Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
	PAA	BBA/VFA	Total	PAA	BBA/VFA	Total
Total de ativos e passivos de cobertura remanescente	**1.364.925**	**421.070.876**	**422.435.801**	**2.159.891**	**400.033.295**	**402.193.186**
Ativos contratos de Seguros	**-**	**-**	**-**	**(545.500)**	**-**	**(545.500)**
Passivo de cobertura remanescente (PCR)	**1.364.925**	**421.070.876**	**422.435.801**	**2.705.391**	**400.033.295**	**402.738.686**
- Valor presente dos fluxos de caixa futuros (BEL)	-	396.227.059	396.227.059	-	376.309.243	376.309.243
- Ajuste do risco não financeiro (RA)	-	1.356.777	1.356.777	-	1.419.950	1.419.950
- Margem de cobertura de seguros (CSM)	-	23.487.040	23.487.040	-	22.304.102	22.304.102
- Abordagem de alocação de prêmios (PAA)	1.364.925	-	1.364.925	2.705.391	-	2.705.391
Passivo de sinistros incorridos	**14.928.091**	**1.898.149**	**16.826.240**	**15.034.052**	**1.942.738**	**16.976.790**
- Melhor estimativa do passivo (BEL)	14.440.525	1.812.886	16.253.411	14.602.721	1.875.947	16.478.668
- Ajuste do risco não financeiro (RA)	487.566	85.263	572.829	431.331	66.791	498.122
Total dos passivos de contrato de seguros	**16.293.016**	**422.969.025**	**439.262.041**	**17.739.443**	**401.976.033**	**419.715.476**

R$ mil

b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)/abordagem de taxa variável (VFA)

	Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	**461.694.049**	**30.112.759**	**491.806.808**	**442.481.502**	**29.420.780**	**471.902.282**
- Fluxos de caixa de aquisição	4.166.852	86.169	4.253.021	4.114.779	94.408	4.209.187
- Sinistros e outras despesas diretamente atribuíveis	457.527.197	30.026.590	487.553.787	438.366.723	29.326.372	467.693.095
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(90.641.581)	(4.938.168)	(95.579.749)	(91.025.507)	(4.567.532)	(95.593.039)
Ajuste de risco não financeiro	750.348	606.429	1.356.777	792.866	627.084	1.419.950
Margem de cobertura de seguros	23.363.415	123.624	23.487.039	22.189.750	114.352	22.304.102
Total de cobertura remanescente do modelo geral/modelo de taxa variável	**395.166.231**	**25.904.644**	**421.070.876**	**374.438.611**	**25.594.684**	**400.033.295**

R$ mil

c) Contratos reconhecidos no período para modelo geral (BBA)/abordagem de taxa variável (VFA)

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	**30.570.367**	**1.052.081**	**31.622.448**	**26.807.917**	**416.379**	**27.224.296**
- Fluxos de caixa de aquisição	239.778	-	239.778	142.820	8	142.828
- Sinistros e outras despesas diretamente atribuíveis	30.330.589	1.052.081	31.382.670	26.665.097	416.371	27.081.468
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(33.617.084)	(910.823)	(34.527.907)	(28.859.254)	(365.663)	(29.224.917)
Ajuste de risco não financeiro	42.953	17.608	60.561	49.628	2.896	52.524
Margem de cobertura de seguros	3.003.776	546	3.004.322	2.001.743	88	2.001.831
Total de cobertura remanescente do modelo geral/modelo de taxa variável	**12**	**159.412**	**159.424**	**34**	**53.700**	**53.734**

d) Realização da margem de cobertura de seguros

							R$ mil
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	3.212.950	2.720.573	2.285.831	2.108.485	1.848.101	11.311.100	23.487.040
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 30 de junho de 2026	**3.212.950**	**2.720.573**	**2.285.831**	**2.108.485**	**1.848.101**	**11.311.100**	**23.487.040**
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	3.096.388	2.627.326	2.196.746	1.874.844	1.905.095	10.603.703	22.304.102
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 31 de dezembro de 2025	**3.096.388**	**2.627.326**	**2.196.746**	**1.874.844**	**1.905.095**	**10.603.703**	**22.304.102**

e) Movimentação da Cobertura Remanescente

Valores reconhecidos para cobertura remanescente	R$ mil						
	BBA/VFA					PAA	Total
	Excluindo Componente de Perda			Componente de Perda	TOTAL BBA/VFA	Abordagem de alocação de prêmios	
	BEL	RA	CSM	BEL			
Abertura de ativos diretos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(545.500)**	**(545.500)**
Abertura de passivos diretos	**368.492.759**	**1.419.950**	**22.352.414**	**7.768.172**	**400.033.295**	**2.705.391**	**402.738.686**
Saldo inicial no período	**368.492.759**	**1.419.950**	**22.352.414**	**7.768.172**	**400.033.295**	**2.159.891**	**402.193.186**
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (Receita Seguros)	**(2.843.711)**	**(76.605)**	**(933.658)**	**-**	**(3.853.974)**	**(28.732.680)**	**(32.586.654)**
Contratos pelo método retrospectivo total	(185.108)	(9.047)	(242.090)	-	(436.245)	-	(436.245)
Contratos pelo método do valor justo	(2.112.735)	(54.149)	(180.097)	-	(2.346.981)	-	(2.346.981)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(541.886)	(13.409)	(511.471)	-	(1.066.766)	-	(1.066.766)
Apropriação referente a melhor estimativa de saída	(3.982)	-	-	-	(3.982)	-	(3.982)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	-	(28.732.680)	(28.732.680)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	**1.273.095**	**(44.229)**	**1.274.323**	**159.421**	**2.662.610**	**(1.610.303)**	**1.052.307**
Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	6.437.136	(99.922)	(6.337.214)	-	-	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros (ORA)	(362.154)	(4.868)	-	-	(367.022)	-	(367.022)
Apropriação / constituição referente a melhor estimativa de saída	(1.737.004)	-	5.674.933	-	3.937.929	(2.630.299)	1.307.630
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(3.064.883)	60.561	1.936.604	159.421	(908.297)	1.019.996	111.699
Despesas de Seguros	**135.738**	**-**	**-**	**759.979**	**895.717**	**2.413.205**	**3.308.922**
Constituição de contratos onerosos	-	-	-	759.979	759.979	-	759.979
Custo de aquisição	135.738	-	-	-	135.738	2.413.205	2.548.943
Despesas financeiras	**23.359.980**	**57.661**	**793.961**	**54.455**	**24.266.057**	**-**	**24.266.057**
Despesas financeiras de contratos de seguro	23.359.980	57.661	793.961	54.455	24.266.057	-	24.266.057
Fluxos de caixa	**(2.932.829)**	**-**	**-**	**-**	**(2.932.829)**	**27.134.812**	**24.201.983**
Prêmios recebidos	**19.520.301**	**-**	**-**	**-**	**19.520.301**	**29.799.873**	**49.320.174**
Componente de investimento	**(22.181.219)**	**-**	**-**	**-**	**(22.181.219)**	**-**	**(22.181.219)**
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**(271.911)**	**-**	**-**	**-**	**(271.911)**	**(2.665.061)**	**(2.936.972)**
Saldo final em 30 de junho de 2026 de ativos e passivos de cobertura remanescente	**387.485.032**	**1.356.777**	**23.487.040**	**8.742.027**	**421.070.876**	**1.364.925**	**422.435.801**
Encerramento de Ativos diretos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Encerramento de passivos diretos	**387.485.032**	**1.356.777**	**23.487.040**	**8.742.027**	**421.070.876**	**1.364.925**	**422.435.801**

Valores reconhecidos para cobertura remanescente	R$ mil						
	BBA/VFA					PAA	Total
	Excluindo Componente de Perda			Componente de Perda	TOTAL BBA/VFA	Abordagem de alocação de prêmios	
	BEL	RA	CSM	BEL			
Abertura de ativos diretos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(366.383)**	**(366.383)**
Abertura de passivos diretos	**326.129.277**	**1.713.661**	**24.695.113**	**7.459.691**	**359.997.742**	**3.413.117**	**363.410.859**
Saldo inicial no período	**326.129.277**	**1.713.661**	**24.695.113**	**7.459.691**	**359.997.742**	**3.046.734**	**363.044.476**
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (Receita Seguros)	**(2.706.888)**	**(91.715)**	**(821.050)**	**-**	**(3.619.653)**	**(26.216.028)**	**(29.835.681)**
Contratos pelo método retrospectivo total	(284.018)	(10.204)	(270.807)	-	(565.029)	-	(565.029)
Contratos pelo método do valor justo	(1.802.165)	(44.057)	(173.655)	-	(2.019.877)	-	(2.019.877)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(632.698)	(37.454)	(376.588)	-	(1.046.740)	-	(1.046.740)
Apropriação referente a melhor estimativa de saída	11.993	-	-	-	11.993	-	11.993
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	-	(26.216.028)	(26.216.028)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	**677.660**	**42.853**	**2.795.344**	**6**	**3.515.863**	**(1.806.489)**	**1.709.374**
Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	1.691.221	(47.691)	(1.656.726)	6	(13.190)	-	(13.190)
Mudanças nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros (ORA)	(277.929)	(7.389)	-	-	(285.318)	-	(285.318)
Apropriação / constituição referente a melhor estimativa de saída	113	-	422.804	-	422.917	-	422.917
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(735.745)	97.933	4.029.266	-	3.391.454	(1.806.489)	1.584.965
Despesas de Seguros	**125.661**	**-**	**-**	**245.773**	**371.434**	**2.119.462**	**2.490.896**
Constituição de contratos onerosos	-	-	-	245.773	245.773	-	245.773
Custo de aquisição	125.661	-	-	-	125.661	2.119.462	2.245.123
Despesas financeiras	**20.892.254**	**68.872**	**562.425**	**10.762**	**21.534.313**	**-**	**21.534.313**
Despesas financeiras de contratos de seguro	20.892.254	68.872	562.425	10.762	21.534.313	-	21.534.313
Fluxos de caixa	**(901.885)**	**-**	**-**	**-**	**(901.885)**	**25.592.920**	**24.691.035**
Prêmios recebidos	23.170.085	-	-	-	23.170.085	27.632.337	50.802.422
Componente de investimento	(23.951.916)	-	-	-	(23.951.916)	-	(23.951.916)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(120.054)	-	-	-	(120.054)	(2.039.417)	(2.159.471)
Saldo final em 30 de junho de 2025 de ativos e passivos de cobertura remanescente	**344.216.079**	**1.733.671**	**27.231.832**	**7.716.232**	**380.897.814**	**2.736.599**	**383.634.413**
Encerramento de Ativos diretos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(366.383)**	**(366.383)**
Encerramento de passivos diretos	**344.216.079**	**1.733.671**	**27.231.832**	**7.716.232**	**380.897.814**	**3.102.982**	**384.000.796**

f) Movimentação da Provisão de Sinistro (PSI)

R$ mil

	PSI - BBA e VFA			PSI - PAA			TOTAL PSI
	BEL	RA	Total Passivo de sinistros incorridos - BBA e VFA	BEL	RA	Total Passivo de sinistros incorridos - PAA	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.875.947**	**66.791**	**1.942.738**	**14.602.721**	**431.331**	**15.034.052**	**16.976.790**
Despesas com prestação de seguros	**1.690.568**	**14.169**	**1.704.737**	**19.990.217**	**32.883**	**20.023.100**	**21.727.837**
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	1.690.568	14.169	1.704.737	19.990.217	32.883	20.023.100	21.727.837
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	**252.828**	**-**	**252.828**	**(286.942)**	**-**	**(286.942)**	**(34.114)**
Despesas financeiras de contratos de seguro	**93.451**	**4.474**	**97.925**	**710.831**	**24.718**	**735.549**	**833.474**
Mudanças reconhecidas em outros resultados abrangente	**(417)**	**(171)**	**(588)**	**5.828**	**(1.413)**	**4.415**	**3.827**
Fluxos de caixa	**(2.099.491)**	**-**	**(2.099.491)**	**(20.582.130)**	**47**	**(20.582.083)**	**(22.681.574)**
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(2.099.491)	-	(2.099.491)	(20.582.130)	47	(20.582.083)	(22.681.574)
Saldo em 30 de junho de 2026	**1.812.886**	**85.263**	**1.898.149**	**14.440.525**	**487.566**	**14.928.091**	**16.826.240**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.788.775**	**65.439**	**1.854.214**	**13.109.371**	**418.375**	**13.527.746**	**15.381.960**
Despesas com prestação de seguros	**1.922.905**	**(1.449)**	**1.921.456**	**18.146.513**	**6.053**	**18.152.566**	**20.074.022**
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	1.922.905	(1.449)	1.921.456	18.146.513	6.053	18.152.566	20.074.022
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	**(119.137)**	**-**	**(119.137)**	**(17.393)**	**-**	**(17.393)**	**(136.530)**
Despesas financeiras de contratos de seguro	**79.817**	**3.913**	**83.730**	**545.269**	**17.586**	**562.855**	**646.585**
Mudanças reconhecidas em outros resultados abrangente	**(7.143)**	**902**	**(6.241)**	**(55.280)**	**1.948**	**(53.332)**	**(59.573)**
Fluxos de caixa	**(1.818.669)**	**-**	**(1.818.669)**	**(17.979.103)**	**-**	**(17.979.103)**	**(19.797.772)**
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(1.818.669)	-	(1.818.669)	(17.979.103)	-	(17.979.103)	(19.797.772)
Saldo em 30 de junho de 2025	**1.846.548**	**68.805**	**1.915.353**	**13.749.377**	**443.962**	**14.193.339**	**16.108.692**

g) Margem de cobertura de seguros

	R$ mil							
	Acumulado em 30 de junho							
	2026				2025			
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	**4.410.167**	**6.389.910**	**11.552.337**	**22.352.414**	**7.215.705**	**8.414.912**	**9.064.496**	**24.695.113**
Mudanças em relação ao período atual	**(180.097)**	**(242.090)**	**(511.471)**	**(933.658)**	**(173.655)**	**(270.807)**	**(376.588)**	**(821.050)**
- Margem de cobertura de seguros reconhecidos no período	(180.097)	(242.090)	(511.471)	(933.658)	(173.655)	(270.807)	(376.588)	(821.050)
Mudanças em relação aos períodos futuros	**82.259**	**22.698**	**1.169.366**	**1.274.323**	**43.449**	**158.377**	**2.593.518**	**2.795.344**
- Contratos inicialmente reconhecidos	78.133	27.743	1.830.728	1.936.604	161.691	85.198	3.782.377	4.029.266
- Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	4.126	(5.045)	(661.362)	(662.281)	(118.242)	73.179	(1.188.859)	(1.233.922)
Total de mudanças técnicas	**(97.838)**	**(219.392)**	**657.895**	**340.665**	**(130.206)**	**(112.430)**	**2.216.930**	**1.974.294**
Despesas financeiras de contratos de seguro	**34.397**	**240.319**	**519.245**	**793.961**	**18.608**	**204.468**	**339.349**	**562.425**
Saldo final em 30 de junho	**4.346.726**	**6.410.837**	**12.729.477**	**23.487.040**	**7.104.107**	**8.506.950**	**11.620.775**	**27.231.832**

h) Movimentação de outros resultados abrangentes

	R$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	**4.515.780**	**3.614.624**
Mudanças nos outros resultados abrangentes	**218.329**	**206.871**
Receitas e despesas reconhecidas no período em Outros resultados abrangentes	363.195	344.891
Imposto diferido	(144.866)	(138.020)
Saldo final em 30 de junho	**4.734.109**	**3.821.495**

i) Receita de seguros

	R$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Valores relacionados a mudanças nas responsabilidades por cobertura remanescente (PCR)	**32.586.654**	**29.835.681**
Saídas referentes a contratos do modelo geral	2.843.709	2.706.887
- Expectativa de sinistros ocorridos e Despesas	2.703.989	2.593.220
- Recuperação de Fluxo de Caixa de Aquisição	135.738	125.661
- Ajustes experiência	3.982	(11.994)
Mudança no ajuste de risco não financeiro	76.605	91.715
Margem de cobertura de seguros reconhecidos para modelo geral e taxa variável	933.658	821.050
Saídas referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	28.732.682	26.216.029
Receita de Seguro	**32.586.654**	**29.835.681**

j) Despesa financeira de seguros

	R$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Mudanças na obrigação de pagar decorrente do retorno de investimento	(6.319.678)	(8.178.074)
Acreditação de juros	(18.779.853)	(14.002.824)
Valores reconhecidos no resultado	**(25.099.531)**	**(22.180.898)**
Efeito das variações nas taxas de juros	363.195	344.891
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	**363.195**	**344.891**
Despesas financeiras de contratos de seguro emitidos	**(24.736.336)**	**(21.836.007)**

k) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Ocorrência/Pagamento	Ano de pagamento 1	Ano de pagamento 2	Ano de pagamento 3	Ano de pagamento 4	Ano de pagamento 5	Ano de pagamento 6	Ano de pagamento 7	Ano de pagamento 8	Ano de pagamento 9	Ano de pagamento 10
										R$ mil
Ano de ocorrência 1	3.506.313	3.771.104	3.403.551	3.406.938	3.425.729	3.451.031	3.444.670	3.449.862	3.456.427	3.470.178
Ano de ocorrência 2	3.453.255	3.669.886	3.383.088	3.380.588	3.402.146	3.414.600	3.423.118	3.429.441	3.445.683	-
Ano de ocorrência 3	3.063.769	3.397.762	3.104.923	3.108.039	3.120.819	3.128.572	3.146.375	3.148.384	-	-
Ano de ocorrência 4	3.086.288	3.460.472	3.121.341	3.134.535	3.144.954	3.152.673	3.178.107	-	-	-
Ano de ocorrência 5	3.689.099	4.090.159	3.480.678	3.460.189	3.479.532	3.503.768	-	-	-	-
Ano de ocorrência 6	4.461.897	4.786.601	4.532.502	4.554.396	4.598.516	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 7	4.751.861	5.124.028	4.891.108	4.926.904	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 8	5.115.533	5.583.311	5.342.095	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 9	5.334.074	5.805.357	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 10	5.578.062	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados até a data base	**5.578.062**	**5.805.357**	**5.342.095**	**4.926.904**	**4.598.516**	**3.503.768**	**3.178.107**	**3.148.384**	**3.445.683**	**3.470.178**
Estimativa dos sinistros até a data base	19.615.892	7.404.812	5.909.268	5.222.420	4.812.223	3.675.948	3.268.265	3.214.570	3.495.820	3.470.178
Sinistros estimados a pagar até a data base	**14.037.830**	**1.599.455**	**567.173**	**295.516**	**213.707**	**172.180**	**90.158**	**66.186**	**50.137**	**-**

	R$ mil
Sinistros estimados a pagar	17.092.342
Ajuste ao valor presente	(1.330.223)
Ajuste pelo risco não financeiro	275.993
Outras estimativas	788.128
Passivo para sinistros incorridos em 30 de junho de 2026	**16.826.240**

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

A Organização Bradesco mantém discussões, administrativas e judiciais, referentes a eventuais pagamentos a maior ou indevidos de tributos e contribuições federais. Os ativos contingentes, relativos aos tributos em discussão, bem como a estimativa dos valores a serem recuperados, quando aplicável, somente são reconhecidos quando o ganho da ação e o respectivo crédito forem praticamente certos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a constituição da provisão considera os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas seguindo critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Em 23 de maio de 2025, o STF proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade dos planos econômicos, mas também validou o acordo firmado entre poupadores, bancos e entidades para o pagamento das diferenças de correção monetária, prorrogando o período para adesão em mais 24 meses a contar a partir do julgamento. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

III) Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R$ 3.571.863 mil (em 31 de dezembro de 2025 R$ 3.467.535 mil): pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;

- PIS e Cofins – R$ 993.835 mil (em 31 de dezembro de 2025 R$ 951.899 mil): pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços);

- INSS - Contribuição ao SAT – R$ 577.634 mil (em 31 de dezembro de 2025 R$ 560.495 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto no 6.042/07; e

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões segregadas por natureza

				R$ mil
	Trabalhista	Cível	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**4.361.652**	**6.918.859**	**6.749.842**	**18.030.353**
Atualização monetária	43.787	164.638	173.669	382.094
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.336.530	1.511.291	(286.869)	2.560.952
Pagamentos	(1.364.239)	(1.593.563)	(726.428)	(3.684.230)
Saldos em 30 de junho de 2026	**4.377.730**	**7.001.225**	**5.910.214**	**17.289.169**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.613.403**	**7.827.251**	**7.457.160**	**17.897.814**
Atualização monetária	141.924	250.017	236.410	628.351
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	2.885.618	825.165	1.393.901	5.104.684
Pagamentos	(1.790.019)	(1.550.858)	(589.817)	(3.930.694)
Saldos em 30 de junho de 2025	**3.850.926**	**7.351.575**	**8.497.654**	**19.700.155**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram em 30 de junho de 2026 para os processos trabalhistas R$ 1.570.998 mil (R$ 1.456.696 mil em 31 de dezembro de 2025), para os processos cíveis R$ 11.935.058 mil (R$ 11.124.335 mil em 31 de dezembro de 2025) e para os processos fiscais R$ 38.298.486 mil (R$ 43.095.893 mil em 31 de dezembro de 2025).

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R$ 10.767.383 mil (R$ 10.475.878 mil em 31 de dezembro de 2025): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R$ 6.587.474 mil (R$ 11.141.274 mil em 31 de dezembro de 2025): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização. No trimestre, a Organização optou pela liquidação dos débitos, considerando os benefícios previstos na Lei nº 14.689/2023 (Lei do Voto de Qualidade), resultando na exclusão de juros e multas e na liquidação do principal mediante utilização integral de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL, no montante de R$ 1.780.614 mil;

- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2021 – R$ 7.541.566 mil (R$ 7.749.082 mil em 31 de dezembro de 2025): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;

- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R$ 3.489.055 mil (R$ 3.502.232 mil em 31 de dezembro de 2025): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;

- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R$ 2.087.216 mil (R$ 1.967.940 mil em 31 de dezembro de 2025): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;

- Juros Sobre Capital Próprio – Ano base 2019 a 2021 – R$ 990.148 mil (R$ 933.359 mil em 31 de dezembro de 2025): autuações de IRPJ/CSLL questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio;

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R$ 861.392 mil (R$ 835.865 mil em 31 de dezembro de 2025): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal; e

- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R$ 208.115 mil (R$ 202.467 mil em 31 de dezembro de 2025): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

23) OUTROS PASSIVOS

a) Outros passivos

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Passivos financeiros	**143.738.725**	**117.391.205**
Operações de cartões de crédito (1)	51.708.136	49.053.015
Operações de câmbio (2)	49.576.976	32.050.063
Obrigações com cessões de crédito	3.431.492	3.488.479
Planos de capitalização	10.371.496	10.266.997
Obrigações por venda de instrumentos financeiros	10.169.159	6.816.733
Negociação e intermediação de valores	15.620.048	12.468.529
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 23b)	2.861.419	3.247.389
Outros passivos	**71.822.563**	**59.109.914**
Recursos em trânsito de terceiros (3)	5.247.602	6.130.263
Provisão para pagamentos a efetuar	14.636.843	14.897.313
Credores diversos	8.266.077	7.717.585
Sociais e estatutárias	10.925.256	9.111.650
Outros impostos a pagar	1.512.215	2.272.401
Obrigação por aquisição de bens e direitos	1.243.009	625.933
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.011.774	1.030.874
Obrigações por cotas de fundos de investimento	9.859.565	3.799.034
Outros (4)	14.120.222	13.524.861
Total	**215.561.288**	**176.501.119**

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;
(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio;
(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas no país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior; e
(4) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

b) Passivo de arrendamento

	R$ mil
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	**3.247.390**
Adições/(Baixas)	(41.017)
Pagamentos	(499.279)
Apropriação de encargos financeiros	154.325
Saldo final em 30 de junho de 2026	**2.861.419**

Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**3.014.544**
Adições/(Baixas)	1.126.587
Pagamentos	(742.617)
Apropriação de encargos financeiros	171.641
Saldo final em 30 de junho de 2025	**3.570.155**

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 30 de junho de 2026 está dividido da seguinte forma: R$ 714.594 mil até 1 ano (R$ 730.937 mil até 1 ano em dezembro de 2025), R$ 1.669.020 mil entre 1 a 5 anos (R$ 1.730.439 mil entre 1 a 5 anos em dezembro de 2025) e R$ 420.780 mil com mais de 5 anos (R$ 495.566 mil com mais de 5 anos em dezembro de 2025).

24)ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	363.924.389	358.376.828
Beneficiários e garantias prestadas (2)	130.326.580	125.119.738
Créditos abertos para importação	1.084.002	356.071
Total	**495.334.971**	**483.852.637**

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e
(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avalizar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital e direitos dos acionistas

i. Composição do capital social em quantidade de ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ordinárias	5.303.870.781	5.303.870.781
Preferenciais	5.288.141.247	5.288.141.247
Subtotal	**10.592.012.028**	**10.592.012.028**
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(10.650.000)	(7.500.000)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(10.650.000)	(7.500.000)
Total em circulação	**10.570.712.028**	**10.577.012.028**

(1) Em fevereiro de 2026 houve aquisição de 6.300.000 ações em Tesouraria, sendo 3.150.000 ações ordinárias e 3.150.000 ações preferenciais.

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Em ocorrendo alguma operação que altere a quantidade de ações, simultaneamente à operação no mercado brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, é adotado igual procedimento no mercado internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madri – Espanha.

b) Movimentação do capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2026, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R$ 6.670.000 mil, elevando-o de R$ 87.100.000 mil para R$ 93.770.000 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Reserva Legal", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2026, foi aprovado o aumento do capital social da companhia. A operação reflete a confiança das acionistas controladoras no plano de transformação da empresa e visa fortalecer os investimentos estratégicos para geração de valor e aumento da competitividade.

O aumento de capital será de até R$ 10 bilhões, com a garantia de subscrição do montante mínimo de R$ 8 bilhões pelas controladoras, e ocorrerá mediante a emissão para subscrição privada de até 302.876.396 novas ações ordinárias e até 301.976.357 novas ações preferenciais. Adicionalmente, foi aprovada a antecipação do pagamento de R$ 6,5 bilhões em Juros sobre o Capital Próprio para 15 de setembro de 2026, de modo a viabilizar a utilização desses recursos pelos acionistas na subscrição.

c) Reservas

Reservas de capital

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, (conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

d) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

A distribuição do resultado é calculada sobre o lucro societário, conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2026, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2026, no valor de R$ 3.000.000 mil, sendo R$ 0,270307744 por ação ordinária e R$ 0,297338519 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de outubro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 23 de junho de 2026, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2026, no valor de R$ 3.500.000 mil, sendo R$ 0,315359035 por ação ordinária e R$ 0,346894939 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 29 de janeiro de 2027.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao 1º semestre de 2026, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	12.080.064	
(-) Reserva legal	604.003	
Base de cálculo ajustada	**11.476.061**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	1.148.877	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	6.500.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	320.969	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.394.723)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2026	**6.575.123**	**57,29**
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2025	**5.817.433**	**51,59**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	R$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor provisionado/ pago bruto	IRRF (17,5%) (2)	Valor provisionado/ pago líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	1.148.877	201.053	947.824
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,585667	0,644233	6.500.000	1.137.500	5.362.500
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,028920	0,031812	320.969	56.170	264.799
Total acumulado em 30 de junho de 2026	**0,718086**	**0,789895**	**7.969.846**	**1.394.723**	**6.575.123**

Descrição	R$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor provisionado/ pago bruto	IRRF (15%)	Valor provisionado/ pago líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	1.149.939	172.491	977.448
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,477259	0,524985	5.300.000	795.000	4.505.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,035488	0,039037	394.100	59.115	334.985
Total acumulado em 30 de junho de 2025	**0,616246**	**0,677871**	**6.844.039**	**1.026.606**	**5.817.433**

(1) A serem pagos em 15 de setembro de 2026; e
(2) Aumento da alíquota a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme Lei Complementar nº 224/2025.

e) Ações em tesouraria

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 08 de maio de 2025 a 08 de novembro de 2026, até 106.584.881 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 30 de junho de 2026, permaneciam em tesouraria 10.650.000 ações ordinárias e 10.650.000 ações preferenciais, no montante de R$ 288.591 mil (2025 – R$ 168.625 mil em 31 de dezembro de 2025). O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R$ 10,65, R$ 12,14 e R$ 17,68 e por ação PN é de R$ 11,53, R$ 13,47 e R$ 20,40 respectivamente.

26) LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$ mil)	**5.865.612**	**5.557.881**
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$ mil)	**6.452.175**	**6.113.669**
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.293.865	5.298.224
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.278.135	5.282.494
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$)	1,11	1,05
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$)	1,22	1,16

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS

				R$ mil
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Receita de juros e similares				
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11.033.379	7.731.299	21.931.716	15.411.880
Empréstimos e adiantamentos a clientes:				
- Operações de crédito	33.757.935	28.974.021	65.680.880	56.528.785
- Operações de arrendamento mercantil	257.997	192.509	506.996	309.181
Ativos financeiros:				
- Ao valor justo por meio do resultado	13.167.893	10.663.503	27.937.285	24.742.606
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.021.807	3.915.354	8.364.775	6.917.364
- Ao custo amortizado	9.171.881	8.367.859	17.940.572	15.776.095
Depósitos compulsórios no Banco Central	3.165.420	2.876.464	6.313.882	5.459.037
Outras receitas financeiras de juros	36.763	7.328	60.552	12.606
Total	**75.613.075**	**62.728.337**	**148.736.658**	**125.157.554**
Despesa de juros e similares				
Recursos de instituições financeiras:				
- Depósitos interfinanceiros	(1.012.815)	(1.038.073)	(1.304.430)	(1.085.277)
- Captação no mercado aberto	(10.665.682)	(8.976.818)	(22.139.339)	(17.095.940)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(2.228.554)	(1.697.567)	(6.166.720)	(3.351.111)
Recursos de clientes:				
- Poupança	(2.290.650)	(2.259.556)	(4.368.412)	(4.444.678)
- A prazo	(13.330.927)	(11.208.516)	(26.733.556)	(21.205.727)
Recursos de emissão de títulos	(10.333.388)	(7.493.207)	(20.514.690)	(13.084.137)
Dívidas subordinadas	(2.167.052)	(2.195.662)	(4.267.970)	(4.158.713)
Passivos de contatos de seguros	(12.993.760)	(11.142.641)	(25.099.531)	(21.476.591)
Provisões técnicas de capitalização	(223.080)	(207.630)	(441.166)	(401.253)
Total	**(55.245.908)**	**(46.219.670)**	**(111.035.814)**	**(86.303.427)**
Resultado líquido de juros	**20.367.167**	**16.508.667**	**37.700.844**	**38.854.127**

28)RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

				R$ mil
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Resultado líquido de serviços e comissões				
Rendas de cartões	2.700.978	2.532.442	5.392.612	5.011.395
Contas correntes	1.626.876	1.675.588	3.197.086	3.362.135
Cobrança	303.152	344.805	612.464	691.233
Operações de crédito	593.443	697.052	1.230.462	1.294.273
Administração de fundos	380.606	352.569	739.570	682.262
Administração de consórcios	852.348	771.304	1.696.914	1.478.461
Serviços de custódia e corretagem	546.672	487.411	1.163.209	966.798
Mercado de capitais / Assessoria financeira	526.001	635.444	1.114.642	996.682
Arrecadações	111.154	85.757	213.351	181.707
Outras	268.038	150.152	429.644	369.122
Total	**7.909.268**	**7.732.524**	**15.789.954**	**15.034.068**

29)GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

				R$ mil
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	(887.086)	2.710.856	(914.154)	607.178
Instrumentos financeiros derivativos	1.503.686	432.793	2.246.305	1.191.244
Total	**616.600**	**3.143.649**	**1.332.151**	**1.798.422**

30)GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros, sendo substancialmente títulos de renda fixa.

31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira consiste, principalmente, em ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	R$ mil			
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Receita dos contratos PAA	14.471.577	13.189.142	28.732.681	26.216.029
Receita dos contratos BBA	1.946.657	1.852.515	3.844.418	3.611.816
Receita de Contratos VFA	4.445	5.838	9.555	7.836
Receita de seguros e previdência	**16.422.679**	**15.047.495**	**32.586.654**	**29.835.681**
Sinistros ocorridos	(11.021.397)	(10.137.428)	(21.259.137)	(19.588.613)
Custos de aquisição	(1.299.060)	(1.135.590)	(2.548.943)	(2.245.123)
Despesas administrativas	(973.440)	(937.509)	(1.852.015)	(1.792.051)
Contratos onerosos	(742.940)	649.516	(759.979)	(245.773)
Resultado de resseguros	(10.080)	(7.622)	(423)	(20.583)
Despesas de seguros e previdência	**(14.046.917)**	**(11.568.633)**	**(26.420.497)**	**(23.892.143)**
Resultado de seguros e previdência	**2.375.762**	**3.478.862**	**6.166.157**	**5.943.538**

33) DESPESAS DE PESSOAL

	R$ mil			
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Proventos	(3.373.176)	(3.110.700)	(6.671.492)	(6.127.222)
Benefícios	(1.219.985)	(1.261.419)	(2.442.486)	(2.544.173)
Encargos sociais	(1.034.225)	(1.034.648)	(2.051.160)	(2.132.075)
Participação dos empregados nos lucros	(548.558)	(520.953)	(1.110.858)	(977.182)
Treinamentos	(30.933)	(21.153)	(44.227)	(39.729)
Total	**(6.206.877)**	**(5.948.873)**	**(12.320.223)**	**(11.820.381)**

34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R$ mil			
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Serviços de terceiros	(1.060.465)	(854.066)	(2.030.130)	(2.179.339)
Comunicação	(166.546)	(163.675)	(320.124)	(315.355)
Processamento de dados	(950.270)	(650.978)	(1.846.888)	(1.280.094)
Propaganda, promoções e publicidade	(354.451)	(233.735)	(650.249)	(502.137)
Manutenção e conservação de bens	(252.378)	(313.866)	(493.764)	(611.945)
Sistema financeiro	(402.163)	(338.616)	(806.518)	(806.994)
Aluguéis	(23.207)	(26.104)	(49.500)	(51.035)
Segurança e vigilância	(109.737)	(118.486)	(222.220)	(241.780)
Transporte	(148.393)	(159.649)	(282.123)	(310.706)
Água, energia e gás	(66.638)	(72.247)	(139.438)	(151.090)
Materiais	(27.550)	(27.549)	(55.260)	(54.868)
Viagens	(56.760)	(40.004)	(99.054)	(73.807)
Outras	(486.506)	(364.497)	(998.296)	(924.533)
Total	**(4.105.064)**	**(3.363.472)**	**(7.993.564)**	**(7.503.683)**

35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	R$ mil			
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Despesa com amortização	(1.130.218)	(1.173.741)	(2.297.927)	(2.305.995)
Despesa com depreciação	(538.258)	(653.417)	(1.053.279)	(1.192.148)
Total	**(1.668.476)**	**(1.827.158)**	**(3.351.206)**	**(3.498.143)**

36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	R$ mil			
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Despesas tributárias	(2.208.642)	(2.062.636)	(4.345.036)	(4.136.415)
Despesas com provisões judiciais	(1.445.599)	(4.142.148)	(2.973.290)	(5.728.197)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido	33.298	(206.004)	85.137	77.192
Despesas com comercialização de cartões	(1.278.403)	(1.065.981)	(2.511.831)	(2.126.035)
Outras (1)	(180.487)	(43.539)	(1.611.007)	(956.100)
Total	**(5.079.833)**	**(7.520.308)**	**(11.356.027)**	**(12.869.555)**

(1) Composto, principalmente, por receitas e despesas operacionais cujos saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R$ mil			
	2° trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**7.337.228**	**4.329.404**	**15.167.326**	**10.392.322**
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	**(3.301.753)**	**(1.948.232)**	**(6.825.297)**	**(4.676.545)**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em coligadas e *joint ventures*	240.822	222.674	442.522	397.228
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	478.575	1.550.573	812.423	1.695.531
Juros sobre o capital próprio	1.807.003	1.615.423	3.586.430	3.079.818
Outros valores (1)	683.933	369.423	(707.051)	926.573
Imposto de renda e contribuição social do período (2)	**(91.420)**	**1.809.861**	**(2.690.973)**	**1.422.605**

(1) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; (ii) baixa de prejuízo fiscal e base negativa para liquidação de débitos pelo benefício da Lei 14.689/23 (Lei do Voto de Qualidade) no montante de R$ 1.780.614 mil (nota 22c) e (iii) as deduções incentivadas; e
(2) Em 30 de junho de 2026, a despesa de IRPJ e CSLL é composta por R$ (5.252.463) mil de tributos correntes (2025 - R$ (4.271.404) mil) e -R$ (7.943.436) mil de tributos diferidos (2025 R$ 5.694.009 mil).

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30 de junho de 2026**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	81.719.902	4.863.822	(8.856.938)	77.726.786
Provisões cíveis	2.987.706	193.155	(197.691)	2.983.170
Provisões fiscais	2.714.477	146.589	(26.103)	2.834.963
Provisões trabalhistas	1.943.850	123.254	(116.811)	1.950.293
Ativos não financeiros mantidos para venda	640.225	149.667	(246.304)	543.588
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Derivativos	34.105	1.238	(21.883)	13.460
Outros	6.407.842	1.820.928	(1.514.340)	6.714.430
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**96.448.107**	**7.298.653**	**(10.980.070)**	**92.766.690**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.682.204	1.318.024	(3.912.456)	16.087.772
Subtotal	**115.130.311**	**8.616.677**	**(14.892.526)**	**108.854.462**
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos em VJORA	1.592.382	659.523	(342.456)	1.909.449
Total dos créditos tributários (1)	**116.722.693**	**9.276.200**	**(15.234.982)**	**110.763.911**
Obrigações fiscais diferidas (1)	7.381.018	2.071.654	(404.067)	9.048.605
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	**109.341.675**	**7.204.546**	**(14.830.915)**	**101.715.306**

	R$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30 de junho de 2025**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.073.481	15.285.988	(11.445.698)	74.913.771
Provisões cíveis	3.427.730	252.717	(491.526)	3.188.921
Provisões fiscais	3.428.498	709.601	(672.346)	3.465.753
Provisões trabalhistas	1.165.970	591.631	(37.797)	1.719.804
Ativos não financeiros mantidos para venda	699.334	131.437	(151.395)	679.376
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	15.813	250.642	(3.428)	263.027
Outros	6.276.457	2.507.588	(2.419.447)	6.364.598
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**86.087.283**	**19.729.604**	**(15.221.637)**	**90.595.250**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.755.350	2.644.494	(405.389)	20.994.455
Subtotal	**104.842.633**	**22.374.098**	**(15.627.026)**	**111.589.705**
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.356.352	97.434	(948.994)	1.504.792
Total dos créditos tributários (1)	**107.198.985**	**22.471.532**	**(16.576.020)**	**113.094.497**
Obrigações fiscais diferidas (1)	7.055.108	1.572.572	(519.509)	8.108.171
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	**100.143.877**	**20.898.960**	**(16.056.511)**	**104.986.326**

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2026 foi de R$ (6.724.792) mil (2025 - R$ (6.227.602) mil).

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 30 de junho de 2026 - R$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	4.251.536	3.314.349	108.202	30.245	7.704.332
2027	8.622.994	6.819.791	166.215	61.217	15.670.217
2028	7.230.795	5.725.456	292.357	161.183	13.409.791
2029	6.509.172	5.159.273	581.094	391.988	12.641.527
2030	5.754.728	4.440.812	1.075.959	792.443	12.063.942
2031	4.271.013	3.341.820	1.631.994	1.238.932	10.483.759
2032	3.766.041	2.968.502	2.091.428	1.579.736	10.405.707
2033	3.539.867	2.797.682	2.397.934	1.861.487	10.596.970
2034	3.659.732	2.839.010	356.687	1.006.396	7.861.825
2035	4.350.055	3.404.062	142.274	120.001	8.016.392
Total	**51.955.933**	**40.810.757**	**8.844.144**	**7.243.628**	**108.854.462**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

d) Impostos diferidos passivos

	R$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 30 de junho de 2026
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	474.115	833.994	(163.158)	1.144.951
Superveniência de depreciação	1.055.737	215.079	-	1.270.816
Atualização de depósitos judiciais	2.222.169	174.148	(26.940)	2.369.377
Outros	3.628.997	848.433	(213.969)	4.263.461
Total dos impostos diferidos	**7.381.018**	**2.071.654**	**(404.067)**	**9.048.605**

	R$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 30 de junho de 2025
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	443.139	376.264	(205.831)	613.572
Superveniência de depreciação	726.203	200.157	-	926.360
Atualização de depósitos judiciais	2.008.528	135.724	(41.027)	2.103.225
Outros	3.877.238	860.427	(272.651)	4.465.014
Total dos impostos diferidos	**7.055.108**	**1.572.572**	**(519.509)**	**8.108.171**

e) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026			Em 30 de junho de 2025		
	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.495.573)	1.059.375	(1.436.198)	2.167.580	(874.227)	1.293.353
Conversão de subsidiária no exterior	(261.467)	117.660	(143.807)	(450.916)	202.912	(248.004)
Contratos de seguros	363.195	(144.866)	218.329	(9.391)	4.226	(5.165)
Outros	15	(7)	8	(1.349)	607	(742)
Total	**(2.393.830)**	**1.032.162**	**(1.361.668)**	**1.705.924**	**(666.482)**	**1.039.442**

38)SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, Previdência Complementar e Capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações contábeis, que inclui a consolidação proporcional das coligadas e *joint ventures* e a não consolidação de fundos exclusivos. Desta forma, as informações dos segmentos demonstradas nas tabelas a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de Seguros, Previdência Complementar e de Capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, Planos de Previdência Complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, possuímos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma agência em Londres, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Europa S.A. (Luxemburgo), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong), Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México) e o Bradesco Bank.

Nenhuma receita de transações com um único cliente ou contraparte atingiu 10% da receita da Organização nos períodos findos em 2026 e 2025.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

	Em 30 de junho de 2026 - R$ mil								
	Atividade Bancária	**Seguros, Previdência e Capitalização**	**Outras Atividades**	**Eliminações**	**DRE Gerencial**	**Empresas Proporcionais (1)**	**Ajustes de Consolidação (2)**	**Ajustes (3)**	**DRE Contábil IFRS**
Receitas da intermediação financeira (4)	134.696.419	4.717.608	188.454	(159.885)	139.442.596	(2.015.533)	(1.997.312)	19.779.849	155.209.600
Despesas da intermediação financeira	(90.063.681)	(1.121)	-	226.006	(89.838.796)	803.490	3.546.888	(25.547.396)	(111.035.814)
Margem financeira	**44.632.738**	**4.716.487**	**188.454**	**66.121**	**49.603.800**	**(1.212.043)**	**1.549.576**	**(5.767.547)**	**44.173.786**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(21.308.992)	-	-	-	(21.308.992)	314.376	-	4.069.683	(16.924.933)
Resultado bruto da intermediação financeira	**23.323.746**	**4.716.487**	**188.454**	**66.121**	**28.294.808**	**(897.667)**	**1.549.576**	**(1.697.864)**	**27.248.853**
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	7.806.192	-	19.048	7.825.240	-	-	(1.293.032)	6.532.208
Receitas de prestação de serviços	19.688.154	1.076.048	70.685	(53.814)	20.781.073	(3.632.372)	(1.350.419)	(8.328)	15.789.954
Despesas de pessoal/administrativas (5)	(23.046.856)	(2.701.494)	(113.786)	150.181	(25.711.955)	1.274.259	(140.731)	913.434	(23.664.993)
Despesas tributárias	(3.876.539)	(807.008)	(16.334)	-	(4.699.881)	343.016	-	11.829	(4.345.036)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	(913.546)	1.153.595	-	-	240.049	742.496	-	837	983.382
IR/CS e Outras receitas/despesas	(8.852.285)	(5.539.537)	(75.912)	(181.536)	(14.649.270)	2.170.268	(58.426)	2.469.413	(10.068.015)
Lucro líquido em 30 de junho de 2026	**6.322.674**	**5.704.283**	**53.107**	**-**	**12.080.064**	**-**	**-**	**396.289**	**12.476.353**
Total do ativo	**2.142.885.260**	**529.210.218**	**3.124.787**	**(168.545.316)**	**2.506.674.949**	**(24.886.042)**	**(50.179.458)**	**37.217.101**	**2.468.826.550**
Investimentos em coligadas e *joint ventures*	**88.276.645**	**6.549.551**	**27.595**	**(88.122.468)**	**6.731.323**	**7.988.592**	**-**	**(64.156)**	**14.655.759**
Total do passivo	**1.925.342.389**	**481.182.955**	**231.895**	**(80.422.848)**	**2.326.334.391**	**(24.886.042)**	**(50.179.458)**	**34.821.068**	**2.286.089.959**

(1) Referem-se a: ajustes de exclusão dos efeitos da consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, etc.);
(2) Ajustes de consolidação de fundos exclusivos;
(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, combinação de negócios e contratos de seguros;
(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e
(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

	Em 30 de junho de 2025 - R$ mil								
	Atividade Bancária	**Seguros, Previdência e Capitalização**	**Outras Atividades**	**Eliminações**	**DRE Gerencial**	**Empresas Proporcionais (1)**	**Ajustes de Consolidação (2)**	**Ajustes (3)**	**DRE Contábil IFRS**
Receitas da intermediação financeira (4)	107.717.709	4.068.422	162.421	(111.844)	111.836.708	(1.679.609)	(2.443.524)	17.736.160	125.449.735
Despesas da intermediação financeira	(68.442.434)	(18.430)	-	182.140	(68.278.724)	733.337	4.043.726	(22.801.766)	(86.303.427)
Margem financeira	**39.275.275**	**4.049.992**	**162.421**	**70.296**	**43.557.984**	**(946.272)**	**1.600.202**	**(5.065.606)**	**39.146.308**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(17.383.597)	-	-	-	(17.383.597)	260.172	-	2.200.867	(14.922.558)
Resultado bruto da intermediação financeira	**21.891.678**	**4.049.992**	**162.421**	**70.296**	**26.174.387**	**(686.100)**	**1.600.202**	**(2.864.739)**	**24.223.750**
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	6.940.987	-	15.198	6.956.185	-	-	(778.629)	6.177.556
Receitas de prestação de serviços	19.073.014	968.165	72.201	(63.544)	20.049.836	(3.813.277)	(1.197.070)	(5.421)	15.034.068
Despesas de pessoal/administrativas (5)	(22.099.273)	(2.432.207)	(62.516)	138.025	(24.455.971)	1.095.419	(208.514)	746.859	(22.822.207)
Despesas tributárias	(3.826.621)	(808.615)	(9.680)	-	(4.644.916)	490.743	-	17.758	(4.136.415)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	(86.797)	268.157	-	-	181.360	700.918	-	450	882.728
IR/CS e Outras receitas/despesas	(7.812.068)	(4.288.787)	(131.134)	(159.975)	(12.391.964)	2.212.297	(194.618)	2.829.732	(7.544.553)
Lucro líquido em 30 de junho de 2025	**7.139.933**	**4.697.692**	**31.292**	**-**	**11.868.917**	**-**	**-**	**(53.990)**	**11.814.927**
Total do ativo	**1.848.008.766**	**481.999.823**	**2.833.197**	**(135.885.433)**	**2.196.956.353**	**(35.779.583)**	**(47.139.066)**	**33.532.385**	**2.147.570.089**
Investimentos em coligadas e *joint venture*	**79.987.647**	**5.397.332**	**20.043**	**(79.455.038)**	**5.949.984**	**6.410.693**	**-**	**(41.439)**	**12.319.238**
Total do passivo	**1.639.518.135**	**442.216.163**	**85.322**	**(56.430.395)**	**2.025.389.225**	**(35.779.583)**	**(47.139.066)**	**30.557.324**	**1.973.027.900**

(1) Referem-se a: ajustes de exclusão dos efeitos da consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, etc.);
(2) Ajustes de consolidação de fundos exclusivos;
(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, combinação de negócios e contratos de seguros;
(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e
(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Adicionalmente, em atendimento ao disposto no artigo 11 da Resolução CMN nº 4.818, destacam-se, conforme apresentado no quadro e na nota (3) acima, os ajustes decorrentes das diferenças entre os critérios, procedimentos e regras utilizados para a elaboração dos segmentos operacionais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen e as IFRS *Accounting Standards* emitidas pelo IASB. Os principais ajustes no patrimônio líquido e resultado respectivamente são: (i) perdas esperadas de ativos financeiros – R$ 670 milhões (2025 – R$ 636 milhões) – R$ 34 milhões (2025 – R$ (334) milhões); (ii) outros – R$ (1.539) milhões (2025 – R$ (1.079) milhões) – R$ (2) milhões (2025 – R$ 4 milhões); (iii) contratos de seguro – R$ 1.876 milhões (2025 – R$ 1.663 milhões) – R$ 118 milhões (2025 – R$ 88 milhões); e (iv) combinação de negócios - R$ 5.044 milhões (2025 – R$ 4.956 milhões) – R$ 88 milhões (2025 – R$ 44 milhões).

39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo								
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	15.508	15.086	-	-	15.508	15.086
Empréstimos e adiantamentos a clientes e outros ativos	9	11	5.401.731	4.515.700	244.577	185.425	5.646.317	4.701.136
Passivo								
Recursos de clientes e instituições financeiras	9.941.402	5.434.015	734.681	1.171.315	399.668	400.505	11.075.751	7.005.835
Recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas	28.525.560	28.982.300	-	-	922.414	912.486	29.447.974	29.894.786
Outros passivos (4)	3.383.110	3.171.676	13.357.968	13.786.032	2.426	1.991	16.743.504	16.959.699

	Acumulado em 30 de junho - R$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Resultado								
Resultado líquido de juros	(2.473.788)	(1.965.282)	53.382	(222.245)	(81.108)	(110.862)	(2.501.514)	(2.298.389)
Receita de prestação de serviços	63	80	247.195	209.312	188	191	247.446	209.583
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	102.197	98.601	(1.807.367)	(1.357.416)	(9.258)	(36.664)	(1.714.428)	(1.295.479)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;
(2) Empresas relacionadas na Nota 13;
(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria; e
(4) Inclui juros sobre capital próprio.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

- A verba destinada a custear Planos de Previdência complementar dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2026, foi determinado o valor máximo de R$ 1.534.560 mil (2025 – R$ 1.183.531 mil) para remuneração dos Administradores e de R$ 63.506 mil (2025 – R$ 53.824 mil) para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A e/ou ações de emissão da BBD Participações S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

				R$ mil
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025	2026	2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	405.025	292.982	728.805	569.998
Pós Emprego - Planos de previdência	15.872	11.944	28.999	25.895
Total	**420.897**	**304.926**	**757.804**	**595.893**

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto, diretamente, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ações ordinárias	0,32%	0,32%
Ações preferenciais	1,05%	1,05%
Total de ações (1)	**0,69%**	**0,69%**

(1) Em 30 de junho de 2026, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,30% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,69% do total de ações (em 31 de dezembro de 2025 - 2,10% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,59% do total de ações).

40) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Escopo do Gerenciamento de Riscos

Gerenciar riscos é uma das prioridades da Organização e, para tanto, os procedimentos estabelecidos são baseados nas melhores práticas de mercado e aculturamento contínuo, de forma a manter os riscos em níveis aceitáveis.

Este gerenciamento permite o atingimento dos objetivos estratégicos, perenidade dos negócios, tempestividade e eficácia na decisão de alocação de recursos, além de preparar a Organização para enfrentar mudanças repentinas no cenário econômico, regulatório ou tecnológico.

O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro[1] sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos. Os principais riscos acompanhados pela Organização são: solvência, liquidez, crédito, mercado, social, ambiental, climático, modelo, operacional, estratégia, contágio, segurança cibernética, inteligência artificial, compliance e reputacional.

Declaração de Apetite a Riscos (RAS)

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS) é um importante instrumento para reforçar a disseminação da cultura de risco da Organização.

A Declaração de Apetite a Riscos é revisada no mínimo anualmente[2], pelo Conselho de Administração, sendo o apetite a riscos monitorado em consonância com a periodicidade dos indicadores, permitindo a revisão das exposições aos riscos, sempre que necessário por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

O acompanhamento do apetite se dá por meio de monitoramento dos indicadores estabelecidos, através de processos efetivos de controles, em que os gestores são informados quanto às exposições a riscos e a respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é realizado por meio de sistema de alertas, o que facilita a comunicação e destaca as eventuais exceções, que requerem medidas de adequação, permeando todas as esferas

[1] Inclui o escopo regulamentar do Conglomerado Prudencial e demais empresas do Consolidado.
[2] O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

da Organização, apoiando a Alta Administração na avaliação se os resultados estão coesos com o apetite a riscos.

Dimensões do Apetite a Riscos

Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, a Organização estabeleceu abordagens de controles, observando as principais dimensões globais: Solvência, Liquidez, Rentabilidade, Crédito, Mercado, Operacional, Segurança Cibernética, Reputação, Modelo e Riscos Qualitativos.

Estrutura de gerenciamento de risco e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e áreas que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Executivo de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

Dentre os fóruns de governança relacionados ao tema, destacam-se:

- **Conselho de Administração** aprova e revisa as estratégias de gerenciamento de riscos, políticas e estruturas de gerenciamento dos riscos e do capital, incluindo o apetite e os limites de exposição por tipos de riscos, bem como o programa de testes de estresse, seus resultados e os cenários e premissas aplicados;
- **Comitê de Riscos** tem a atribuição de avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital;
- **Comitê de Integridade e Conduta Ética** tem por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização, corporativo e setoriais, e das regras de condutas relacionadas aos temas de integridade, anticorrupção e concorrencial, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade;
- **Comitê de Auditoria** revisa a integridade das demonstrações financeiras e recomenda à Diretoria Executiva correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC**, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos

A metodologia Corporativa de Gerenciamento de Riscos e Controles está alinhada com os principais Frameworks internacionais de gestão de riscos, permitindo que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados.

Face à complexidade dos produtos e serviços ofertados e do perfil das atividades da Organização, faz-se necessário o estabelecimento de estrutura robusta de gestão de riscos. Neste contexto, a atuação é realizada por meio do Modelo de Três Linhas, de forma

que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:

- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;

- **Segunda linha**, representada pelas áreas de monitoramento, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou acompanhamento dos controles da primeira linha, além da validação independente de modelos.

- **Terceira linha**, representada pela área de Auditoria Interna Global, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com um programa de testes de estresse definido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição.

Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização, sendo utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos.

Os resultados dos testes de estresse são insumos para avaliação dos níveis de capital e de liquidez da instituição, para a elaboração dos respectivos planos de contingência, para a avaliação da adequação de capital e para o plano de recuperação e saída organizada.

Da mesma forma, os resultados são considerados nas decisões relativas as diretrizes estratégicas, na definição dos níveis e limites de apetite a riscos aplicados ao gerenciamento de riscos e de capital, assim como na definição de ações de governança com o objetivo de mitigação dos riscos identificados, alinhando-os ao apetite a riscos da Organização.

No Programa de Testes de Estresse os cenários e resultados são validados pelo COGIRAC, avaliados pelo Comitê de Riscos e deliberados pelo Conselho de Administração, que também é o responsável pela aprovação do programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

40.1. Gerenciamento de capital

A Organização exerce a gestão de capital abrangendo as áreas de controle e de negócios, conforme as diretrizes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Sua estrutura de governança é composta por Comissões e Comitês, com o Conselho de Administração como órgão máximo.

A Organização possui uma estrutura dedicada ao cumprimento das determinações do Banco Central do Brasil relacionadas ao gerenciamento de capital. Além disso, fornece à

Alta Administração análises e projeções sobre a disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem para o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

Processo corporativo de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.

A Organização adota uma postura prospectiva de três anos ao elaborar o seu plano de capital, antecipando suas necessidades e estabelecendo procedimentos e ações de contingência para cenários adversos. Isso leva em consideração possíveis mudanças nas condições regulatórias, econômicas e de negócios em que atua.

Para assegurar uma composição sólida de capital que apoie o desenvolvimento de suas atividades e garanta a adequada cobertura dos riscos incorridos, a Organização realiza um acompanhamento periódico das projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (buffer), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do buffer gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada pela apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal.

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR), Índices de Capital e Liquidez

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R$ mil	
	Basileia III	
	Em 30 de junho de 2026 (1)	Em 31 de dezembro de 2025
	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital Principal	134.657.831	124.320.006
Nível I	153.331.777	145.844.118
Patrimônio de Referência - PR	185.665.639	174.968.754
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	1.193.428.980	1.108.961.848
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	11,3%	11,2%
Índice de Nível I	12,8%	13,2%
Índice de Basileia	15,5%	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,5%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,0%	0,0%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%	1,0%
ACP total (2)	3,5%	3,5%
Margem excedente de Capital Principal	3,3%	3,2%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	2.259.417.567	2.141.573.090
RA	6,8%	6,8%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	254.271.122	253.255.892
Total de saídas líquidas de caixa	170.337.696	160.033.728
LCR	149,3%	158,3%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.141.719.488	1.136.032.540
Recursos estáveis requeridos (RSF)	947.130.624	925.369.687
NSFR	120,5%	122,8%

(1) Não inclui a totalidade dos efeitos da transação da Bradsaúde S.A.; e
(2) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

40.2. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse *Bottom-Up*). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e as Áreas Econômicas, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

A partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado para a Abordagem SA-CCR (*Standardized Approach for Counterparty Credit Risk*), seguindo o Anexo I da Resolução BCB nº 229/22.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

Concessão de crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade da Área de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento da Área de Crédito.

Os Comitês de Crédito, por sua vez, têm por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer da Área de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao CEO para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, pode ser citada a Governança de Alçadas de Concessão e de Reestruturação de Crédito, as quais, dependendo do montante da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação nos níveis do CEO ou Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e reestruturação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor de Atividade Econômica e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, também foram estabelecidos no apetite a riscos indicadores de qualidade de novos créditos, nível de inadimplência e de ativos problemáticos e despesa de provisão para perdas esperadas.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.945/21 e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos "Princípios do Equador", conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas é distribuída em grupos homogêneos de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 para fins de constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, características do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, valor do crédito contratado, dentre outras características da operação.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito tem seu controle e acompanhamento corporativo realizado por área independente, que calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Esta área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

Além disso, acompanha todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e reestruturação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco,

inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (exposição, inadimplência, estágio, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e

- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar à complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R$ mil			
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor bruto	Perda esperada	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	136.716.988	-	137.031.197	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6)	583.097.729	(3.531.001)	551.306.606	(3.516.837)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	141.136.732	(10.579)	138.998.105	(22.357)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 10)	255.240.463	(26.925)	235.485.067	(13)
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 11)	820.566.941	(46.501.122)	791.468.154	(47.011.092)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	281.684.810	(4.710.934)	263.111.062	(3.564.491)
Outros ativos financeiros (Nota 16)	94.079.508	-	73.426.822	-
Compromissos de valores de crédito a liberar - *off balance* (Nota 11 e 24)	363.924.389	(1.903.251)	358.376.828	(1.815.386)
Beneficiários e garantias prestadas - *off balance* (Nota 11 e 24)	130.326.580	(1.337.481)	125.119.738	(1.266.804)
Total da exposição	**2.806.774.140**	**(58.021.293)**	**2.674.323.579**	**(57.196.980)**

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Concentração do risco de crédito

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Maior devedor	0,5%	0,5%
Dez maiores devedores	3,1%	3,5%
Vinte maiores devedores	4,8%	5,4%
Cinquenta maiores devedores	8,1%	8,7%
Cem maiores devedores	11,1%	11,5%

Por setor de atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	R$ mil			
	Em 30 de junho de 2026	%	Em 31 de dezembro de 2025	%
Setor público	**10.805.844**	**1,3**	**9.695.176**	**1,2**
Setor privado	**809.761.097**	**98,7**	**781.772.978**	**98,8**
Total	**820.566.941**	**100,0**	**791.468.154**	**100,0**
Pessoa jurídica	**365.841.598**	**44,6**	**350.445.791**	**44,3**
Atividades imobiliárias e construção	26.064.597	3,2	25.188.642	3,2
Varejo	38.501.648	4,7	41.304.495	5,2
Serviços	124.199.889	15,1	115.073.789	14,5
Transportes e concessão	29.107.446	3,5	28.635.592	3,6
Automobilística	7.607.635	0,9	7.228.928	0,9
Alimentícia	16.545.228	2,0	15.258.682	1,9
Atacado	22.892.544	2,8	20.564.676	2,6
Energia elétrica	7.618.263	0,9	10.541.406	1,3
Petróleo, derivados e atividades agregadas	5.462.941	0,7	5.568.769	0,7
Demais setores	87.841.407	10,7	81.080.812	10,2
Pessoa física	**454.725.343**	**55,4**	**441.022.363**	**55,7**

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (*netting*). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

No quadro abaixo está demonstrado o valor justo das garantias nas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes.

	R$ mil			
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia
Pessoa Jurídica	**365.841.598**	**280.768.546**	**350.445.791**	**248.842.209**
Estágio 1	328.168.201	257.191.434	315.701.697	225.184.657
Estágio 2	15.391.134	11.375.112	11.609.479	8.416.815
Estágio 3	22.282.263	12.202.000	23.134.615	15.240.737
Pessoa Física	**454.725.343**	**455.853.293**	**441.022.363**	**417.170.096**
Estágio 1	390.656.287	414.170.284	381.759.894	380.871.896
Estágio 2	28.465.783	25.189.032	25.431.262	21.377.870
Estágio 3	35.603.273	16.493.977	33.831.207	14.920.330
Total	**820.566.941**	**736.621.839**	**791.468.154**	**666.012.305**

(1) Do saldo contábil total de operações de crédito R$ 329.780.165 mil (Em 31 de dezembro 2025 - R$ 324.425.508 mil) referem-se a operações sem garantias.

40.3. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de

exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 4.557/17, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos;
- *Hedge*.

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado da Carteira *Trading* são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);

- Resultado; e
- Exposição Financeira / Concentração.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - ΔEVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - ΔNII (*Net Interest Income*).

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pelas áreas especialistas e avaliados pela Comissão de Risco de Mercado e Liquidez da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e

consequentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o ΔEVE.

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação do resultado de intermediação financeira em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o Delta NII.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados para aprovação de acordo com a governança estabelecida, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das bolsas de valores, mercadorias e futuros e mercados secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg, Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos, Serviços e Parcerias e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- Comprometimento: a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de

mercado dos instrumentos financeiros;

- Frequência: os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- Formalismo: a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- Consistência: o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização;
- Transparência: assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente que, diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, neste fórum, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo os mesmos revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer um destes limites, a diretoria da área de negócio responsável pela posição e o COGIRAC são informados tempestivamente sobre o consumo do limite, para a tomada de decisão. Havendo necessidade de aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para deliberação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

Comunicação interna

A Área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

***Hedge* e utilização de derivativos**

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pela área de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pela área de Tesouraria da Organização devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;

- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

O Bradesco mantém *hedges* de fluxo de caixa, vide maiores detalhes na nota 7.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

A área de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas têm o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Nesta seção, são apresentados as evoluções da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting* e a análise de estresse.

Exposição financeira – Carteira _Trading_ (Valor Justo)

Fatores de Riscos				R$ mil
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	59.627.623	39.886.845	76.704.911	38.242.679
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	31.790.145	15.055.918	12.020.758	10.982.367
Cupom cambial	1.117.632	79.956	341.370	-
Moedas estrangeiras	10.571.201	10.398.803	9.035.717	8.638.662
Renda variável	27.433.857	27.417.827	24.558.158	24.644.617
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	14.412.945	15.267.633	22.300.246	20.512.300
Outros	4.782.704	2.367.262	10.799.051	128.243
Total	**149.736.107**	**110.474.244**	**155.760.211**	**103.148.868**

VaR Modelo Interno – Carteira _Trading_

O VaR da Carteira *Trading*, líquido de efeitos fiscais e com o horizonte de 1 dia, foi de R$ 21.103 mil, no final do segundo trimestre de 2026 tendo o fator de risco IGP-M / IPCA como a maior participação no risco da Carteira.

Fatores de Riscos	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Prefixado	5.613	8.265
IGP-M / IPCA	12.134	6.902
Cupom cambial	273	67
Moedas estrangeiras	2.483	4.031
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	2.727	7.055
Renda variável	1.950	1.940
Outros	6.041	1.378
Efeito correlação/diversificação	(10.118)	(14.825)
VaR no final do ano	**21.103**	**14.813**
VaR médio no ano	26.935	26.386
VaR mínimo no ano	13.666	9.836
VaR máximo no ano	53.203	61.733

VaR Modelo Interno – Carteira Regulatória

O capital é calculado pelo modelo VaR Delta-Normal com base na Carteira Regulatória, composta pela Carteira *Trading* e as exposições Cambial e de *Commodities* da Carteira *Banking*. Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opção adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório[1] (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo. Os valores de VaR e VaR Estressado demonstrados a seguir são para o horizonte de dez dias e estão líquidos de efeitos fiscais.

Fatores de Riscos	R$ mil			
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado
Taxa de juros	50.273	135.121	45.660	56.835
Taxa de câmbio	25.646	23.535	16.876	31.998
Preço de mercadoria (*Commodities*)	800	1.076	13.284	76.852
Preço de ações	14.260	15.137	7.697	18.547
Efeito correlação/diversificação	(27.656)	(28.794)	(36.598)	(79.430)
VaR no final do ano	**63.323**	**146.075**	**46.919**	**104.802**
			-	
VaR médio no ano	80.346	135.014	76.840	95.545
VaR mínimo no ano	40.579	92.626	33.671	26.010
VaR máximo no ano	157.515	241.941	195.304	243.961

Obs.: VaR para o horizonte de 10 dias e líquidos de efeitos fiscais.

Para efeito da apuração da necessidade de capital regulamentar, segundo o modelo interno, deve-se levar em consideração as regras descritas nas Circulares no 3.646/13 e 3.674/13 do Banco Central do Brasil, como o uso do VaR e do VaR Estressado sem efeitos fiscais, da média dos últimos 60 dias e seu multiplicador.

VaR Modelo Interno – *Backtesting*

A metodologia de risco aplicada é avaliada, continuamente, através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1

[1] É adotado o máximo entre o período de manutenção (*holding period)* da carteira e 10 dias, que é o horizonte regulatório mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

dia e o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, e o resultado efetivo, aqui considerando também a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados para o nível de confiança estabelecido. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

Os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis, superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% quatro vezes na visão hipotética e quatro vezes na visão efetiva, em junho/26. Em dezembro/25 os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% duas vezes na visão hipotética e três vezes na visão efetiva.

De acordo com o documento publicado pelo *Basel Committee on Banking Supervision*[2], os rompimentos seriam classificados como "Má-sorte ou os mercados se moveram de forma não prevista pelo modelo", ou seja, a volatilidade foi, significativamente, maior do que o esperado e/ou as correlações foram diferentes daquelas assumidas pelo modelo.

Análise de Estresse – Carteira *Trading*

A Organização avalia, também, diariamente, os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis, com limite estabelecido no processo de governança. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco e os valores líquidos de efeitos fiscais.

	R$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	**Em 31 de dezembro de 2025**
No final do ano	193.984	191.803
Médio do ano	257.913	143.694
Mínimo do ano	148.477	51.893
Máximo do ano	437.874	354.628

Obs.: Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

A metodologia de sensibilidade foi aperfeiçoada a partir do trimestre junho/26 para considerar movimentos de alta e de baixa nos fatores de risco, com reporte do impacto

[2] O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia é uma organização que congrega autoridades de supervisão bancária, visando a fortalecer a solidez dos sistemas financeiros.

de maior perda observada. Anteriormente, os testes consideravam apenas movimentos em uma única direção para cada fator de risco.

Cenário 1: Aplicação de choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços, tanto de crescimento quando de queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

Cenário 2: Aplicação de choques de 25%, tanto de crescimento quando de queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

Cenário 3: Aplicação de choques de 50%, tanto de crescimento quando de queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

		R$ mil					
		Carteira *Trading* (1)					
		Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(276)	(89.071)	(172.927)	(318)	(102.871)	(195.792)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(394)	(113.125)	(237.039)	(294)	(54.032)	(102.722)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(26)	(3.521)	(6.973)	(2)	(347)	(688)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(948)	(23.705)	(47.409)	(2.184)	(54.595)	(109.190)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(88)	(2.204)	(4.408)	476	11.888	23.776
Soberanos/ *Eurobonds e Treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(133)	(12.119)	(24.767)	83	6.687	13.058
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(48)	(1.211)	(2.422)	(13)	(320)	(640)
Total sem correlação dos fatores de risco		**(1.914)**	**(244.957)**	**(495.944)**	**(2.252)**	**(193.590)**	**(372.198)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 340 bps e 660 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2026 (Dez/2025 - os valores foram de aproximadamente 335 bps e 651 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Demonstramos também, abaixo, a Análise de sensibilidade das Carteiras *Trading* e *Banking*.

		R$ mil					
		Carteira *Trading* e *Banking* (1)					
		Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14.497)	(4.928.377)	(9.572.007)	(10.533)	(3.584.634)	(7.069.069)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(16.922)	(2.818.081)	(4.981.888)	(17.802)	(2.747.631)	(4.869.645)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2.225)	(301.121)	(582.096)	(1.899)	(231.410)	(447.013)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(3.399)	(84.964)	(169.929)	(4.244)	(106.104)	(212.207)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(43.144)	(1.078.604)	(2.157.209)	(35.194)	(879.844)	(1.759.689)
Soberanos/ *Eurobonds e Treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.917)	(181.994)	(347.158)	2.442	239.377	465.818
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(45)	(1.114)	(2.229)	935	23.368	46.735
Total sem correlação dos fatores de risco		**(82.149)**	**(9.394.255)**	**(17.812.516)**	**(66.295)**	**(7.286.878)**	**(13.845.070)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 343 bps e 670 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2026 (Dez/2025 - os valores foram de aproximadamente 335 bps e 653 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Risco de mercado - Seguros

No item 40.6 Risco de seguros/subscrição, apresenta-se a análise de sensibilidade referente à taxa de desconto aplicada no cálculo do valor presente das obrigações futuras. Os efeitos dessa sensibilidade sobre os passivos de seguros estão diretamente vinculados à Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ), a qual sofre variações em função das taxas de juros e da inflação. Nesse contexto, seria possível sua inclusão no presente item. Todavia, considerando que tal sensibilidade impacta diretamente a mensuração do passivo atuarial, compreende-se que sua apresentação é mais adequada no item 40.6 Risco de seguros/subscrição, uma vez que este já contempla as demais análises de sensibilidade relacionadas ao passivo.

40.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle e acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no framework de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte);
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais

estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação;
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre as áreas quanto entre as diversas camadas da governança interna são feitas por meio de relatórios internos, comitês e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática intraday dos relatórios de liquidez para a adequada gestão da área de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;

- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte;
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros e contratos de seguros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos e contratos de seguros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

							R$ mil
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 30 de junho de 2026	Total em 31 de dezembro de 2025
Recursos de instituições financeiras	272.056.407	21.396.358	35.382.094	27.704.468	5.319.272	361.858.599	349.235.606
Recursos de clientes	183.265.336	26.011.055	127.436.334	338.694.619	637.246	676.044.590	661.915.604
Recursos de emissão de títulos	3.991.214	19.373.231	70.102.420	236.378.439	7.886.243	337.731.547	308.394.880
Dívidas subordinadas	282.882	1.504.849	295.192	10.245.971	93.794.560	106.123.454	98.303.398
Passivos de contratos de seguros	624.996.783	14.160.986	8.202.866	32.120.536	106.285.019	785.766.190	697.092.959
Outros passivos financeiros (1)	80.374.414	43.769.985	12.423.101	7.091.466	79.759	143.738.725	117.391.205
Total do passivo em 30 de junho de 2026	**1.164.967.036**	**126.216.464**	**253.842.007**	**652.235.499**	**214.002.099**	**2.411.263.105**	
Total do passivo em 31 de dezembro de 2025	**1.078.766.620**	**111.041.485**	**258.791.885**	**598.426.357**	**185.307.305**		**2.232.333.652**

(1) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* e planos de capitalização.

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que esses depósitos serão sacados imediatamente.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- Derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- Derivativos de taxas de juros - *swaps* de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data da apresentação até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

							R$ mil
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total em 30 de junho de 2026**	**Total em 31 de dezembro de 2025**
Diferencial de *swap* a pagar	1.100.818	50.326	1.011.448	1.569.354	20.040.180	23.772.126	15.970.069
Termo de moedas/outros	19.728.134	818.874	1.982.319	411.277	-	22.940.604	7.318.796
• Obrigações por compra a termo	11.910.100	463.580	1.010.293	227.946	-	13.611.919	4.507.343
• Obrigações por venda a termo	7.818.034	355.294	972.026	183.331	-	9.328.685	2.811.453
Prêmio de opções lançadas	720.567	92.771	109.094	2.007.446	40.720	2.970.598	2.633.477
Outros	2.232.355	504.242	1.051.079	406.588	-	4.194.264	3.330.429
Total de derivativos passivos em 30 de junho de 2026	**23.781.874**	**1.466.213**	**4.153.940**	**4.394.665**	**20.080.900**	**53.877.592**	
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2025	**9.071.971**	**992.889**	**3.833.616**	**1.870.600**	**13.483.695**		**29.252.771**

Balanço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros e passivos de contratos de seguros da Organização, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das Demonstrações Financeiras:

								R$ mil
	Circulante			Não circulante			Total em 30 de junho de 2026	Total em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado		
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos	136.716.988	-	-	-	-	-	136.716.988	137.031.197
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	546.259.985	2.615.978	11.708.155	10.449.603	8.533.007	-	579.566.728	547.789.769
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.691.375	6.195.875	6.946.707	76.830.419	45.472.356	-	141.136.732	138.998.105
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	195.529.585	153.528.743	109.873.070	210.691.243	104.443.178	-	774.065.819	744.457.062
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	206.645.232	41.486.385	4.272.351	2.785.305	24.265	-	255.213.538	235.485.054
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	6.458.836	17.996.147	36.071.694	146.735.114	69.712.085	-	276.973.876	259.546.571
Outros ativos financeiros (1)	58.389.878	16.739.671	7.435.985	5.395.727	6.118.247	-	94.079.508	73.426.822
Total dos ativos financeiros em 30 de junho de 2026	**1.155.691.879**	**238.562.799**	**176.307.962**	**452.887.411**	**234.303.138**	**-**	**2.257.753.189**	
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025	**1.084.035.918**	**244.898.633**	**149.636.072**	**418.233.784**	**239.930.173**			**2.136.734.580**
Passivo								
Recursos de instituições financeiras	289.026.259	50.105.019	19.782.488	62.655.930	12.885.014	-	434.454.710	427.099.494
Recursos de clientes (2)	204.597.628	68.753.461	93.919.870	379.395.720	260.074	-	746.926.753	721.274.151
Recursos de emissão de títulos	7.703.630	43.359.546	52.961.745	224.463.846	6.145.144	-	334.633.911	306.260.682
Dívidas subordinadas	280.694	1.484.292	270.173	5.966.332	28.342.537	18.673.946	55.017.974	54.714.526
Outros passivos financeiros (3)	80.374.414	43.769.985	12.423.101	7.091.466	79.759	-	143.738.725	117.391.205
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.906.978	2.489.495	11.476.598	10.401.458	6.212.072	-	33.486.601	18.268.330
Provisão para Perda Esperada							-	
Compromissos de Empréstimos	363.845	711.469	455.793	328.959	43.185	-	1.903.251	1.815.386
Garantias Financeiras	130.620	11.009	56.677	29.534	1.109.641	-	1.337.481	1.266.804
Passivos de contratos de seguros (2)	369.739.123	13.808.570	7.730.274	24.899.458	23.084.616	-	439.262.041	419.715.476
Total dos passivos financeiros em 30 de junho de 2026	**955.123.191**	**224.492.846**	**199.076.719**	**715.232.703**	**78.162.042**	**18.673.946**	**2.190.761.447**	
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025	**962.932.880**	**208.892.159**	**191.832.825**	**618.988.092**	**63.635.989**	**21.524.109**		**2.067.806.054**

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;
(2) Os depósitos à vista, de poupança e os passivos de contratos de seguros, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL" estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e
(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, leasing financeiro e planos de capitalização.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das Demonstrações Financeiras:

				R$ mil
	Circulante	Não circulante	Total em 30 de junho de 2026	Total em 31 de dezembro de 2025
Ativo				
Total dos ativos financeiros	**1.570.562.640**	**687.190.549**	**2.257.753.189**	**2.136.734.580**
Ativos não correntes mantidos para venda	4.660.355	-	4.660.355	3.757.502
Investimentos em coligadas	-	14.655.759	14.655.759	13.283.440
Imobilizado de uso	-	9.364.032	9.364.032	9.405.491
Ativos intangíveis e ágio	-	26.891.416	26.891.416	25.739.659
Impostos a compensar	4.099.228	25.799.672	29.898.900	12.884.446
Impostos diferidos	-	104.039.119	104.039.119	111.237.606
Outros ativos	18.893.737	2.670.043	21.563.780	17.284.492
Total dos ativos não financeiros	**27.653.320**	**183.420.041**	**211.073.361**	**193.592.636**
Total do ativo em 30 de junho de 2026	**1.598.215.960**	**870.610.590**	**2.468.826.550**	
Total do ativo em 31 de dezembro de 2025	**1.528.969.671**	**801.357.545**		**2.330.327.216**
Passivo				
Total dos passivos financeiros	**1.378.692.756**	**812.068.691**	**2.190.761.447**	**2.067.806.054**
Outras provisões	5.855.989	13.482.077	19.338.066	20.563.201
Impostos correntes	1.844.070	-	1.844.070	2.003.486
Impostos diferidos	-	2.323.813	2.323.813	1.895.931
Outros passivos	59.907.919	11.914.644	71.822.563	59.109.914
Total dos passivos não financeiros	**67.607.978**	**27.720.534**	**95.328.512**	**83.572.532**
Total do patrimônio líquido	**-**	**182.736.591**	**182.736.591**	**178.948.630**
Total do passivo e patrimônio líquido em 30 de junho de 2026	**1.446.300.734**	**1.022.525.816**	**2.468.826.550**	
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025	**1.426.405.255**	**903.921.961**		**2.330.327.216**

40.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

				R$ mil
	Em 30 de junho de 2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**477.784.317**	**62.176.787**	**3.075.056**	**543.036.160**
Títulos públicos brasileiros	395.343.859	17.629	-	395.361.488
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	55.335.893	20.102.900	3.075.056	78.513.849
Títulos emitidos por instituições financeiras	22.443	42.056.258	-	42.078.701
Aplicações em cotas de fundos	26.446.240	-	-	26.446.240
Títulos públicos de governos estrangeiros	44.398	-	-	44.398
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	591.484	-	-	591.484
Derivativos	**(319.407)**	**4.073.102**	**(709.728)**	**3.043.967**
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	23.572.116	12.398.497	559.955	36.530.568
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(23.891.523)	(8.325.395)	(1.269.683)	(33.486.601)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**138.921.476**	**2.210.489**	**4.767**	**141.136.732**
Títulos públicos brasileiros	115.046.254	-	4.280	115.050.534
Títulos emitidos por empresas não financeiras	7.414.352	2.210.489	-	9.624.841
Títulos emitidos por instituições financeiras	-	-	-	-
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	8.853.731	-	-	8.853.731
Títulos públicos de governos estrangeiros	3.247.594	-	-	3.247.594
Aplicações em cotas de fundos	131.472	-	-	131.472
Ações de companhias abertas e outras ações	4.228.073	-	487	4.228.560
Total	**616.386.386**	**68.460.378**	**2.370.095**	**687.216.859**

	R$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**462.536.378**	**60.865.737**	**3.537.559**	**526.939.674**
Títulos públicos brasileiros	395.031.887	-	-	395.031.887
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	48.387.660	17.519.436	3.537.559	69.444.655
Títulos emitidos por instituições financeiras	20.916	43.346.301	-	43.367.217
Aplicações em cotas de fundos	18.840.361	-	-	18.840.361
Títulos públicos de governos estrangeiros	66.555	-	-	66.555
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	188.999	-	-	188.999
Derivativos	**(333.439)**	**3.689.752**	**(774.548)**	**2.581.765**
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	9.266.882	11.309.553	273.660	20.850.095
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(9.600.321)	(7.619.801)	(1.048.208)	(18.268.330)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**135.065.868**	**3.051.953**	**880.284**	**138.998.105**
Títulos públicos brasileiros	106.709.836	-	6.792	106.716.628
Títulos emitidos por empresas não financeiras	6.617.424	2.039.480	-	8.656.904
Títulos emitidos por instituições financeiras	776.277	1.012.473	-	1.788.750
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.816.817	-	-	7.816.817
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.177.931	-	-	8.177.931
Aplicações em cotas de fundos	122.108	-	-	122.108
Ações de companhias abertas e outras ações	4.845.475	-	873.492	5.718.967
Total	**597.268.807**	**67.607.442**	**3.643.295**	**668.519.544**

Reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 31 de dezembro de 2025	**3.537.559**	**880.284**	**273.660**	**(1.048.208)**	**3.643.295**
Incluído no resultado	(21.913)	752	-	-	(21.161)
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(200)	-	-	(200)
Entradas	173.597	-	286.296	(221.476)	238.417
Vencimentos/vendas	(157.227)	(3.064)	-	-	(160.291)
Transferência entre categorias	-	-	-	-	-
Transferência entre níveis (1)	(456.960)	(873.005)	-	-	(1.329.965)
Em 30 de junho de 2026	**3.075.056**	**4.767**	**559.956**	**(1.269.684)**	**2.370.095**
Em 31 de dezembro de 2024	**2.251.689**	**1.114.117**	**137.553**	**(557.558)**	**2.945.801**
Incluído no resultado	669.317	8.495	-	-	677.812
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(153.094)	-	-	(153.094)
Entradas	129.266	425.000	-	-	554.266
Vencimentos/Vendas	(140.838)	(10.739)	(82.230)	30.020	(203.787)
Transferência entre categorias	-	(17.438)	-	-	(17.438)
Transferência entre níveis (1)	(6.978)	-	-	-	(6.978)
Em 30 de junho de 2025	**2.902.456**	**1.366.341**	**55.323**	**(527.538)**	**3.796.582**

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento ou redução no risco de crédito e a curva de *spread* possui parâmetros não observáveis.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3:

			R$ mil
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**	**Total**
Resultado líquido de juros	3.020	752	3.772
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(24.933)	(200)	(25.133)
Total em 30 de junho de 2026	**(21.913)**	**552**	**(21.361)**
Resultado líquido de juros	477.526	8.495	486.021
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	191.791	(153.094)	38.697
Total em 30 de junho de 2025	**669.317**	**(144.599)**	**524.718**

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

						R$ mil
	Em 30 de junho de 2026					
	Impacto no resultado (1)			**Impacto no patrimônio (1)**		
	1	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
Taxa de juros em reais	(626)	(188.205)	(323.450)	-	(22)	(43)
Índices de preços	-	(83)	(159)	-	-	-
Cupom cambial	(99)	(13.614)	(26.245)	-	-	-
Moeda estrangeira	(3.435)	(85.887)	(171.774)	-	-	-
Renda variável	(6.194)	(154.846)	(309.692)	(3)	(67)	(134)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

						R$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025					
	Impacto no resultado (1)			**Impacto no patrimônio (1)**		
	1	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
Taxa de juros em reais	(28)	(9.841)	(19.247)	-	(77)	(151)
Índices de preços	-	-	-	-	-	-
Cupom cambial	(54)	(6.508)	(12.485)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.469	36.729	73.459	-	-	-
Renda variável	10.321	258.037	516.075	4.804	120.105	240.211

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R$ mil				
	Em 30 de junho de 2026				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	255.250.877	-	255.250.877	255.213.538
· a clientes	-	-	649.091.545	649.091.545	666.972.702
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	133.845.111	120.426.513	6.544.785	260.816.409	281.684.810
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	434.814.665	434.814.665	434.454.710
Recursos de clientes	-	-	744.491.911	744.491.911	746.926.753
Recursos de emissão de títulos	-	-	332.764.786	332.764.786	334.633.911
Dívidas subordinadas	-	-	56.212.611	56.212.611	55.017.974

	R$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	235.513.370	-	235.513.370	235.485.054
· a clientes	-	-	617.337.432	617.337.432	635.182.964
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	139.327.089	104.670.553	5.262.708	249.260.350	263.111.062
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	427.535.327	427.535.327	427.099.494
Recursos de clientes	-	-	718.421.538	718.421.538	721.274.151
Recursos de emissão de títulos	-	-	306.537.715	306.537.715	306.260.682
Dívidas subordinadas	-	-	56.371.225	56.371.225	54.714.526

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

40.6. Risco de seguro/subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento

da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato. O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da inicialmente prevista.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e

- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate. Por outro lado, taxas de persistências elevadas para produtos deficitários podem elevar as perdas futuras desses produtos;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Principais riscos associados ao seguro saúde

Os riscos associados aos seguros saúde incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas de suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência, e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens, seguros de vida e previdência e seguros saúde

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros, e a constituição de provisões técnicas desses riscos são realizados por cada Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Para os seguros de vida e previdência e o seguro saúde, o risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota, para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Especificamente, para os seguros de vida e previdência, os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos no âmbito do negócio por ramo de atuação. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos baseada nos valores de passivos de seguros:

Passivos de seguros	R$ mil					
	Em 30 de junho					
	2026			2025		
	Bruto	Resseguro	Líquido	Bruto	Resseguro	Líquido
Vida	26.965.103	67.426	26.897.677	22.956.820	42.056	22.914.764
Previdência	390.543.489	-	390.543.489	318.741.450	-	318.741.450
Não vida	3.734.516	39.724	3.694.792	3.491.117	29.554	3.461.563
Saúde	18.018.863	-	18.018.863	17.917.787	-	17.917.787

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Companhia. O teste avaliou o impacto de um aumento na curva da taxa de juros livre de risco;
- Conversão em renda – O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade;
- Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade;
- Taxa de desconto – representa a taxa aplicada no cálculo do valor presente das obrigações futuras. O teste avaliou o impacto de um aumento e uma redução na taxa de desconto; e
- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado da Companhia para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e vida individual, considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Taxa de Juros - Variação de 0,01% (*)	**Em 30 de junho de 2026 (**)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (**)**
Previdência	(349.633)	(222.505)

(*) Para melhor refletir o risco da taxa de juros, foi sensibilizada a rentabilidade projetada dos saldos, utilizada para descontar os fluxos.

Longevidade *(Improvement)* - Variação de +0,2%	**Em 30 de junho de 2026 (**)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (**)**
Previdência	(133.956)	(123.072)

(**) O resseguro não está sujeito à aplicação do choque, pois trata-se de contrato não proporcional e imaterial.

Os testes de sensibilidade em Conversão e Renda do produto Previdência e Longevidade do produto Vida não foram apresentados pois resultaram em zero impacto.

No âmbito do risco de seguros, a taxa de desconto considera a combinação de uma abordagem *bottom-up*, com a taxa livre de risco e o risco de iliquidez. A taxa livre de risco utilizada no desconto dos passivos a valor presente é a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela ANBIMA/SUSEP. Como fator de choque elegeu-se o DV1 (*Dollar Value of 1 basis point*), por ser uma métrica amplamente utilizada no mercado

financeiro para mensurar risco de taxa de juros com o objetivo de facilitar comparações entre diferentes instrumentos, uma vez que traduz a sensibilidade para uma unidade monetária. A Companhia definiu como política contábil o reconhecimento dos ajustes decorrentes das variações nas taxas de juros diretamente em Patrimônio Líquido (PL), reforçando a consistência e a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Para os seguros não vida, vida coletivo e saúde incluindo odontológico, o quadro abaixo apresenta o impacto nas despesas com sinistros no resultado da Companhia, caso houvesse aumento em 1 ponto percentual na sinistralidade, nos últimos seis meses da data-base do cálculo:

Sensibilidade - Variação de 1%	R$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Não Vida	(30.057)	(14.385)	(29.839)	(14.300)
Vida	(20.975)	(9.421)	(20.743)	(9.371)
Saúde	(134.637)	(59.873)	(134.637)	(59.873)

O efeito da referida sensibilidade é linear. Considerando a sinistralidade apurada no período de abril de 2025 a março de 2026, observou-se variações inferiores e superiores em Não Vida, respectivamente, de -3 e 2 pontos percentuais, inferiores e superiores em Vida, respectivamente, de -1 e 1 pontos percentuais, e inferiores e superiores em Saúde, respectivamente, de -3 e 0. Cabe destacar que tais variações são monitoradas de forma contínua.

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia e suas controladas, bem como a desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; e
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. O gerenciamento de risco de crédito referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como AM Best, Fitch Ratings, Standard & Poor´s e Moody´s ou ratings atribuídos internamente.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e rating superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Exposição ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política para gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é suportado por um ambiente robusto de controles internos e alinhada às exigências regulatórias. A gestão contempla processos estruturados de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos associados às atividades críticas, com mapeamento de processos, definição de controles mitigatórios e acompanhamento por indicadores e testes de aderência. A governança segue o modelo de três linhas, no qual as áreas de negócio são responsáveis pela execução dos controles, a área de Riscos e Controles Internos define metodologias e monitora a efetividade do ambiente de controle, e a Auditoria Interna realiza avaliações independentes. Adicionalmente, em função de o controlador estar sujeito aos requisitos da *Sarbanes-Oxley Act* (SOX), os controles relacionados ao reporte financeiro são formalmente documentados e testados periodicamente, e

eventuais deficiências identificadas são tratadas por meio de planos de ação acompanhados pela administração e pelas instâncias de governança.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controles Internos para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar, junto às dependências interna e externa da Companhia, os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e;
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

40.7. Risco operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A política de gestão do risco operacional estabelece princípios, diretrizes e

responsabilidades para assegurar a identificação e o gerenciamento eficiente do risco, garantindo a existência de uma estrutura adequada e compatível com a natureza e a complexidade das operações da Organização.

Ela orienta o monitoramento da exposição ao risco, define limites aceitáveis de perdas e apoia a adequada alocação de capital. Além disso, promove a disseminação da cultura de riscos entre os colaboradores e terceiros, de forma que compreendam seus papéis e responsabilidades na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional, em conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis. A política também contempla mecanismos para avaliação de riscos associados a novos produtos, serviços, processos e sistemas.

O gerenciamento do risco operacional ocorre de maneira corporativa e envolve diferentes áreas com atribuições específicas, assegurando uma estrutura eficiente que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão. O processo compreende etapas como identificação, avaliação e monitoramento contínuo dos riscos operacionais inerentes às atividades da Organização.

O processo de gerenciamento considera ainda o ambiente regulatório, sendo seus principais resultados e aspectos reportados periodicamente à Alta Administração e ao Regulador. Esses procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de modo a assegurar o atendimento ao apetite de risco estabelecido pela Organização. Os eventos de perdas operacionais são analisados e discutidos com as partes envolvidas, incluindo a Alta Administração, pois além de representarem desafios, fornecem insights para o aprimoramento contínuo dos processos. Essas análises contribuem para o fortalecimento da gestão de riscos e o aumento da resiliência operacional na Organização.

Metodologia de Mensuração do Risco Operacional

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 356/23, a Organização realiza o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao Risco Operacional mediante abordagem padronizada (RWAopad). Além disso, utiliza os dados internos de perdas operacionais, os quais são elementos para apuração do capital econômico de risco operacional baseado em modelo interno. Neste contexto, os eventos de risco operacional são classificados em:

Eventos de Risco Operacional

Fraudes Internas	Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição.
Fraudes Externas	Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI).
Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho	Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.
Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços	Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados.

Controle e Acompanhamento

A mensuração do risco operacional é realizada por meio de um sistema estruturado e centralizado para captura, armazenamento, consolidação e gestão das perdas operacionais. Essa solução permite análises quantitativas e qualitativas, estudos de impacto, relatórios gerenciais e identificação de padrões históricos, bem como serve de insumo para o cálculo do capital econômico e regulatório.

Adicionalmente, a Organização utiliza uma solução integrada para gestão de riscos que documenta análises de risco, controles e ações mitigadoras que subsidiam a gestão de incidentes relevantes e a revisão de cenários utilizados em modelos internos, contribuindo para a consistência metodológica e a priorização das iniciativas de mitigação.

Comunicação Interna

A elaboração e o envio dos relatórios gerenciais seguem padrões estabelecidos pelas normas regulatórias e são submetidos à Diretoria Executiva por meio de comissões e comitês de Risco e ao Conselho de Administração. Esses materiais consolidam a visão institucional sobre a exposição ao risco operacional e fornecem subsídios para a tomada de decisão estratégica.

O conjunto de informações são reportadas mensalmente e contemplam o monitoramento do Indicador de Apetite a Risco Operacional (RAS), o acompanhamento do orçamento frente ao realizado de perdas operacionais e a análise de incidentes relevantes, considerando o critério de relevância estabelecido no art. 6º da Instrução Normativa BCB nº 33/20.

Adicionalmente, são submetidos às instâncias de governança os resultados das mensurações do capital regulatório e econômico. Esse processo reforça a aderência regulatória e contribui para a avaliação integrada do nível de capital necessário para a adequada cobertura dos riscos.

Estratégias de mitigação do risco operacional

Para a mitigação do risco operacional, a Organização adota um conjunto integrado de práticas que envolve a disseminação contínua da cultura de riscos, por meio de treinamentos, campanhas internas e ações de capacitação, incluindo prestadores de serviços terceirizados. Esse processo é complementado pelo desenho e pela implementação de controles preventivos e preditivos, alinhados ao mapeamento e à avaliação dos riscos críticos associados às áreas, processos e produtos.

As ações mitigatórias são conduzidas de forma orientada a risco, apoiando a tomada de decisão. O acompanhamento sistemático dos impactos ao Apetite a Risco (RAS) é realizado com avaliações especializadas e análise de causa raiz, assegurando a compreensão dos principais ofensores e correções tempestivas.

Adicionalmente, a Organização conduz revisões periódicas de processos de gerenciamento, fortalecendo a capacidade de prevenção e detecção de incidentes. O processo de captura, registro, reconciliação e monitoramento de perdas operacionais garante a rastreabilidade, acurácia dos dados e conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis.

Em 2025, a Organização implementou a ABR – Abordagem Baseada em Riscos com o objetivo de identificar e priorizar riscos, para concentrar os esforços e os recursos das Áreas de Riscos nos temas/processos mais críticos e que requerem maior profundidade.

Essa metodologia visa revisar o modelo operacional de Compliance/Controles Internos, proporcionando eficiência operacional e atuação preditiva e preventiva, aumentar a senioridade do quadro, com foco em gestão de riscos, negócios e análise de dados para tomada de decisão mais assertiva, além de integrar a célula de *Business Analytics* para maior cobertura, ampliação de testes em base de dados e diagnósticos mais apurados e tempestivos.

41) PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores benefícios, dentre os quais: previdência privada, seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizaram, no 1° semestre de 2026, R$ 2.658.274 mil (R$ 2.756.877 mil em 30 de junho de 2025).

42)OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, resultante da conversão do PLP nº 68/24, a qual integra parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/23, que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/24, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabeleceu regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

Adicionalmente, ao longo de 2026, foram editados atos normativos complementares, incluindo o Decreto nº 12.955/26 e a Resolução CGIBS nº 06/26, que regulamentam aspectos operacionais da CBS e do IBS, respectivamente, abrangendo temas relacionados à incidência, base de cálculo, créditos, arrecadação, obrigações acessórias e regimes aplicáveis a determinadas operações e serviços, incluindo atividades do setor financeiro.

O Banco permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

b) Em 27 de fevereiro de 2026, celebramos um acordo vinculante para uma reorganização societária, entre empresas controladas que consolidará todo o segmento de negócios de saúde da Organização Bradesco sob uma única entidade de capital aberto, a Odontoprev S.A. ("Odontoprev"). Nos termos do acordo, o Bradesco se tornará o

acionista controlador direto da Odontoprev, com 91,35% de participação, e a Odontoprev será renomeada para "Bradsaúde S.A.", atuando como a companhia holding para todas as nossas operações de saúde. A transação envolve uma cisão parcial da Bradseg Participações S.A. e a incorporação de ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. pela Odontoprev. A reorganização visa simplificar nossa estrutura societária e integrar nossos negócios de saúde para capturar sinergias operacionais e comerciais. Os termos da operação foram negociados por um comitê independente da Odontoprev e foram suportados por um parecer (*fairness opinion*) emitido pelo Citigroup Global Markets Inc.

Em 06 de março de 2026, em continuidade ao acordo celebrado em 27 de fevereiro de 2026, comunicamos aos acionistas e ao mercado em geral os seguintes desdobramentos da Operação: (i) divulgação das informações decorrentes do laudo de avaliação (datado de 5 de março de 2026) das ações da BGS, a valor de mercado, para fins de determinação do valor do aumento de capital da Odontoprev decorrente da Incorporação de Ações, nos termos dos artigos 8° e 252 da Lei nº 6.404/1976; e, como consequência da finalização de tais providências; e (ii) convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Odontoprev ("AGE Odontoprev"), para em síntese deliberar sobre: (a) a aprovação da Incorporação de Ações (conforme definido no Fato Relevante Operação) da BGS pela Odontoprev, incluindo o Protocolo e Justificação da Incorporação (conforme definido no Fato Relevante Operação) aditado pelo Primeiro Aditamento, e os respectivos laudos de avaliação; (b) o consequente aumento de capital da Odontoprev; (c) a reforma do estatuto social da Odontoprev, inclusive com a alteração de sua denominação social para "Bradsaúde S.A."; e (d) a Contribuição de Ativos (conforme definido no Fato Relevante Operação) para a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.; tudo conforme descrito no Fato Relevante da Operação.

Em 6 de abril de 2026, foi aprovada a reorganização societária destinada à consolidação dos negócios de saúde da Organização Bradesco na Odontoprev S.A., compreendendo (i) a incorporação das ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. pela Odontoprev S.A. e (ii) a contribuição de ativos e passivos operacionais da Odontoprev S.A. à Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

As referidas operações foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias realizadas em abril de 2026, tendo todas as condições suspensivas previstas nos respectivos protocolos sido verificadas, incluindo as autorizações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), concedidas em 30 de março de 2026 para a incorporação de ações e em 2 de abril de 2026 para a contribuição de ativos.

Em 30 de abril de 2026, foi homologada e concluída a incorporação das ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. (BGS) pela Bradsaúde S.A. (nova denominação da Odontoprev S.A.), passando a BGS a ser subsidiária integral da Bradsaúde. Em decorrência da operação, a participação do Banco Bradesco S.A. na Bradsaúde passou a representar 91,35% do capital social total e votante. Adicionalmente, foi aprovada a reorganização operacional mediante a transferência da carteira de planos odontológicos e demais ativos e passivos operacionais da Bradsaúde para a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., em continuidade ao processo de consolidação dos negócios de saúde da Organização Bradesco.

Data-Base 16.7.2026

Conselho de Administração

Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente
Alexandre da Silva Glüher

Membros
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara
Ivan Luiz Gontijo Júnior

Membros Independentes
Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina
Regina Helena Jorge Nunes
Paulo Rogério Caffarelli

Diretoria

Diretor-Presidente
Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D´Avila Melo Boetger

Diretores Executivos
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luís Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiberger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Túlio Xavier de Oliveira
Francesco Di Marcello
Júlio César Bueno
Alexandre Panico
Carlos Henrique Villela Pedras

Diretores
Afranio Carlos Camargo Dantzger
Alessandro Zampieri
Alex de Brito Bonifácio
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Ana Luisa Rodela Blanco
André Costa Carvalho
André Ferreira Gomes
Antonio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
Bruno Rosa Cardoso
Clayton Neves Xavier
Cristiano Adjuto e Campos
Cristiano Gomes de Moura
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luís Damasceno
Fábio Monteiro Chehab
Fabio Suzigan Dragone
Fernando Honorato Barbosa
Fernando Julião de Souza Amaral
Francisco Armando Aranda
Francisco Henrique França Fernandes
Henrique Leme Pinto Lima
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
Júlio César de Almeida Guedes
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correa Leite
Leandro Marçal Araújo
Letícia Cardelli Buso Gomes
Luís Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biolchini
Manoel Guedes de Araujo Neto
Marcelo Souza Ramos
Márcio Renato Ribeiro Silva
Marco Aurélio Galicioli
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Marcos Daniel Boll
Marina Bauab Carvalho Werebe
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Marina Gravina Veasey
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nilton Pereira dos Santos Junior
Patrícia Kessler de Assumpção
Patrícia Soares Martil
Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Rafael Padilha de Lima Costa
Régis Eduardo Prenhaca Carreira
Renato Camargo Nascimento Junior
Ricardo Barbieri de Andrade
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vinícius Panaro

Diretores Regionais
Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
César Cabús Berenguer Silvany
Deborah D'Avila Pereira Campani Santana
Edmir José Domingues
Hebercley Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Welder Coelho de Oliveira

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria
Rogério Pedro Câmara – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
Antônio José da Barbara - Membro

Comitê de Remuneração
Alexandre da Silva Glüher - Coordenador
Maurício Machado de Minas - membro
Fabio Augusto Iwasaki (Membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética
Alexandre da Silva Glüher - Coordenador
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Paulo Rogério Caffarelli
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Júlio César Bueno
Clayton Neves Xavier

Comitê de Riscos
Maurício Machado de Minas - Coordenador
Paulo Roberto Simões da Cunha
Regina Helena Jorge Nunes

Comitê de Nomeação e Sucessão
Luiz Carlos Trabuco Cappi - Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade
Ivan Luiz Gontijo Júnior - Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Denise Pauli Pavarina
Marcelo de Araújo Noronha
Bruno D'Avila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcílio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho
Fabiana Costa Tolentino

Comitê Estratégico
Luiz Carlos Trabuco Cappi - Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Rogério Pedro Câmara
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação
André Costa Carvalho - Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Urias Favarão
Antonio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vinícius Panaro
Ney Ferraz Dias

Conselho Fiscal

Membros Efetivos
José Maria Soares Nunes
Joaquim Caxias Romão
Ava Cohn

Membros Suplentes
Marcos Aparecido Galende
Joaquim Kiyoshi Kavakama
Vicente Carmo Santo

Ouvidoria
Marcos Daniel Boll - Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral
Vinícius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco” ou “Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das provisões de perdas esperadas de ativos financeiros
Conforme descrito nas notas explicativas nº 4, 8d, 9c, 10, 11 e 40.2 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R$ 58.021.293 mil de provisão de perdas esperadas (PE) relacionadas aos contratos de ativos financeiros em 30 de junho de 2026, conforme detalhado na nota explicativa nº 40.2.

O Banco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (*SICR – Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (*default*) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). O Banco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Banco separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (*PD - Probability of Default*), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (LGD – *Loss Given Default*) e a exposição financeira no momento da inadimplência (EAD – *Exposure at Default*), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas futuras. O Banco projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles. Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE, incluindo a definição do Banco de aumento significativo no risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD, incluindo a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns, e os modelos usados para identificar as variáveis macroeconômicas futuras relevantes e estimar o impacto quantitativo dessas variáveis; e (iii) a validação independente dos modelos e definição da probabilidade de cada cenário, utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.

- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos e com base nas *IFRS Accounting Standards*; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Banco, na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito do Banco, analisando as métricas relevantes utilizadas pelo Banco e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs do Banco usando dados históricos e metodologias definidas pelo Banco; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.

- Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.

- Para uma amostra dos contratos financeiros, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros.

  Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de ativos financeiros no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 22 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas para os quais possui provisões registradas nos montantes de R$ 5.910.214 mil, R$ 7.001.225 mil e R$ 4.377.730 mil, e divulgações de passivos contingentes classificados como perdas possíveis no valor de R$ 38.298.486 mil, R$ 11.935.058 mil e R$ 1.570.998 mil, respectivamente, em 30 de junho de 2026.

Para as provisões de processos judiciais, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, outras ações cíveis específicas, ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos judiciais como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas adotadas pelo Banco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas à determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos judiciais. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais;

- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Banco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis e trabalhistas com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Para demais processos, cíveis e trabalhistas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas para classificação da probabilidade de perda. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Banco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e

- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Banco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários
Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 37b às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R$ 110.763.911 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 30 de junho de 2026.

O Banco reconhece esses ativos fiscais diferidos considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros do Banco são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Banco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas-chave para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros;

- Revisamos as principais premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Banco de lucros tributáveis futuros para 30 de junho de 2026. Avaliamos a capacidade do Banco para projetar os lucros tributáveis por meio de comparação entre as premissas estimadas com as realizadas para o primeiro semestre de 2026; e

- Envolvemos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em tributos que nos auxiliaram na revisão da base de constituição dos créditos tributários e revisão das divulgações das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Mensuração de determinados passivos de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração e abordagem de taxa variável
Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 21 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui passivos de contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração e a Abordagem de Taxa Variável no montante de R$ 421.070.876 mil em 30 de junho de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Esses passivos de seguros são mensurados pela soma dos fluxos de caixa esperados no cumprimento contratual, os quais compreendem uma estimativa dos fluxos de caixa esperados que surgem dentro dos limites dos contratos de seguros, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e um ajuste de risco explícito relacionado ao risco não financeiro. Passivos de seguros são o resultado de um conjunto complexo de modelos. A estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento contratual requer uso de premissas determinadas com base em modelos e metodologias atuariais, incluindo aquelas relacionadas à longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.

Identificamos a avaliação da mensuração dos passivos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração e a Abordagem de Taxa Variável como um principal assunto de auditoria. Foi requerido julgamento complexo do auditor para avaliar a mensuração desses passivos de seguros considerando que envolvem incertezas de mensuração significativas como resultado da complexidade dos modelos e metodologias atuariais, especificamente aquelas utilizadas para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros. Mudanças menores nessas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos de seguros. Adicionalmente, o esforço de auditoria associado com a avaliação da mensuração desses passivos de seguros requereu o envolvimento de profissionais atuariais com habilidades e conhecimento especializados.

Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração de passivos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração e a Abordagem de Taxa Variável. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação de modelos e metodologias para determinação da longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.

- Envolvemos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:

(i) na avaliação das metodologias utilizadas na mensuração de passivos de seguros para conformidade com os *IFRS Accounting Standards*;

(ii) na avaliação conceitual dos modelos e técnicas de modelagem, incluindo aqueles usados para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros, ao inspecionar as documentações do modelo, para determinar se os modelos estão adequados para o uso pretendido;

(iii) nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, ao utilizar modelos desenvolvidos de forma independente e informações históricas do Banco, para estimar essas premissas e compará-las estas com as premissas do Banco;

(iv) na avaliação da aplicação dos modelos atuariais às premissas de longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros para comparar com o resultado de mensuração dos passivos de contratos de seguros; e

(v) na avaliação das premissas relacionadas à longevidade, taxas de desconto, conversão em renda e expectativa de sinistros ao comparar com as práticas contábeis e da indústria aplicáveis.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

- Testamos com base em amostragem, a precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos das premissas atuariais, ao confrontar os dados que são relevantes para os cálculos com as documentações comprovatórias das respectivas transações.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração de determinados passivos de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração e abordagem de taxa variável, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e o relatório dos auditores
A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas
A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Bradesco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

  Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

  Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou salvaguardas aplicadas.

  Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de julho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

André Dala Pola
Accountant CRC 1SP214007/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bradesco sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao Semestre Social findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – NIRF (*International Financial Reporting Standards* – IFRS)

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. do Semestre Social findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emitido em 29 de julho de 2026, analisamos também o conjunto completo das Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - NIRF (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como mencionado no relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos realizados pelos auditores independentes e o sistema de controles internos mantidos pelas diversas áreas do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna Global, Gestão Integrada e Riscos Financeiros, Gestão de Riscos Não Financeiros, Riscos Digitais e Risco de Crédito Varejo e Atacado.

São de responsabilidade da Administração a definição e a implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras das empresas que compõem o conglomerado financeiro Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras Consolidadas, com observância aos requisitos estabelecidos nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitir relatório sobre a apresentação adequada de tais demonstrações financeiras consolidadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as IFRS aplicáveis.

Compete à Auditoria Interna Global aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Ao Comitê de Auditoria compete avaliar a qualidade e a efetividade das auditorias Interna e Independente e a adequação dos sistemas de controles internos, bem como analisar o conjunto das demonstrações financeiras, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração, a aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, relativas ao Semestre Social findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (NIRF).

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2026.

ROGÉRIO PEDRO CÂMARA
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

ANTONIO JOSÉ DA BARBARA
(Membro)

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. referentes ao primeiro semestre de 2026 e, com base nas informações recebidas em reuniões com: (i) administradores e gestores de áreas; (ii) o Comitê de Auditoria e no seu relatório; e (iii) a KPMG Auditores Independentes Ltda. e nos seus relatórios, concluíram que os citados documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da companhia.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2026

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Ava Cohn

Para mais informações, favor contatar:

André Carvalho
Diretor de Relações com Investidores
investidores@bradesco.com.br

Cidade de Deus, s/nº - Prédio Vermelho - 2º andar

Osasco-SP

Brasil

banco.bradesco/ri

bradesco

bradesco